

ALESSANDRA VASCONCELOS ALBERGARIA

**ARRANJO PRODUTIVO DE CAFÉ, REDES SOCIAIS E  
QUALIDADE DE VIDA: UM ESTUDO COM AGRICULTORES  
FAMILIARES DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2012**

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

A329a  
2012

Albergaria, Alessandra Vasconcelos, 1984-  
Arranjo produtivo de café, redes sociais e qualidade de  
vida : um estudo com agricultores familiares do Espírito  
Santo / Alessandra Vasconcelos Albergaria. – Viçosa, MG,  
2012.  
xvi, 158f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Agricultura familiar - Espírito Santo. 2. Redes de  
relações sociais. 3. Qualidade de vida. I. Universidade  
Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 338.1098152

---

ALESSANDRA VASCONCELOS ALBERGARIA


**ARRANJO PRODUTIVO DE CAFÉ, REDES SOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA: UM ESTUDO COM AGRICULTORES FAMILIARES DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de março de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
Maria Amélia Gava Ferrão

  
\_\_\_\_\_  
Júnia Marise Matos de Souza

  
\_\_\_\_\_  
Maria das Dores Saraiva de Loreto  
(Orientadora)

*Dedico este trabalho a minha querida mãe  
Maria Auxiliadora e ao meu marido Fábio pelo  
incentivo e paciência durante todos os dias da  
minha vida! Dedico a vocês essa vitória!*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, razão da minha existência, que tudo providenciou para o bem;

A minha mãe Maria Auxiliadora, por toda dedicação, ensinamentos e lições que me foram transmitidos, pela confiança e amor eterno. Serei sempre grata e orgulhosa de tudo o que fez!

As minhas irmãs Cristiane e Camila pela amizade e força;

Ao meu esposo Fábio, que com seu amor, carinho e apoio me mostrou o caminho a seguir;

A minha orientadora, Professora Dorinha, pela amizade, confiança, pelo carinho e pelas sábias orientações;

Aos meus co-orientadores Romário e Professor Marcelo por estarem sempre dispostos a contribuir.

A Marta e sua família, por me acolherem durante a coleta de dados em Castelo, de uma forma especial e carinhosa;

Aos meus colegas do Mestrado, que dividiram horas de alegria, preocupação e vitórias;

Aos amigos que construí em Castelo, aos funcionários do Incaper e da Prefeitura em especial;

Aos meus entrevistados, cuja participação proporcionou a realização deste trabalho;

Aos membros de minha banca de defesa, Maria Amélia e Júnia, pelas contribuições para qualificar a dissertação;

Aos demais professores do Departamento de Economia Doméstica (DED) da UFV.

Ao CNPq, pelo financiamento da bolsa;

A UFV, pela oportunidade de realizar a graduação e o mestrado com excelência;

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta, tornaram-se meus incentivadores, auxiliares e participaram de algum modo dessa caminhada. A cada um dedico minha gratidão, respeito e vitória.

## **BIOGRAFIA**

ALESSANDRA VASCONCELOS ALBERGARIA, filha de Marcos Albergaria e Maria Auxiliadora Vasconcelos Albergaria, nascida aos 21 dias do mês de dezembro de 1984, em Ponte Nova, Minas Gerais.

Em 2007 ingressou no curso de Graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Durante a graduação foi bolsista por dois anos de iniciação científica, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), tendo concluído o curso em janeiro de 2010.

Em março de 2010 iniciou o Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica, tendo como linha de pesquisa Família, Bem-Estar Social e Qualidade de Vida, em nível de Mestrado, na Universidade Federal de Viçosa.

Em março de 2012 obtém o título de mestre em Economia Doméstica pela UFV.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>xii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>xiii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xv</b>
<b>1. A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM: UMA APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>2</b>
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>6</b>
<b>3. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>7</b>
3.1. Caracterização da Pesquisa.....	7
3.2. Local de Estudo.....	8
3.3. Composição da Amostra.....	9
3.4. Instrumento de Coleta de Dados e Variáveis de Análise.....	11
3.5. Procedimento de Análise de Dados.....	13
<b>4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>14</b>
<b>ARTIGO 1 – UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO MUNICÍPIO DE CASTELO-ES.....</b>	<b>17</b>
<b>1. RESUMO.....</b>	<b>18</b>
<b>2. ABSTRACT.....</b>	<b>18</b>
<b>3. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>19</b>
4.1. O Café no Brasil.....	19
4.2. O Café no Espírito Santo.....	23
4.3. A imigração Italiana no Sul do Espírito Santo.....	25
4.4. A Formação das Colônias de Imigrantes no Espírito Santo.....	28
4.5. A Socialização dos Imigrantes.....	31
4.6. Primeira Fase da Produção de Café em Castelo.....	32

4.7. Segunda Fase da Produção do Café em Castelo.....	34
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>37</b>
<b>ARTIGO 2. CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO CAFEIEIRO DO MUNICÍPIO DE CASTELO-ES .....</b>	<b>39</b>
<b>1. RESUMO.....</b>	<b>40</b>
<b>2. ABSTRACT.....</b>	<b>40</b>
<b>3. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>41</b>
4.1. O Rural como Espaço de Vida.....	41
4.2. O Conceito de Agricultura Familiar.....	43
4.3. Arranjo Produtivo Local.....	46
<b>5. IMPORTÂNCIA DO CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>47</b>
<b>6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>48</b>
<b>7. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>49</b>
7.1. Percepções sobre o uso da terra.....	49
7.2. Perfil dos produtores de café e sua família.....	52
7.3. Força de Trabalho Ativa na Cultura Cafeeira.....	61
7.4. Práticas Tecnológicas e Espaço Relacional.....	63
7.5. Produtividade e Tecnologia.....	71
7.5.1. Índice Tecnológico dos Produtores de Café.....	72
<b>8. CONCLUSÕES .....</b>	<b>76</b>
<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>78</b>
<b>ARTIGO 3 . MORFOLOGIA DAS REDES SOCIAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR CAFEIEIRA DO MUNICÍPIO DE CASTELO-ES.....</b>	<b>81</b>
<b>1. RESUMO.....</b>	<b>82</b>
<b>2. ABSTRACT.....</b>	<b>82</b>
<b>3. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>83</b>
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>84</b>



4.1. Redes Sociais.....	84
4.2. Capital Social.....	90
4.3. Relações de Reciprocidade.....	92
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>93</b>
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>94</b>
6.1. Morfologia das Redes na Cafeicultura.....	96
6.2. Papel das Redes Institucionais acionadas pelos Agricultores Rurais.....	103
<b>7. CONCLUSÕES.....</b>	<b>111</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>114</b>
<b>ARTIGO 4- A QUALIDADE DE VIDA E SUAS INTERFACES COM AS REDES SOCIAIS, NO CONTEXTO DO ARRANJO PRODUTIVO CAFEIRO.....</b>	<b>116</b>
<b>1. RESUMO.....</b>	<b>117</b>
<b>2. ABSTRACT.....</b>	<b>117</b>
<b>3. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>118</b>
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>119</b>
4.1. Qualidade de Vida: Concepções e Significados.....	119
4.2. Modelo Teórico de Qualidade de Vida.....	123
4.3. Redes Sociais e Arranjos Produtivos.....	124
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>130</b>
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>131</b>
6.1. A Percepção e o Conceito das Famílias sobre Qualidade de Vida (QV)...	131
6.2. Dimensões Concretas da Qualidade de Vida e Redes Sociais.....	130
6.2.1. Condições da habitação.....	132
6.2.2. Alimentação.....	131
6.2.3. Segurança Financeira.....	131
6.2.4. Trabalho.....	133
6.2.5. Acesso a Serviços Comunitários.....	134
6.2.6. Vida Social e Familiar.....	136
6.3. Satisfação das famílias com os diversos componentes da Qualidade de Vida.....	138
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>141</b>

<b>8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>142</b>
<b>CONCLUSÕES GERAIS.....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>147</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**APL** - Arranjo Produtivo Local

**APROCAVEN** – Associação dos Produtores de Café da Estrela do Norte

**BIRD** - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

**CETCAF** - Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café

**CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento

**DAP** – Declaração de Aptidão

**EPAMIG** – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

**ES** - Espírito Santo

**FAO** - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

**IAC** – Instituto Agrônômico

**IAPAR** – Instituto Agrônômico do Paraná

**IBC** - Instituto Brasileiro do Café

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDAF** - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal

**INCAPER** – Instituto Capixaba de Assistência Técnica, pesquisa e Extensão Rural

**MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**MCT** - Ministério da Indústria e do Comércio e Turismo

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**OIC** - Organização Internacional do Café

**PESAGRO** - Empresa Agropecuária do Rio de Janeiro

**SEAG** - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEMAG** – Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura

**SENAR** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**QV** – Qualidade de Vida

**UFLA** – Universidade Federal de Lavras

**UFU** – Universidade Federal de Uberlândia

**UFV** – Universidade Federal de Viçosa

## LISTA DE TABELAS

Distribuição fundiária das propriedades do município de Castelo/ES.....	9
Divisão geográfica do município de Castelo/ES.....	9
População da pesquisa.....	11
Exportações de café no Brasil no período de 1821 a 1890.....	21
Maiores produtores de café do mundo.....	23
Local de moradia dos produtores de café, Castelo/ES, 2011.....	52
Escolaridade dos produtores de café, Castelo/ES, 2011.....	54
Tipo de crédito e número de financiamentos, obtidos nos últimos 3 anos pelos cafeicultores, Castelo/ES, 2011.....	56
Problemas e dificuldades <i>versus</i> pontos fortes apontados pelos cafeicultores, Castelo/ES, 2011.....	57
Aspectos do perfil familiar dos produtores entrevistados, Castelo/ES, 2011.....	58
Condições dos trabalhadores nas propriedades pesquisadas de café conilon, Castelo/ES, 2011.....	61
Condições dos trabalhadores nas propriedades pesquisadas de café arábica, Castelo/ES, 2011.....	61
Atividades realizadas pelos trabalhadores nas propriedades pesquisadas, Castelo/ES, 2011.....	62
Tipo de assistência técnica oferecida aos agricultores familiares de café, Castelo/ES, 2011.....	64
Capinas realizada pelos cafeicultores, Castelo/ES, 2011.....	66
Concentração da colheita do café, Castelo/ES, 2011.....	69
Pesos das práticas tecnológicas para produção máxima rentável, 2011.....	72
Redes institucionais acionadas pelos agricultores, Castelo/ES, 2011.....	96
Morfologia das principais redes sociais dos produtores de café conilon, Castelo/ES, 2001.....	98
Morfologia das principais redes sociais dos produtores de café arábica, Castelo/ES, 2001.....	99
Grau de importância e integração dos agricultores familiares do município de Castelo/ES, 2011.....	102
Graus de confiança e credibilidade dos agricultores familiares do município de Castelo/ES, 2011.....	103

Atividades desenvolvidas pelas redes institucionais, envolvidas no cultivo do café, Castelo/ES, 2011.....	110
Pontos positivos das redes institucionais, envolvidas no cultivo do café, Castelo/ES, 2011.....	112
Nível de satisfação atribuído aos componentes da vida pelos agricultores familiares, Castelo/ES, 2011.....	137
Nível de importância atribuído aos componentes da vida pelos agricultores familiares, Castelo/ES, 2011.....	138

## LISTA DE FIGURAS

Região e município pesquisado no Espírito Santo, 2011.....	8
Divisão do município de Castelo/ES em agropolos.....	10
Tipos de cafés cultivados no município de Castelo/ES, 2011.....	45
Tipificação dos agricultores de café, Castelo/ES, 2011.....	49
Estado civil dos produtores de café do município de Castelo/ES, 2011.....	52
Práticas tecnológicas utilizadas pelos cafeicultores, Castelo/ES, 2011.....	63
Meses em que são realizados o plantio do café no município de Castelo/ES, 2011.....	65
Tipos de culturas consorciadas com o café, Castelo/ES, 2011.....	65
Tipos de adubação utilizados na cultura do café, Castelo, ES, 2011.....	66
Correção do solo e tratos culturais no cultivo do café, Castelo/ES.....	67
Tipos de pragas mais comuns no café, Castelo/ES, 2011.....	68
Formas de secagem dos cafés, Castelo/ES, 2011.....	69
Curso de capacitação, comunidade Pedregulho, município de Castelo, ES, 2011.....	111
Palestra sobre agregação do valor ao conilon descascado, realizada na comunidade Estrela do Norte, município de Castelo/ES, 2011.....	111
Campanha dia de campo limpo, realizado pelo INCAPER/SEMAG/IDAF no município de Castelo/ES, 2011.....	111
Modelo teórico sobre Qualidade de Vida.....	122
Divisão do município de Castelo/ES em agropolos.....	128

## RESUMO

ALBERGARIA, Alessandra Vasconcelos, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2012. **Arranjo produtivo de café, redes sociais e qualidade de vida: um estudo com agricultores familiares do Espírito Santo.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Coorientadores: Romário Gava Ferrão e Marcelo Miná Dias.

No setor agrícola, o café é um dos produtos mais importantes, sendo produzido principalmente por agricultores familiares. E, o Espírito Santo, com apenas 0,5% do território brasileiro, é o segundo maior produtor de café do Brasil, com 25% da produção nacional. No entanto, apesar da evolução da cafeicultura capixaba, com destaque para o cultivo do café arábica, sobretudo, na melhoria da qualidade e da produção do café conilon, conhecido como robusta, pelo aumento da produtividade, ainda persistem sérios problemas e dificuldades neste setor da agricultura. Dessa forma, pressupõe-se que o desenvolvimento de redes e o acesso às instituições e organizações, relacionadas tanto à produção quanto reprodução das unidades familiares, podem desempenhar um papel importante na melhoria das condições de vida dessas famílias, além de mobilizar ativos, que são fundamentais para aumentar a capacidade de as famílias tornarem-se agentes de mudança. Sendo assim, este estudo teve como principal objetivo analisar a morfologia das redes sociais estabelecidas entre os pequenos agricultores rurais do arranjo produtivo cafeeiro, do município de Castelo, ES, bem como suas implicações no processo de produção e reprodução social das unidades familiares. Trata-se, então, de um estudo de caso, que possui um caráter exploratório, com uma abordagem quantitativo-qualitativa, que tem como local de estudo o município de Castelo/ES. Optou-se por esse município em função do mesmo apresentar maior representatividade em relação à produção de café na região Sul do Estado, tanto do café arábica quanto conilon. A população entrevistada compreendeu dos agricultores familiares, produtores de café, há no mínimo cinco anos. Resultados mostraram que os agricultores basicamente do sexo masculino, casados, na faixa etária de 29 a 59 anos e com ensino fundamental incompleto, residiam no meio rural, envolvendo-se com as principais práticas do arranjo produtivo cafeeiro, cujo índice tecnológico variou de regular (café arábica) a bom (café conilon). A análise da morfologia das redes sociais evidenciou que as relações não envolveram somente a esfera econômica, mas também a dimensão simbólica, que atribui sentido ao trabalho. No arranjo produtivo cafeeiro capixaba, as relações entre os elementos das redes sociais, formais e informais, envolveram interações de

íntimos (principalmente familiares e amigos/vizinhos), troca de serviços e transmissão de informações, além de operações monetárias, basicamente com redes de prestação de serviços. Considera-se que as relações de reciprocidade e, principalmente, as ligações de proximidade entre os atores sociais são meios pelos quais as redes se amparam e estabelecem, contribuindo para a criação de oportunidades e promoção da solidariedade e aprendizagem. A qualidade de vida relacionada às necessidades concretas da população, e suas dimensões subjetivas, estão associadas às vivências, valores, costumes e condições do espaço físico e relacional. Por fim, utilizar o referencial teórico das redes possibilitou avanços importantes no sentido de compreender o papel das mesmas no desenvolvimento do arranjo produtivo cafeeiro. Conclui-se que as redes sociais promovem sinergias entre os atores sociais; dinamizam a economia por meio da mobilização dos recursos; favorecem a acumulação de capital humano e social e propiciam a melhoria da qualidade de vida.



## ABSTRACT

ALBERGARIA, Alessandra Vasconcelos, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2012. **Productive arrangement coffee, social networking and quality of life: a study with family farmers of the Espirito Santo.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-advisers: Romário Gava Ferrão and Marcelo Miná Dias.

In the agricultural sector, coffee is one of the most important products, being produced mainly by small farmers. And the Holy Spirit, with only 0.5% of Brazil's second largest coffee producer in Brazil, with 25% of national production. However, despite the evolution of coffee Espirito Santo, with emphasis on the cultivation of Arabica coffee, mainly to improve the quality of coffee production conilon, known as robust, increasing productivity, there are still serious problems and difficulties in this sector agriculture. Thus, it is assumed that the development of networks and access to institutions and organizations related to both the production and reproduction of family units, can play an important role in the improvement of living conditions of these families, and mobilize assets, which are fundamental to increase the capacity of the families become change agents. Thus, this study aimed to analyze the morphology of established social networks among small rural farmers coffee production arrangement, the city of Castelo/ES, and its implications in the process of social production and reproduction of family units. It is then a case study, which has an exploratory nature, with a quantitative-qualitative approach, which is to study the local municipality of Castelo/ES. It was decided by the municipality according to even have a higher representation in relation to coffee production in the southern state of both the Arabica and conilon. The population surveyed consisted of farmers, coffee growers, there are at least five years. Results showed that farmers mainly male, married, aged 29-59 years with incomplete primary education, lived in rural areas, engaging with the main coffee production practices of the arrangement, whose technological index ranged from fair (arabica coffee) to good (conilon coffee). The morphology analysis of social networks showed that the relationship did not involve only the economic sphere, but also a symbolic dimension, which gives meaning to work. Coffee production in the arrangement of Espirito Santo, the relations between the elements of social networks, formal and informal, involving intimate interactions (mostly family and friends/neighbors), exchange of services and transmission of information, and monetary transactions, primarily with networks

providing services. It is considered that the relations of reciprocity and, especially, the close links between social actors are the means by which networks are founded and established, helping to create opportunities and promote solidarity and learning. The quality of life related to the specific needs of the population, and its subjective dimensions, are associated with experiences, values, customs and conditions of the physical and relational. Finally, using the theoretical network enabled significant advances towards understanding the role of the same arrangement in the development of coffee production. It is concluded that social networks promote synergies between social actors; streamline the economy through mobilization of resources, favoring the accumulation of human and social capital and provide a better quality of life.

## **1. A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM: UMA APRESENTAÇÃO**

A opção pela temática “agricultura familiar e suas redes sociais” está relacionada, de um lado, aos vínculos de parentesco inerentes a trajetória de vida dos cafeicultores capixabas, bem como às influências do espaço relacional nos modos de produção e reprodução desses sujeitos sociais.

Assim, as relações sociais criadas e reproduzidas nesse cenário, bem como o acesso e o desenvolvimento das redes e organizações da agricultura familiar é a questão central analisada nesse trabalho. Para tanto, foi escolhido o município de Castelo, localizado no Sul do Espírito Santo, para realização de um estudo de caso, que serviu como parâmetro para a compreensão do papel das relações sociais entre os agricultores familiares e as organizações ou instituições na promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias e no desenvolvimento local.

Sendo assim, se faz importante compreender esse espaço agrícola, que abriga cerca de um terço da população brasileira, principalmente na agricultura familiar, que, conforme Wanderley (2009) corresponde a certa camada de agricultores capazes de se adaptar as modernas exigências do mercado, além de se configurar como uma forma social de produção e trabalho que se encontra imersa em um ambiente social e econômico onde vigoram relações sociais.

Segundo Censo Agropecuário (IBGE, 2010), 84,4% dos estabelecimentos agropecuários são conduzidos por produtores familiares, que utilizam pelo menos 50% de mão-de-obra da própria família, sendo que a agricultura familiar responde por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Especificamente, no Espírito Santo (ES), este tipo de agricultura responde por 77,5% dos 79.650 estabelecimentos rurais, por 30,5% dos 46.098,77 Km<sup>2</sup> e por 36% do valor bruto da produção agropecuária.

No setor agrícola, o café é um dos produtos mais importantes, sendo produzido principalmente por agricultores familiares. E, o Espírito Santo, com apenas 0,5% do território brasileiro, é o segundo maior produtor de café do Brasil, com 25% da produção nacional. Assim, o arranjo produtivo cafeeiro constitui a principal atividade na geração de emprego e renda no Estado, sendo que 75% dos cafeicultores são pequenos produtores de base familiar (FERRÃO *et. al.*, 2007b).

No entanto, apesar da evolução da cafeicultura capixaba, com destaque para o cultivo do café arábica, sobretudo, na melhoria da qualidade, e da produção do café

conilon, conhecido como robusta, pelo aumento da produtividade (FERRÃO *et al.*, 2008), ainda persistem sérios problemas e dificuldades nesse setor da agricultura. A existência de muitos gargalos no arranjo produtivo cafeeiro está associado, principalmente, à baixa produtividade média estadual do café arábica, ao pequeno número de produtores de café inseridos na produção de cafés superiores, à escassez de atividades associativistas organizadas, à descapitalização dos cafeicultores, principalmente os de arábica, aliada à gestão deficiente das propriedades rurais (NOVO PEDEAG, 2007).

Nesse cenário, como ressalta Marques (2010), as redes sociais ganham grande importância, pois contribuem para provisão de recursos no processo da produção e reprodução social das unidades familiares. Como destaca Bebbington (1999, *apud* BASSO, *et al.* 2003), as condições de pobreza dificultam a capacidade de reprodução das famílias e certas estratégias de reprodução passam a ter um significado especial, associadas ao conjunto de práticas culturais, possibilitadas (ou restringidas) pelos padrões de co-residência, vizinhança ou proximidade, desfrutados pelo grupo social considerado. Para esse autor, é por meio das relações entre as famílias e os atores que operam em outras esferas da sociedade, que as pessoas e suas organizações buscam reafirmar ou renegociar as regras que determinam o acesso aos recursos ou ativos (capital produzido; natural; humano; social e cultural) na sociedade, visando influenciar as condições que lhes permitam garantir a reprodutibilidade.

Dessa forma, pressupõe-se, como afirmam BASSO *et al.* (2003), que o desenvolvimento e o acesso às redes sociais podem desempenhar um papel importante na melhoria das condições de vida das pessoas, além de serem fundamentais para aumentar a capacidade de as famílias se tornarem agentes de transformação no desenvolvimento local.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA JUSTIFICATIVA**

A agricultura é um setor de natureza estratégica, em especial por sua produção de alimentos e pela elevada capacidade de geração de emprego por unidade de capital aplicado, além de envolver basicamente todos os membros da família, sem distinção de sexo e idade, demandando assim tratamentos diferenciados para os quase quatro milhões de estabelecimentos rurais existentes, segundo IBGE (2010).

Wanderley (2001) define agricultura familiar como um conceito genérico, que

abarcam uma diversidade de formas de produção organizadas em torno do trabalho da família. A constituição de diferentes tipologias de agricultores familiares, expressa a extraordinária capacidade de adaptação desses sujeitos sociais a contextos socioeconômicos totalmente distintos. E independentemente da tipologia e da formação sócio-espacial em que se desenvolve, a agricultura familiar corresponde a uma forma de organização da produção em que propriedade e trabalho estão estreitamente ligados à família. Isso significa ao mesmo tempo, que a família é proprietária dos meios de produção e também conduz o trabalho realizado no interior da propriedade rural. Essa relação entre esses aspectos da agricultura familiar não pode ser considerado como “um mero detalhe superficial e descritivo [...] [mas que] tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 2001, p. 23).

Para a mesma autora a agricultura familiar é um segmento econômico que gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Assim, o meio rural, sempre visto como fonte de problemas aparece como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida (WANDERLEY, 2002).

Segundo Schneider (2010), há um consenso entre Veiga (2002) e Abramovay (2003, 2006) em relação à valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais. Em maior ou menor medida, sustentam o argumento de que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir custos de transação e estimular economias de escopo. Em geral, consideram os agricultores familiares como “empreendedores”, sendo sua capacidade de inovação uma característica herdada de seu passado camponês.

VEIGA *et al.* (2001) ressaltam a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro, visto que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura.

Entretanto, apesar da importância do setor agrícola tanto na produção quanto na reprodução das unidades familiares, como destacado por Wanderley (2002) e

Veiga (2001), dentre outros, ainda persistem bolsões de pobreza e miséria, principalmente no meio rural, como destacado pelo Plano Brasil sem Miséria, que tem como objetivo a inclusão social e produtiva de 16,2 milhões de pessoas, que ainda vivem em situação de extrema pobreza no país, com renda mensal per capita de até R\$ 70,00. Esse plano do atual governo tem ações para os agricultores familiares, entre outros atores que vivem no meio rural (MDS, 2011).

Em contexto de pobreza, como destaca Marques (2010) no seu livro “Redes Sociais, Segregação e Pobreza”, diversos tipos de informalidade estão presentes nas trocas mercantis, sendo o grau de impessoalidade, na maioria das vezes menor e de menor intensidade. Nesse caso, prevalece a economia das trocas, sendo intercambiados bens materiais, como dinheiro, mantimentos, ferramentas, entre outros, mas também elementos imateriais, como informações, afeto, solidariedade, apoio emocional etc. Além disso, todas essas trocas também envolvem dimensões marcadamente simbólicas, como reconhecimento e prestígio.

Nas relações sociais, as próprias práticas de reciprocidade e as redes sociais de cooperação são utilizadas como recurso para formas de trabalho e produção caracteristicamente mercantilizadas; ou seja, uma estranha lógica que assegura a reprodução econômica das famílias nos mercados, mas que também resulta na manutenção, certamente diferenciada, de suas relações sociais primárias e da sua sociabilidade local.

Enfim, as relações de proximidade, as trocas e atividades em conjunto entre as famílias e as associações, o interconhecimento relativo às amizades e aos vizinhos, a religião e os lazeres, todos os elementos aglutinadores da vida social local são fundamentais para a reprodução do tecido social. Portanto, conforme mostraram estudos de Bagnasco e Triglia (1993), Sabourien (1999) e outros, as relações sociais de parentesco, amizade e proximidades não desaparecem nem perdem importância durante os processos de mercantilização, embora elas fiquem diferenciadas. É de se esperar, portanto, que os atores sociais passem a re-semantizar as antigas relações sociais e adequá-las ao novo contexto.

Nessa mesma situação, tem-se a pesquisa de Radomsky (2006), que examinou o papel das redes sociais no desenvolvimento da Serra Gaúcha, constatando que é a partir das relações recíprocas estabelecidas entre os agricultores, que as redes de trabalho articulam atores sociais e formam uma territorialidade, que possui especificidades culturais, políticas e econômicas. Do ponto de vista do

desenvolvimento rural, as redes, além de se constituírem em formas de inserção econômica e reprodução social, elas potencializam os vínculos políticos, as associações nas comunidades rurais, as cooperativas e as ações coletivas; ou seja, elas expressam a pluralidade de empreender esforços para o desenvolvimento rural.

Sendo assim, os protagonistas destes processos conjugam princípios usualmente nomeados de “tradicionais”, tais como o reforço dos laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades rurais, com relações tipicamente capitalistas nos mercados de trabalho e de produtos. Apesar do evidente fenômeno da mercantilização das práticas econômicas, como a modernização da agricultura, a externalização dos processos produtivos e o crescimento das formas de trabalho assalariadas entre os agricultores familiares, agricultores de muitas regiões têm realizado estratégias de reprodução social fundamentadas em relações não-mercantis, oferecendo um horizonte profícuo acerca de como as lógicas mercantis podem ser contrapostas através de práticas de reciprocidade e relações de proximidade entre as pessoas (RADOMSKY, 2006).

Além disso, a experiência da pesquisadora, por meio dos contatos informais com os agricultores familiares, permitiu apreender a importância das redes sociais, tanto formais e informais (família, amigos, vizinhos, associações, sindicatos, assistência técnica, entre outras) para o desenvolvimento da produção cafeeira e demais produtos agropecuários da Região Serrana e Sul do Estado. Entretanto, não obstante a crescente importância da produção de café no País e, em particular, no Espírito Santo, há poucos estudos científicos retratando as redes sociais estabelecidas na produção cafeeira.

Nesse sentido, a principal questão que esta pesquisa objetiva responder é: De que forma as redes sociais estabelecidas pelos agricultores de café contribuem para o processo de produção e melhoria da qualidade de vida das unidades familiares e portanto, para o desenvolvimento rural?

Considera-se que estudos dessa natureza são necessários para dar suporte científico a questões socioeconômicas desta atividade no Estado, contribuindo para planejamentos agrícolas governamentais ou particulares, além de oferecerem subsídios para a potencialização do desenvolvimento local.

## 2.1. OBJETIVOS

Este trabalho teve como principal objetivo analisar a morfologia das redes sociais estabelecidas entre os pequenos agricultores rurais do arranjo produtivo cafeeiro do município de Castelo/ES, no processo de produção e reprodução social das unidades familiares.

Especificamente com essa investigação, pretendeu-se:

- Analisar e compreender a história do cultivo café, hoje predominante no município de Castelo/ES;
- Caracterizar o arranjo produtivo cafeeiro, em termos do perfil pessoal e familiar dos agricultores, principais práticas tecnológicas e espaços relacionais;
- Identificar a morfologia das redes na agricultura familiar cafeeira, a partir do mapeamento das redes de trabalho, bem como a contribuição das redes institucionais para o desenvolvimento do setor cafeeiro.
- Examinar a possível interferência das redes sociais, formais e informais, no processo de reprodução social dos produtores capixabas de café e suas respectivas famílias, por meio de suas implicações na qualidade de vida.

A partir desses objetivos específicos e do percurso metodológico da pesquisa foram estruturados os artigos da dissertação, assim delimitados:

O primeiro artigo trata de resgatar a história do cultivo do café no município, com destaque para o processo de colonização e migratório. Esse resgate se faz importante, para o entendimento das características e perfil dos agricultores familiares, suas relações com seus familiares, amigos e, sobretudo, para compreender como essa forma de organização da produção se reproduz no presente. Trata-se de um recorte temporal necessário à contextualização da trajetória e do ambiente socioeconômico em que se estruturou e reproduziu a agricultura familiar no Espírito Santo.

O segundo artigo buscou caracterizar o perfil pessoal e familiar dos agricultores familiares em termos do perfil socioeconômico, além de identificar as práticas tecnológicas realizadas pelos mesmos e suas redes de trabalho.

O terceiro artigo buscou identificar a morfologia das redes na agricultura



familiar cafeeira, ou seja, a densidade das relações sociais estabelecidas entre esses atores, bem como a contribuição das redes institucionais para o setor cafeeiro.

O quarto artigo examinou as repercussões das redes sociais, formais e informais, no processo de reprodução social dos produtores capixabas de café e suas respectivas famílias, por meio de suas implicações na qualidade de vida.

### **3. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

#### **3.1. Caracterização da Pesquisa**

Trata-se de um estudo de caso, que possui um caráter exploratório, com uma abordagem quantitativo-qualitativa, uma vez que o objetivo do estudo esteve centrado na análise da morfologia das redes estabelecidas entre os agricultores rurais do arranjo produtivo cafeeiro. Para tanto, foi necessário caracterizar esse arranjo em termo dos perfis pessoal e familiar, além de identificar e analisar a morfologia das redes encontradas. Segundo Andrade (2002), a pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática, além de proporcionar maiores informações sobre o assunto investigado. Por outro lado, o estudo de caso é uma estratégia metodológica de se fazer pesquisa nas ciências sociais e nas ciências da saúde, pois avalia ou descreve situações dinâmicas em que o elemento humano esta presente, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado.

Para Goode e Hatt (1999, *apud* LAZZARINI 1995, p.17), a técnica é “um modo de organizar os dados em termos de uma determinada unidade escolhida”. No estudo em questão, a técnica qualitativa usada foi a entrevista, que tem sido utilizada nas Ciências Sociais como um recurso primordial para obtenção de dados, além de poder complementar informações, quando são combinadas com técnicas quantitativas. A técnica estimula a pessoa a refletir sobre ela mesma e o que acontece a sua volta, enquanto procura elaborar uma narrativa coerente. Para Michelat (1980, p. 194) toda pessoa, num discurso por mais individual que seja, afirma o que é de mais sociológico. Flick (2004, p.22) escreve que a pesquisa qualitativa demonstra a variedade de perspectivas que se encontra nos diferentes atores sociais, privilegiando elementos subjetivos e esferas de interação social; ou seja, o autor afirma que este

método é essencial para que seja captado a pluralização da esferas da vida, a complexidade, os significados e diversidade que há no social.

### 3.2. Local de Estudo

Para o desenvolvimento desse estudo, foi utilizado como local de estudo o município de Castelo - ES (Figura 1). Optou-se por esse município, em função do mesmo apresentar grande representatividade em relação à produção de café arábica e conilon na região Sul do Estado do Espírito Santo.

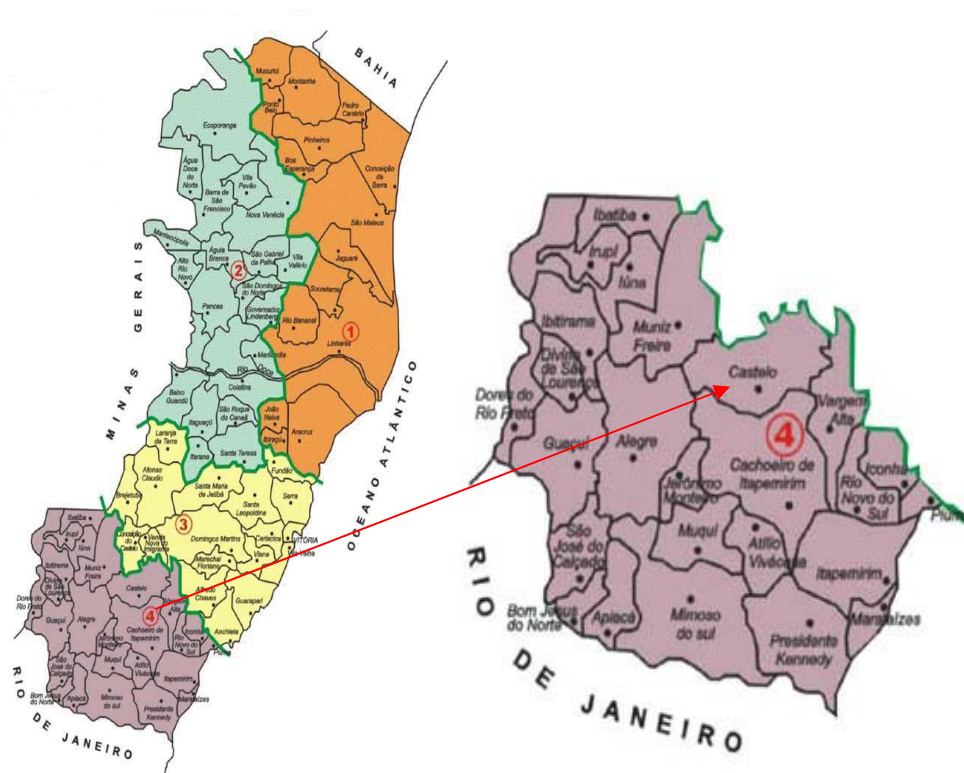


Figura 1: Região e município pesquisado no Espírito Santo.  
Fonte: INCAPER (2010).

O município de Castelo localiza-se na Região Sul do Espírito Santo, onde a produção de café é de base familiar com concentração de pequenas propriedades (Tabela 1). Possui uma área total plantada de 63.741 ha e produção de 936,45 mil de sacas (9,76% da produção estadual). Sendo 309 mil sacas de café arábica (33,03%) e 627 mil sacas de café conilon (66,97%), segundo (IBGE, 2010).

Tabela 1: Distribuição fundiária das propriedades do município de Castelo/ES.

<b>Propriedades</b>	<b>Hectares</b>	<b>Proprietários</b>	<b>(%)</b>
Micro	0 a 2	31	1,2
Pequenas	2 a 10	960	36,7
Pequenas	10 a 50	1365	52,2
Médias	50 a 150	235	9,0
Grandes	150 a 500	20	0,8
Latifúndios	Acima de 500	2	0,1

Fonte: INCRA 2011, adaptado pelo INCAPER (2011).

O município apresenta uma área terrestre de 670,89 km<sup>2</sup> e uma população de 34.826 mil habitantes, além de 1.473 estabelecimentos agropecuários, sendo este número referente a proprietários individuais (IBGE, 2010). Sua divisão é composta por cinco distritos ou agropolos, além da sede, indicando que o município é essencialmente rural, conforme pode-se observar na Tabela 2.

Tabela 2: Divisão geográfica do município de Castelo/ES, 2011.

<b>Distritos</b>	<b>Área Geográfica (Km<sup>2</sup>)</b>		<b>Total</b>
	<b>Rural</b>	<b>Urbana</b>	
Sede	216,92	2,97	219,88
Aracuí	77,89	0,73	78,62
Estrela do Norte	130,72	0,25	130,97
Monte Pio	32,66	0,09	32,75
Patrimônio do Ouro	68,66	0,03	68,71
Limoeiro	139,66	0,29	139,95
<b>Total</b>	<b>666,53</b>	<b>4,36</b>	<b>670,89</b>
<b>Percentual</b>	<b>99,35</b>	<b>0,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PMDRS – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. CMDRS - 2007-2008. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Segundo IBGE (2010), o município é cercado de montanhas e cachoeiras, tem clima ameno, que varia entre 23° e 5° no inverno. Sua população é formada, em sua maioria, por descendentes de italianos, possuindo vários distritos, como Aracuí, Estrela do Norte, Limoeiro, Montepio, Patrimônio do Ouro.

### 3.3. Composição da Amostra

Para satisfazer os objetivos propostos, a população envolvida compreendeu os

agricultores familiares produtores de café, que são proprietários agropecuários há no mínimo 5 anos e residem no município de Castelo/ES. Baseando-se em Triola (1999), foi delimitado o processo de amostragem para população finita segundo o número de produtores dos dois tipos de cafés cultivados (conilon e arábica), agrupados em 5 Agropolos (Figura 2), com diversas comunidades (Apêndice 1).

Segundo a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município (SEMAG), o Projeto dos Agropolos teve início em 2006, quando foi implantado o projeto piloto na comunidade de Patrimônio do Ouro, e hoje já são cinco agropolos. Essa divisão foi baseada na visão administrativa e de acompanhamento sistemático à agricultura do município, com intuito de facilitar as ações programadas e o atendimento aos agricultores e suas famílias. Assim, o município está dividido em cinco áreas geográficas.



Figura 2: Divisão do município de Castelo/ES em agropolos.  
Fonte: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Castelo/ES, 2011.

De acordo com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café – CETCAF, (2002) a mão de obra para a produção de café arábica no Estado, compreende 44% de proprietários, 51% de parceiros e 5% de empregados. E a mão de obra para a produção do café conilon envolve 47% proprietários, 47% parceiros e 6% empregados, além do fato de existirem 1473 propriedades rurais, segundo IBGE (2010). Dessa forma, a amostra de natureza aleatória e estratificada para uma população finita, com uma margem de erro de 7%, compreendeu 128 cafeicultores distribuídos espacialmente nos cinco agropolos do município de Castelo, como explicado na Tabela 3.

Tabela 3: População da pesquisa.

AGROPOLOS	COMUNIDADES	QUESTIONÁRIOS	TIPO DE CAFÉ CULTIVADO
1- Pontões	16	28	Arábica e Conilon
2- Limoeiro	16	28	Arábica (maior expressão)
3- Patrimônio do Ouro	16	28	Conilon (maior expressão)
4- Estrela do Norte	13	22	Conilon (maior expressão)
5- Campestre	13	22	Arábica e Conilon
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>128</b>	

Fonte: SEMAG (2011), com adaptações.

Assim, para o cálculo amostral foi utilizado a fórmula proposta por Triola (1999), com intuito de determinar o tamanho da amostra para uma população finita, como descrito a seguir:

$$n = \frac{N \cdot \sigma^2 \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{(N - 1) \cdot E^2 + \sigma^2 \cdot (Z_{\alpha/2})^2}$$

Onde,

n = Número de indivíduos na amostra

N = População

$Z_{\alpha/2}$  = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado, aqui estabelecido em 93%

$$\sigma^2 = p \times q$$

p = Proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria a ser estudada, aqui estabelecida em 0,5.

q (1 - p) = Proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria a ser estudada, aqui calculada em 0,5.

Outro público que foi entrevistado foram os líderes daquelas instituições identificadas pelos agricultores como componentes de suas redes institucionais, que foram: Sindicato Rural, Associações, Secretária Municipal de Agricultura, Igreja, Lojas Comerciais, Instituições que prestam Assistência Técnica, entre outras.

### **3.4. Instrumento de Coleta de Dados e Variáveis de Análise**

No primeiro momento do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da forma de organização da produção de café no município, com a intuito de fundamentar teoricamente o objeto de estudo. Segundo Lima *et al.* (2007), a pesquisa bibliográfica vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente, que significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico.

Para obtenção dos dados referentes ao arranjo produtivo cafeeiro foi realizada uma abordagem quantitativa, com aplicação de um questionário semi estruturado, a fim de identificar o perfil pessoal e familiar dos agricultores, nos quais foram analisadas as seguintes variáveis: idade, sexo, estado civil, escolaridade, condição ocupacional, número de filhos. Na caracterização do arranjo também foram identificadas as práticas em relação ao cultivo cafeeiro, além das principais redes para a realização das mesmas.

A coleta de dados referentes à caracterização das redes e seu papel para o desenvolvimento local também foi realizado por meio de entrevistas. Para tanto, foi aplicado um questionário, a partir de um enfoque sobre as redes de trabalho estabelecidas pelos produtores de café, em cada etapa da cultura do café, sendo elas: análise e preparo do solo, plantio, consorciamento, adubação, tratos culturais, manejo de pragas e doenças, irrigação, colheita, beneficiamento, secagem, armazenamento e comercialização do café produzido.

Nesta etapa foi possível coletar informações que podem ser indicadores de reciprocidade, proximidade, trabalhos em família, com vizinhos ou com instituições, que constituem as redes de trabalho, produção e acumulação de capital. Além disso, buscou-se dimensionar a qualidade de vida, conhecendo-se a percepção dos agricultores sobre o significado de qualidade de vida, as condições concretas de acesso aos diferentes domínios de vida, citados por Metzen *et al.* (1980); a importância e o grau de satisfação com esses domínios; além de verificar como as redes sociais interferem nessa satisfação, isto é, como elas contribuem para a qualidade de vida dessas famílias.

Na última etapa da pesquisa, foram obtidos dados primários qualitativos

através da técnica de entrevista, na qual foi fundamentada em um roteiro semi-estruturado, no sentido de buscar compreender a percepção dos líderes de sindicatos, associações, cooperativas, etc., ou seja, os líderes institucionais locais, citados nas redes dos agricultores, em relação ao papel que desempenham no desenvolvimento do setor cafeeiro na região. Além disso, foi feito uso da técnica de observação não participante, onde o investigador não interage de forma alguma com o objeto de estudo no momento em que realiza a observação. Este tipo de técnica reduz substancialmente a interferência do observador no observado e permite o uso de instrumentos de registro sem influenciar o objeto de estudo (BOGDAN, *et. al.* 1994). Essas observações foram feitas no momento das visitas às comunidades rurais, quando a pesquisadora teve a oportunidade de participar como ouvinte, de várias reuniões, palestras, eventos e cursos de capacitação oferecidos pelas instituições locais. Este momento foi de extrema importância e enriquecedor para a compreensão das relações estabelecidas por esses atores sociais.

### **3.5. Procedimento de Análise de Dados**

Para análise dos dados qualitativos foi feito uso da análise de conteúdo. Segundo Bauer e Gaskell (2002), a análise de conteúdo é uma construção social, que possui um discurso elaborado sobre qualidade, sendo suas preocupações-chave a fidedignidade e a validade. As vantagens da análise de conteúdo são que ela é sistemática e pública; faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente; pode lidar com grande quantidade de dados, presta-se para informações históricas e oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados.

Quanto aos dados quantitativos, estes foram processados e examinados por meio do software estatístico de banco de dados do SAEG, que é um Sistema para Análises Estatísticas da Fundação Arthur Bernardes, Universidade Federal de Viçosa (SAEG, 2007).

#### 4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_ Para una teoria de los estudios territoriales in MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M.(orgs.) **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de graduação: noções práticas**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2002.

BAGNASCO, A.; TRIGLIA, C. **La construction sociale du marché**. Le defi Troisieme Italie. Paris: Julillet / Editions de l' ENS – Cachan, 1993.

BASSO, D.; DELGADO, N. G.; NETO, B. S. O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. In: **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, n. 1 jan/jun. 2003.

BAUER, M. W.; GASKELL G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Ed. Porto, 1994.

FERRÃO, M. A. G.; FERRÃO, R. G.; FORNAZIER, M. J.; PREZOTTI, L. C.; FONSECA, A. F. A. da; ALIXANDRE, F. T.; COSTA, H.; ROCHA, A. C. da; MORELI, A. P.; MARTINS, A. G.; SOUZA, E. M. R.; ARAÚJO, J. B. S.; VENTURA, J. A.; CASTRO, L. L. F. de; GUARÇONI, R. C. **Técnicas de produção de café arábica: renovação e revigoramento das lavouras no Estado do Espírito Santo**. Vitória: INCAPER, 2008. 56 p. (INCAPER. Circular técnica, 5).

FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A. da.; FERRÃO, M. A. G.; DE MUNER, L. H.; VERDIN FILHO, A. C ; VOLPI, P. S., MARQUES, E. M. G.; ZUCATELI, F. **Café conilon: técnicas de produção com variedades melhoradas**. 3. Ed. Vitória, ES: INCAPER, 2007 a. 60p.

FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A. da.; BRAGANÇA, S. M.; FERRÃO, M. A. G.; DE MUNER, L. H. (Coords.). **Café Conilon**. Vitória, ES: INCAPER, 2007b. 702p.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2010**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 29 jan. 2012.

LAZZARINI, Sergio Giovannetti. Estudo de Caso: aplicabilidade e limitações do método para fins de pesquisa. **Economia & Empresa**, v 2, 4, São Paulo, out/dez, 1995.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos Metodológicos na construção do



conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37- 45, 2007.

MARQUES, E. **Redes Sociais, segregação e pobreza.** São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

METZEN, E.; WILLIAMS, F.L.; SHULL, J.; KEEF, D.R. **Quality of life as affected by area of residence.** I Project description. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036).

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Plano Brasil sem miséria,** 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/plano-safra/xowiki/brasilemmiseria>> Acesso em: 28 fev. de 2012.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1980.

NOVO PEDEAG. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba.** Estudo Setorial da Cafeicultura. Vitória, ES, 2007.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes Sociais de Reciprocidade e Trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2006.

SABOURIEN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro, **Raízes.** N. 20, ano XVIII, novembro de 1999.

SAEG. **Sistema para Análises Estatísticas,** Versão 9.1: Fundação Arthur Bernardes - UFV - Viçosa, 2007. Disponível em: <<http://www.ufv.br/saeg/>> Acesso em 10 dez. 2010.

SCHNEIDER, S. Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política,** vol 30, nº 3 (119), p. 511-531, julho • setembro, 2010.

TRIOLA, M. F. **Introdução a Estatística Aplicada.** 7ª Ed. Rio de Janeiro – LTC, 1999.

VEIGA, J. E. ; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K. ; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento,** Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecaepublicacaoID=112>> Acesso em 21 fev. 2012.

VEIGA, J.E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas • SP: Editora Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. 330p.

\_\_\_\_\_ Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (orgs.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.

\_\_\_\_\_ Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

**ARTIGO 1 – UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO MUNICÍPIO DE CASTELO-ES**

## 1. RESUMO

Com a finalidade de entender as características e o perfil dos agricultores familiares de café e suas redes sociais, este trabalho objetivou por meio de pesquisa bibliográfica, examinar historicamente a forma de organização da produção de café, no município de Castelo/ES. Na segunda metade do século XIX, emerge de um lado, a cafeicultura como a principal atividade econômica e de outro, foram criadas as condições para a constituição da pequena propriedade rural, por meio da introdução do imigrante europeu no Espírito Santo. Utilizado como propaganda para atrair imigrantes europeus, que substituiriam o trabalho escravo nas fazendas cafeicultoras do país, o Espírito Santo possibilitou aos migrantes que se dirigiram para seu território, o acesso à propriedade da terra. A estratégia política em questão desencadeou a constituição e a difusão da pequena propriedade rural com tamanha expressividade, consistindo a estrutura produtiva cafeeira fundada na pequena propriedade e no trabalho familiar. O imigrante impulsionado pelo desejo de ser proprietário, pelo trabalho, família e religião foi um agente modernizador e transformador da sociedade e da economia capixaba. Conclui-se que a forma de organização da produção de café em Castelo/ES deriva-se do histórico de ocupação das terras, dos valores culturais, conteúdo e normas das redes sociais.

**Palavras Chave:** Café, imigração, pequena propriedade.

## 2. ABSTRACT

In order to understand the characteristics and profile of coffee farmers and their social networks, this study aimed, by means of literature, to examine historically the form of organization of production of coffee in the town of Castelo, ES. In the second half of the nineteenth century, emerges from one side, the coffee as the main economic activity and on the other, the conditions were created for the establishment of small farms, through the introduction of European immigrants in the Holy Spirit. Used as propaganda to attract European immigrants to replace slave labor in the coffee-growing farms in the country, the Holy Spirit enabled the migrants, who arrived in their territory, access to land ownership. The political strategy in question triggered the formation and spread of small rural property with such expressiveness, consisting of coffee production structure based on small farms and in family work. The immigrant driven by the desire to own, work, family and religion was an agent of modernizing and transforming society and the economy ES. It is concluded that the organization of the production of coffee in Castle / ES derives from the history of land occupation, cultural values, content and standards of social networks.

**Keywords:** Coffee, immigration, small property.

### **3. INTRODUÇÃO**

Buscando uma melhor compreensão a respeito do tema a ser abordado na presente pesquisa. Considerou-se importante uma aproximação com o local de estudo, o município de Castelo, localizado ao Sul do Espírito Santo. Para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre sua história, que se confunde com a história da cultura do café do Estado, cultura esta, que desempenha função vital para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

Esse resgate se faz importante, para uma melhor compreensão sobre as características e o perfil dos agricultores familiares, suas relações com seus familiares e amigos e, sobretudo, para entender como essa forma de organização da produção se reproduz no presente.

Sendo assim, no primeiro momento, há um breve comentário sobre o cultivo do café no Brasil e no Espírito Santo; com destaque para o modo de exploração e organização da produção cafeeira.

No segundo momento, trata-se da imigração no sul do ES, principalmente no município de Castelo, situando se no contexto do processo migratório do século XIX e realçando algumas características peculiares deste fenômeno na região. A partir da idéia de que o principal objetivo do imigrante no sul capixaba era tornar-se proprietário de terras, além da disposição ao trabalho, a valorização da família e da religião.

Esses dados foram baseados em historiadores, livros e artigos sobre a cultura do café, a formação econômica do Espírito Santo e do Brasil.

### **4. REVISÃO DE LITERATURA**

#### **4.1. O Café no Brasil**

O café foi introduzido no Brasil em 1727 por Francisco de Mello Palheta. Em missão a Guiana Francesa, ele trouxe cinco mudas e um punhado de sementes que foram plantadas no estado do Pará. Neste período a importância do café foi pequena, pois era um produto para o consumo doméstico. O produto só ganha contornos de produção visando o mercado externo, no Século XIX, principalmente a partir de 1830, com o Brasil já independente (BITTENCOURT, 1987).

É importante ressaltar que o Brasil passou por problemas econômicos, com a Balança Comercial constantemente deficitária, em função da ausência de um produto que viesse sustentar nossa economia. Foram crises, como a do açúcar, em queda constante no mercado europeu, desde os fins dos Séc. XVII, e a do ouro, em processo de esgotamento desde o final do Séc. XVIII. Fazia-se, então, urgente achar um novo produto que pudesse reerguer a economia brasileira, e é dentro desse contexto que começa a se vislumbrar a comercialização, em primeiro momento em pequena escala, mas que, caminhando o séc. XIX a fora, se torna o pilar de sustentação da economia brasileira. Cada vez mais, o mercado americano e europeu se expandia. Tanto assim, que em meados, já deste Séc., a pauta de exportação registrava que 60% das exportações brasileiras se baseavam na comercialização do café (BITTENCOURT, 1987).

A empresa cafeeira foi estruturada no mesmo modelo da empresa açucareira, isto é, no “Sistema Plantation”, monocultura, mão de obra escrava e grandes latifúndios. Começou sua produção em larga escala no Rio de Janeiro, depois avançou para o oeste paulista, para Minas Gerais e para o Espírito Santo e mais precisamente, na Região Sul do Estado, o café chegou nos primórdios do século XIX, provavelmente com expansão das áreas de cultivo do Nordeste fluminense (CASAGRANDE, 2002).

Em 1800, deu-se a primeira exportação brasileira, de 13 sacas de café. Porém, somente nos idos de 1811/12, é que foi relatada a produção inicial de café nas lavouras do Rio Doce na província capixaba, para envio ao Rio de Janeiro.

Sendo assim, o café reintegrou a economia brasileira ao mercado internacional e contribuiu decisivamente para as mudanças das relações assalariadas de produção, possibilitando o acúmulo de capital, que disponível, foi sendo aplicado em sua própria expansão e em alguns setores urbanos, como a indústria, contribuindo para a inversão de nossa balança Comercial, que fecha o século XIX apresentando superávit (HOLANDA, 1960). Sendo assim, verifica-se o crescimento do produto em relação aos demais, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Exportações de Café no Brasil no período de 1821 a 1890.

<b>PORCENTAGEM SOBRE O VALOR DA EXPORTAÇÃO</b>							
<b>Produtos</b>	<b>1821/30</b>	<b>1831/40</b>	<b>1841/50</b>	<b>1851/60</b>	<b>1861/70</b>	<b>1871/80</b>	<b>1811/90</b>
Café	18,4	43,8	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Couros e peles	13,6	7,9	8,5	7,2	6,0	5,6	3,2
Borracha	-	-	-	2,3	3,1	5,5	8,0
Algodão	20,6	10,8	7,5	6,2	18,3	9,5	4,2
Fumo	-	-	1,8	2,6	3,0	3,4	2,7
Cacau	-	-	1,0	1,0	0,9	1,2	1,6

Fonte: HOLANDA, S B. "História Geral da Civilização". São Paulo, Difel, 1960.

No entanto, no início do século XX a super produção de café gerou uma forte crise no Brasil. Assim, segundo Alcoforado (2003), o Estado se comprometeu a comprar toda a produção de café e utilizar o estoque como meio de equalizar o mercado contra as variações no preço; esta foi a primeira forte intervenção do governo na cafeicultura. Após a grande crise que assolou o mercado do mundo cafeeiro, o segmento enfrentou mais uma vez um forte problema de origem econômica, envolvendo as economias como um todo: a quebra na bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, acarretando na contenção da demanda de café por vários países compradores do produto, gerando mais um forte e agravante problema para a cadeia cafeeira.

Segundo o autor, para amenizar a crise, algumas políticas foram adotadas, como a compra de café pelo governo e a queima para tentar regular a oferta do produto no mercado, mas a crise era forte e prolongou-se por um período que os produtores não puderam resistir.

Neste período, iniciou-se um novo ciclo para a cafeicultura e foi criado o Instituto Brasileiro do Café - IBC em 1952, contribuindo com o desenvolvimento de pesquisas e financiamento à produção cafeeira.

Após a extinção do IBC em 1990, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) juntamente com o Ministério da Indústria e do Comércio e Turismo (MCT) criaram o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Café, cujo objetivo era o desenvolvimento de um trabalho em conjunto entre as diversas instituições envolvidas em pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias para o Agronegócio Café Brasileiro (EMBRAPA CAFÉ, 2004).

Na seqüência, foi criado em 1997, o Consórcio Brasileiro do Café, por

iniciativa de dez tradicionais instituições brasileiras de pesquisas cafeeiras (IAC, IAPAR, INCAPER, UFV, UFLA, PESAGRO, EMBRAPA, MAPA e EPAMIG).

Com a abertura das economias e a demanda voltando a crescer, a cafeicultura se sustentou de forma a conquistar novas fronteiras, como Bahia, Rondônia, Goiás e Minas Gerais. Nesta época, o estado do Paraná e São Paulo juntos correspondiam com quase 70% da produção. Paralelamente, novas instituições começaram a trabalhar com o café, principalmente após o aparecimento da Ferrugem Brasileira, por volta de 1970, com a UFU, EPAMIG, INCAPER, entre outras (EMBRAPA CAFÉ, 2004).

Na década de 2000, nos primeiros anos, o café torna a entrar em mais uma crise, preços baixos decorrentes da superprodução interna e devido à grande produção de outros países, com uma demanda estimada em torno de 35 a 40 milhões de sacas. Neste período houve a necessidade de uma nova estruturação no seguimento por parte dos produtores, pois os custos de produção saltaram vertiginosamente, desestimulando a produção em alguns locais onde a produção requeria maior investimento, tais como, mão-de-obra e solos poucos produtivos. Atualmente, os bons preços praticados no mercado (por conta da queda na oferta do produto em outros países produtores) projetam um cenário com novas perspectivas à cadeia produtiva do café.

Assim, no cenário atual, a produção de café no Brasil se encontra em patamares sustentáveis com produção de 2.440.056 toneladas de café, em 2009, segundo o IBGE, sendo 83% deste volume da Região Sudeste. No mapeamento por Estados realizado pelo Instituto, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo são os três maiores produtores de café do país (IBGE, 2009). As tecnologias desenvolvidas vêm colaborando com os altos níveis de produtividade, deixando o país com grande vantagem em relação aos outros países produtores e se mantendo como maior produtor mundial.

De acordo com a Organização Internacional do Café (OIC), a produção mundial do ano (safra 2010/2011) chegou a aproximadamente 133,3 milhões de sacas, representando um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior, sendo que a OIC estima uma produção inicial de 130 milhões de sacas para a próxima safra.

Segundo os últimos levantamentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é o maior produtor do mundo, com mais de dois milhões de



toneladas em 2009. No ranking dos cinco maiores produtores aparecem também Vietnã, Colômbia, Indonésia e Etiópia, como podemos observar na Tabela 2.

Tabela 2: Maiores produtores de café do mundo.

Posição	País	Produção (t)
1º	Brasil	2.440.056
2º	Vietnã	1.760.000
3º	Colômbia	887.661
4º	Indonésia	700.000
5º	Etiópia	260.339

Fonte: Fastat/FAO – Elaborado por Sebrae/PE, 2011.

O café é responsável por aproximadamente 7,5 milhões de empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva chamada agronegócio-café, exportando sua produção para mais de 130 países, sendo fonte de renda para uma grande parcela de proprietários rurais, sendo sua tradição deixada de geração a geração (RUFINO, *et. al.*, 2009).

#### 4.2. O Café no Espírito Santo

O Espírito Santo, desde a sua colonização, com Vasco Fernandes Coutinho, desenvolveu uma economia baseada na agricultura, em especial a cana de açúcar e de outros produtos baseados na subsistência da população. Apesar de várias buscas por metal, a capitania se mantinha com agricultura (CASAGRANDE, 2002).

Segundo o referido autor, até meados do Séc. XIX era o açúcar, apesar da pouca produção, o produto que sustentava a economia capixaba. O ouro, apesar das tentativas, era encontrado em pequena escala e foi ofuscado pelo ouro em grandes quantidades em Minas Gerais, o que colaborou para praticamente o fechamento de nossa capitania, que também contribuiu para que o desenvolvimento no Estado não acontecesse, levando a um atraso de 300 anos. Assim sendo, a capitania vivia à míngua, pouco povoada, sem algo que lhe desse novos ânimos para seu crescimento econômico.

É dentro desse contexto de necessidade de recuperação da capitania, que, em 1800, assume o governador Silva Pontes (Antônio Pires da Silva Pontes), que toma

de imediato algumas providências para que se alcançasse tal objetivo. Uma delas, e importantíssima, foram à assinatura dos Autos de 1800, ficando definitivamente demarcados os limites entre Minas Gerais e a capitania do Espírito Santo, o que acabou preservando o território capixaba, já que os mineiros se expandiam em direção ao mar. A assinatura deste ato vai também contribuir para o incentivo à comunicação entre as duas regiões, favorecendo o transporte pelo, até então, fechado Rio Doce, levando o povoamento e colonização daquela região, contando com a presença de mão de obra mineira, já que o ouro se encontrava em decadência.

Apesar de todos os esforços, a capitania ainda carecia de uma nova dinâmica na economia. Era preciso que se encontrassem caminhos que levassem ao real crescimento econômico capixaba. Mas o que o Estado tinha para isso? Terras poucos povoadas, mata quase que recobrando a extensão territorial, terras virgens e devolutas. Portanto, a saída era pela via agrícola, devido às possibilidades naturais. Paralelo, a isso, o Vale do Paraíba (abrange terras do Rio de Janeiro e São Paulo), em grande escala, vinha produzindo um produto, que apesar de ter entrado no Brasil no início do Séc. XVIII, só no início do século seguinte, Séc. XIX começava a ter expressão na economia do país, seguido por Minas Gerais e São Paulo. Os fluminenses começavam a expandir sua produção, fazendo das terras sul capixabas quase que uma extensão de suas terras, seguidos pelos mineiros, depois pelos paulistas (CASAGRANDE, 2002).

Sendo assim, o café chegou ao Espírito Santo nos primórdios do século XIX em decorrência das áreas de cultivo do Vale do Paraíba, e a monocultura do café, já no final do século, era a atividade predominante na agricultura do Estado (FERRÃO et. al. 2007).

O café se estabeleceu nas terras do Espírito Santo, apesar do território não apresentar as condições adequadas para o seu plantio. Como no oeste paulista, outros elementos foram fundamentais para sua produção, como as terras virgens para serem desbravadas e o estímulo do mercado externo, onde o preço e a procura pelo produto aumentavam ano após ano; o menor custo de implantação do produto se comparado ao da cana, o que contribuiu para que os lavradores capixabas abandonassem a sua produção, substituindo-a pela do café, surgindo assim “uma verdadeira febre de plantar café” (BITTENCOURT, 1987).

Segundo o supracitado autor, o período que segue é de grandes possibilidades para a província e para seus moradores. Em 1815, no Governo de Francisco Alberto

Rubim, foram exportadas as primeiras arrobas de café. Em 1852, o café já era produto de maior valor dentro das exportações capixabas, levando a Balança Comercial a apresentar seus primeiros saldos positivos, o que fortificou as relações comerciais e a sociedade capixaba.

Começando pelas regiões do sul: Mimoso do Sul, Cachoeiro do Itapemirim, Apiacá, Itarana, Muqui, Castelo, indo em direção ao norte, o café foi trazendo grandes transformações para a província. Aquela província pobre e isolada, já não era mais realidade, pois o grande contingente de imigrantes italianos, alemães, suíços, poloneses, tirolezes e austríacos, além de portugueses, que vieram a se estabelecer em territórios capixabas, aumentou consideravelmente o número de habitantes do Estado, que, em 1824, era de 35.000, passando, em 1900, a 209.783. (BITTENCOURT, 1987).

O desenvolvimento do setor de transportes, tanto rodoviário quanto fluvial (Porto Fluvial de Cachoeiro de Itapemirim), incrementou a desobstrução de rios; a construção e ampliação do Porto de Vitória, que passou a receber a presença constante de navios europeus; a rede ferroviária, que chega à Província Capixaba, no final do Império, que de Cachoeiro de Itapemirim ligava-se às regiões do interior, como Castelo e Alegre; além da criação de inúmeras benfeitorias, como o Correio Geral (1884), a iluminação a gás, o telégrafo elétrico; enfim, áreas de crescimento e desenvolvimento (CAMPOS JR, 1996).

No entanto, a partir de 1955 inicia-se uma nova crise nos preços do café, cujos resultados expressam-se através de transformações espaciais ainda não experimentadas pela agricultura capixaba, no contexto das outras crises ocorridas, como, por exemplo, a diversificação de algumas atividades produtivas. A partir desse período a exploração madeireira e a pecuária passam a apresentar elevadas taxas de crescimento. Assim, na década de 1960 temos a crise do café, que levou a erradicação de grande parte da lavoura cafeeira estadual, principalmente as localizadas na região Norte. A partir dessa década e mais fortemente, em 1971, com o plano de renovação e revigoramento da lavoura cafeeira, observam-se os primeiros plantios comerciais de café robustas (conilon), no município de São Gabriel da Palha, que se expandiram para toda região e, posteriormente, para o Sul do Estado (SILVA *et al.*, 2009).

O pequeno potencial de acumulação capitalista propiciado pela agricultura, tanto das pequenas quanto das grandes propriedades, associado ao precário sistema

comercial capixaba, não permitiram que fossem realizadas obras de infra-estrutura, como a construção de estradas e nem a dinamização da produção de café, conforme ocorrera em São Paulo. Esse cenário, conseqüentemente, interferiu de forma negativa no processo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo. Essa estrutura produtiva fundada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos, consolidada com a introdução do imigrante europeu e a abolição da escravidão, proporcionou a ocupação do Espírito Santo no sentido do sul para o norte, reproduzindo-se de forma predominante, até a década de 1960, quando encerrou a zona pioneira para o café (CASAGRANDE, 2002)

### **4.3. A imigração Italiana no Sul do Espírito Santo**

A segunda metade do século XIX, sobretudo, caracterizou-se, sob o aspecto demográfico e social, como um período de migrações massivas. Milhões de seres humanos deixaram neste período a Europa, principalmente a Itália, e foram para a América, continente que tornou-se uma terra de promessa, de expectativa, de enriquecimento fácil e de possibilidades de ascensão social e econômica (CASAGRANDE, 2002).

A elevação de impostos, endividamento e desemprego dos pequenos proprietários foram fatores relevantes e que levaram milhões de italianos a abandonar sua terra. Estima-se que, entre 1861 e 1940, aproximadamente 20 milhões de italianos emigraram, sendo 17 milhões somente entre 1861 e 1920. A maioria destes, era do norte da Itália, que concentrava mais indústrias e foi o palco das maiores transformações políticas e econômicas (DERENZI, 1974).

Celso Furtado (2007) afirma que as medidas do Governo Imperial para incentivar a imigração e atrair imigrantes só obtiveram sucesso devido às transformações ocorridas na Europa, assim a solução migratória surgiu como uma verdadeira válvula de escape.

Sendo assim, o Brasil recebeu um grande contingente destes imigrantes nesse período, principalmente para as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, e o Sul do país. Na província do Espírito Santo, o número de imigrantes pode parecer irrisório frente ao que receberam outras províncias, no entanto, dadas as condições da referida província, na segunda metade do século XIX, o fenômeno da imigração foi extremamente significativo (DERENZI, 1974).

Foram inúmeros fatores, sobretudo os políticos e econômicos, que levaram milhões de pessoas a se mobilizarem da Itália e de outros países, para o Brasil e, especificamente, para o Espírito Santo. Contudo, diante das leituras realizadas acerca do tema, foi possível indicar quatro elementos constantes que motivaram esse processo imigratório, são eles: a *propriedade*, ou seja, o desejo de tornar-se proprietário da terra; o *trabalho*, tão exaltado na memória dos imigrantes e seus descendentes, capaz de sujeitarem-se as mais precárias condições de trabalho para conseguir seus objetivos e ambições; *família*, freqüentemente numerosa, catalisador de vínculos comunitários e fraternos; e a *religião*, suporte ideológico, de identidade cultural e de valores morais.

Segundo Petrone (1982), as migrações produzem freqüentemente importantes transformações na estrutura demográfica, social, econômica e cultural das regiões interligada pelo movimento. O século XIX, sobretudo na segunda metade, caracterizou-se por uma transferência de grandes contingentes populacionais entre regiões, cujos contextos apresentavam muitas diferenças, quanto ao estágio de desenvolvimento e à evolução demográfica. Assim, de um lado, a Europa passava por uma fase de excedente de mão de obra, de novas relações sobre a utilização da terra, dos serviços e ofertas de emprego, principalmente daqueles pouco especializados. Por outro lado, o continente americano buscava atrair recursos humanos para povoar os imensos vazios demográficos e produzir riquezas.

Não há números exatos da quantidade de imigrantes italianos no Brasil e no Espírito Santo. Segundo Petrone (1982), estima-se 1.485.000; para De Boni (1998), entre 1836 e 1947, aproximadamente 1.513.523 italianos ingressaram no Brasil e, no Espírito Santo, estima-se em aproximadamente 35 mil.

Somente no ano de 1895, ingressaram no Espírito Santo 4.575 imigrantes. Neste mesmo ano, a imigração italiana para o Estado fora proibida, pois os imigrantes enfrentavam vários problemas, tais como: deficiência dos meios de transporte entre a capital e os núcleos coloniais; condições precárias de alojamento nos barracões existentes nas sede dos núcleos; demora na obtenção do lote e imprecisão nas demarcações; deficiência na assistência médica, escolar e religiosa; demora dos pagamentos e substituição do dinheiro por bônus (NAGAR, 1995).

Os imigrantes vieram de vários lugares da Europa, mas, segundo pesquisas realizadas por Busatto (1998), 53% dos imigrantes declaram ser das regiões do norte da Itália, como Vêneto, Lombardia, Emilia Romagna, Trentino-Alto, Adige e

Piemonte. As cidades mais citadas são Trento, Verona, Treviso, Mântua e Veneza. O número de imigrantes que ingressou no Espírito Santo pode parecer inexpressivo em relação à quantidade presente em outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. O ES, no entanto, é o Estado que apresenta a maior concentração de descendência italiana no Brasil, estimando-se entre 60% a 70% da população migratória.

#### **4.4. A Formação das Colônias de Imigrantes no Espírito Santo**

A colonização do Espírito Santo foi difícil desde a chegada dos portugueses e a divisão das novas terras em capitanias hereditárias. Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da Capitania na qual estava, o que hoje compreende o Espírito Santo, após várias tentativas de levantar engenhos de açúcar, fracassou em seu empreendimento, devido, sobretudo, aos assaltos dos índios, que reagiram e resistiram à caça de braços para a atividade agro-industrial. Este donatário dirigiu-se a Portugal e conseguiu apoio de D. João III, mas, ao retornar à capitania, fora expulso pelos próprios subordinados e depois de renunciar seus direitos de donatário, terminou sua vida pobre e desvalido na Bahia, à sombra do Governo Geral que o tolerava (HOLANDA, 1960).

Durante o século XVIII, a coroa portuguesa proibiu a construção de estradas em direção a Minas Gerais e também a navegação fluvial, para que o Espírito Santo se tornasse algo como uma cerca verde e assim proteger a região das minas piratas e do contrabando (CASAGRANDE, 2002).

Mediante a situação encontrada no Brasil, o governo italiano também impediu a vinda de seus colonos, como mostra-nos o historiador Gabriel Bittencourt:

“A introdução e fixação do imigrante europeu não-português no Espírito Santo não se fez sem choques e conflitos. No processo de acomodação do novo elemento introduzido, os imigrantes tiveram de enfrentar o isolamento e a ausência de vias de comunicação nos primeiros tempos e de mercado consumidor. Doenças desconhecidas, quebras contratuais, falsas expectativas criadas pelos aliciadores na Europa, e conflitos com a própria administração pública, mataram ou levaram de volta muitos colonos que não puderam resistir à epopéia da imigração. Daí a medida adotada pelo governo da Itália que, em 20 de julho de 1895, proíbe o embarque de italianos para o Espírito Santo” (BITTENCOURT, 1987, p 73).

Na primeira metade do século XIX, já não fazia mais sentido manter o Espírito Santo como barreira verde de proteção à região mineradora de Minas Gerais.

A estrada chamada São Pedro Alcântara, que ligava Vitória às jazidas auríferas, foi aberta entre 1814 e 1816. E, entre 1816 e 1830, as explorações de ouro nas antigas minas de Castelo, no sul do Estado, foram reiniciadas (CASAGRANDE, 2002). Nesta época, o café começava a ser exportado e, em 1815, as primeiras arrobas de café foram exportadas e o café já era o produto de maior valor nas exportações. No entanto, a falta de mão de obra; a escassa população concentrada na região litorânea; constituía um dos sérios obstáculos ao desenvolvimento da cafeicultura capixaba.

A solução pensada mediante os problemas foram à formação de colônias de povoamento e o incentivo à imigração. O que Celso Furtado diz genericamente em “Formação Econômica do Brasil”, a respeito das colônias de imigrantes no Brasil aplica-se validamente para as colônias do Espírito Santo:

“As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo Governo Imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja raça era distintamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E quase sempre, quando após vultuosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, evoluindo em simples economia de subsistência” (FURTADO, 2007, p. 183).

As primeiras colônias oficiais criadas no Espírito Santo foram as de Santa Isabel, em 1847, e Santa Leopoldina, em 1856, para imigrantes alemães e suíços, sob especial proteção do imperador, que as visitou em 1860 (DERENZI, 1974). Para a demarcação das terras surgiram muitos obstáculos, sobretudo com sesmeiros e posseiros da região. Muitos foram os fazendeiros que manifestaram seus protestos, insatisfações e denúncias contra a realização do núcleo colonial.

Para os imigrantes que se dirigiam ao Espírito Santo, o governo se comprometia com a derrubada de mil braças quadradas para a primeira lavoura, rancho provisório, ferramentas, sementes diversas para a primeira plantação, casal de porcos, duas galinhas, um galo, alimentação para seis meses e diárias, que provocaram problemas e queixas devidos aos atrasos constantes (DE BONI, 1998).

Além de trabalhar em sua terra, os imigrantes eram recrutados e remunerados para aberturas de estradas e outros serviços. Nos núcleos coloniais, principalmente o de Castelo, ainda criavam gado em pequena quantidade, que servia para o consumo da família e para o abastecimento de um incipiente mercado local (CASAGRANDE, 2002).

Segundo Casagrande (2002), para a formação das primeiras lavouras de café

houve muita dificuldade, pois os imigrantes não tinham ferramentas apropriadas. E a fertilidade das terras recebidas no núcleo colonial Castelo não era das melhores, ela era denominada pelos imigrantes de “La terra magra”. A lavoura de café leva algum tempo para produzir e, na época, a demora chegava há cinco anos, e neste período, os italianos trabalhavam nas grandes fazendas de café da região, em substituição aos escravos, fazendo assim uma jornada dupla de trabalho.

No Espírito Santo, a grande extensão de terras devolutas dificultava a implantação do sistema de parceria entre os grandes fazendeiros e os imigrantes, pois estes abandonavam a fazenda para se estabelecer em um lote próprio e outros trabalharam como meeiros pra conseguir suas próprias terras. Entre os latifundiários capixabas, sobretudo no sul do Estado, muitos tiveram que retalhar sua propriedade em pequenos lotes a serem vendidos a preços módicos e a longo prazo aos colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender sua produção à firma de comercialização. Esta prática era freqüente em outros lugares do Brasil, nesse mesmo período (COLBARI, 1998).

Dessa forma, segundo o autor citado acima, os imigrantes tiveram contato com as terras das fazendas do município de Castelo, onde já haviam compatriotas trabalhando como meeiros para os fazendeiros. Assim, mesmo sendo um trabalho temporário, os italianos conseguiram juntar algum dinheiro, fosse ele no trabalho de meeiro ou nos núcleos coloniais, e assim, eles abandonavam o trabalho na fazenda para adquirir sua propriedade.

A intenção dos italianos ao deixarem sua terra era a de serem proprietários e, após receberem o dinheiro da venda das primeiras colheitas, muitos dos imigrantes do núcleo colonial de Castelo passam a adquirir propriedades e a se transferirem para a região do futuro município de Castelo. E, como os fazendeiros do sul do Estado não se preparam para a mudança da mão de obra escrava para a mão de obra livre, as grandes fazendas de café se desmembraram entre os herdeiros que, enfraquecidos, as retalhavam em pequenos lotes e as vendia aos italianos (COLBARI, 1998).

Segundo Busatto (1998), faz-se necessário distinguir as diferenças no uso dos termos “colônia” e “colono”, em São Paulo e no Espírito Santo. Em São Paulo, por “colônia” entende-se o aglomerado de casas em uma fazenda para abrigar os trabalhadores rurais, enquanto, no Espírito Santo, compreende-se pela pequena propriedade delimitada no meio da floresta com o tamanho estipulado pela Lei de 1867: 302.500 m<sup>2</sup>, com 275 metros de frente para um rio e 1.100 metros de



profundidade.

Com a possibilidade de ser legítimo proprietário da terra, o trabalho adquiria uma nova motivação e a colônia teve um grande impulso a partir daí, pois vinha de encontro àquele que era o ideal máximo do imigrante: ser dono da terra para ali trabalhar e tirar o sustento de sua família (RIBEIRO, 2003).

#### **4.5. A Socialização dos Imigrantes**

No caso do Sul capixaba, onde predominavam as pequenas propriedades, os imigrantes criaram algumas estratégias para aliviar a pressão sobre a terra e preservar intacta a propriedade, tais como: enviar os filhos e filhas para seminários e conventos; migração de filhos para as cidades, ingressando nas atividades industriais ou portuárias; tornar-se artesão, barbeiro, marceneiro, sapateiro; e permitir que as filhas trabalhassem como domésticas. Como destaca Colbari (1998, p. 130): “O trabalho e a vida social em torno da religião fundavam uma moralidade pautada por valores comunitários que se sobrepunham às pretensões individualistas”.

Nesse sentido, a colonização do Espírito Santo por imigrantes italianos se caracterizou como um:

“[...] empreendimento familiar, no qual os grupos de parentesco sustentavam a organização comunal e definiam as estratégias de sobrevivência. A família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução; era praticamente auto-suficiente na produção de alimentos e bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal”. (COLOBARI, 1998, p. 137)

Segundo Ribeiro (2003), a quase totalidade dos imigrantes italianos que vieram pra o Espírito Santo, era católica. E, para os bispos da região, a imigração italiana foi responsável pela renovação espiritual do Estado, contrapondo o nativo indiferente, como o imigrante fervoroso, as igrejas vazias do litoral, onde predominava a população nativa, às capelas cheias e animadas do interior, nas colônias, sempre exaltando os costumes e as tradições italianas. E os pais freqüentemente se preocupavam com a educação religiosa dos filhos e cuidavam de ensinar-lhes o catecismo.

Para Colbari (1998), as missas e rezas dominicais não eram apenas expressão de um forte sentimento religioso, mas também estimulava tanto as práticas coletivas, quanto a convivência social, reforçando os rígidos padrões morais. A religião era o

centro dos valores morais que irradiava para a comunidade o ideal de disciplina, moralidade e ajuda mútua. Assim, as práticas religiosas, como o batismo e o casamento, criavam vínculos sociais e reafirmavam a identidade do grupo, a vida comunitária e a solidariedade grupal, favorecendo a cooperação e prestação de serviços que beneficiam tanto os indivíduos quanto toda a comunidade.

#### **4.6. Primeira Fase da Produção de Café em Castelo**

A região onde hoje é o município de Castelo, no período que vai do fim do Século XVIII, por volta de 1785, até a retomada dos trabalhos de mineração, ficou praticamente desabitada, pois, apenas no séc. XIX este tipo de trabalho foi retomado. Neste período, o café estava sendo produzido em larga escala no Vale do Rio Paraíba (CASAGRANDE, 2002).

No entanto, os mineradores desiludidos com a cata do ouro e observando que a terra da região de Castelo era fértil e virgem, muitos deles resolveram mudar de cidade. Assim, o grande impulso à cultura do café se dá com a chegada dos ricos e capitalizados fazendeiros oriundos da região do Vale do Rio Paraíba e também de Minas Gerais. Os poucos recursos utilizados na recuperação do solo e o tipo de agricultura que se praticava exigiam, cada vez mais, novas áreas para plantação do café (CASAGRANDE, 2002), levando a região de Castelo a se inserir no cenário estadual e nacional da produção cafeeira.

Os antigos locais que seduziam os aventureiros pelo brilho do precioso metal passaram a atrair fazendeiros de cafés em busca de terras virgens e férteis para exercerem suas atividades. As primeiras expedições em buscas dessas terras propícias à agricultura aconteceram em 1822, mas somente, por volta de 1845, que foram construídas as primeiras fazendas de cafés em Castelo (CASAGRANDE, 2002).

Esses pioneiros vinham para morar na região e não apenas explorá-la, e chegavam munidos de dinheiro e escravos, fazendo com que se desenvolvesse na região uma atividade econômica constante e duradoura.

As fazendas que foram construídas eram realmente grandes, cuja média de tamanho era o dobro das demais fazendas da região sudeste, atingindo 2.807 hectares. Essas fazendas se formaram em áreas desabitadas, salvo por alguns índios, daí o motivo da imensa quantidade de terras. O tamanho aliado ao isolamento (os

meios de transporte e comunicação entre os municípios eram quase inexistentes) fazia com que elas se tornassem praticamente auto-suficientes, quase tudo que se necessitava era produzido na própria fazenda. E depois de produtivas, as fazendas eram legalizadas, as leis que tratavam sobre as questões das terras beneficiavam a formação da grande propriedade, pois a terra era uma mercadoria e, como tal, deveria pertencer a quem dispunha de recurso para adquiri-la (RIBEIRO, 2003).

Segundo o autor, a estrutura e a organização das fazendas eram voltadas para produção, transporte e comercialização do café. E o sistema utilizado nas colônias era o Sistema de *Plantation*, apesar de que, nesta época, 1940, o Brasil já não era mais colônia de Portugal. No entanto, esse sistema imperou em Castelo, e a principal característica do *Plantation* era a utilização da mão de obra escrava, pois todo e qualquer tipo de trabalho era realizado por eles, além das grandes extensões de terras para que pudesse ser cultivado o café, que tinha como o destino o mercado exterior.

É importante destacar que os meios de transporte eram precários no período inicial das fazendas, onde somente burros e bestas de cargas conseguiam chegar a todo o Estado e, por fim, serem exportados.

A organização econômica de Castelo, em cima da mão de obra escrava e da monocultura para exportação, inicia-se quando o sistema escravista começa a se desestruturar em vários lugares do Brasil, isto é, a partir de 1850. Desta forma, o período em que foi utilizada a mão de obra escrava nesta região, foi muito curto, em comparação a outras regiões (CASAGRANDE, 2002).

Assim, a abolição da escravatura, em 1888, representou um fim de uma era na região. As grandes fazendas produtoras de café não resistiram a esse duro golpe e iniciaram um processo de decadência, e que, no caso específico de Castelo, constituiu na divisão da terra, formando pequenas propriedades. Contudo, a falta de mão de obra, não foi o único responsável pelo fim das grandes fazendas, a dificuldade de transporte devido à precariedade das estradas, a baixa produção da região sul, bem como, poucos investimentos em máquinas e beneficiamento da produção também acelerou este processo (CASAGRANDE, 2002).

A abolição da escravidão já era algo esperado, no entanto os fazendeiros não se prepararam para tal transição (mão de escrava para a assalariada), mesmo porque eles não estavam capitalizados o suficiente para tanto. Diante da natural aversão dos antigos escravos ao trabalho rural, a solução para o problema de mão de obra foi a vinda dos imigrantes europeus, no caso específico de Castelo, em sua grande

maioria, de italianos.

#### **4.7. Segunda Fase da Produção do Café em Castelo**

A dinâmica da segunda fase da produção de café, em Castelo foi analisada de forma bem sucinta, por meio do fenômeno da imigração italiana, sob dois aspectos: organização da produção e modo de vida. A imigração só se tornou realidade pela conjunção de dois fatores: de um lado, o Brasil carente de mão de obra com a eminente e inevitável abolição dos escravos, e, do outro lado do Atlântico, mais precisamente na Itália, um número crescente de pessoas que não eram absorvidas pela industrialização italiana.

Sendo assim, para o governo brasileiro era a possibilidade de incrementar a produção agrícola e povoar as regiões desabitadas. Para a Itália era uma das maneiras de manter o controle social, já que com a imigração diminuía-se o número de habitantes mais miseráveis e, conseqüentemente, abrandava as crises sociais por mudanças.

Como afirmado anteriormente, o Espírito Santo funcionou durante um longo período como barreira de proteção às minas de ouro das Minas Gerais. Desta forma, ser desabitado era uma necessidade. Mas, passado o período de Ouro em Minas, o Estado perde essa função, iniciando-se assim uma tentativa estatal de povoar o Espírito Santo. O café era a principal atividade econômica, mas carecia de um grande número de mão de obra escrava, que estava cada vez mais escassa. Em 1850, em pleno início da produção de café em Castelo, é lançada a Lei Eusébio de Queirós, que proíbe a importação de escravos (CASAGRANDE, 2002).

A opção encontrada para o crônico problema da mão de obra foi incentivar a vinda dos trabalhadores europeus, proporcionando-lhes uma nova realidade. E os imigrantes que chegavam ao Espírito Santo tinham duas opções: dirigirem-se aos núcleos coloniais, Castelo e Colônia Rio Novo, ou irem substituir o trabalho escravo nas fazendas de café já estruturadas. A grande maioria das famílias optou pelos núcleos coloniais; outras, no entanto, vieram diretamente para as fazendas de Castelo, subindo pelo Rio Itapemirim, até chegarem ao destino (CASAGRANDE, 2002).

Segundo o autor citado acima, a idéia da substituição do trabalho escravo pelos imigrantes europeus não era bem aceita pelos fazendeiros, mas com o fim da

escravidão, eles não tiveram outra opção se não aceitar os italianos. A maioria dos imigrantes preferiu trabalhar nas terras doadas pelo governo, e muitos dos que preferiram o trabalho nas fazendas se arrependeram posteriormente e transferiram para os núcleos coloniais.

Em função do mau planejamento dos fazendeiros e a dificuldade de se adaptarem ao novo tipo de mão de obra, as antigas e grandes fazendas de café foram se desmembrando entre herdeiros, que, cada vez mais enfraquecidos, acabavam por vendê-las aos pedaços (lotes) aos italianos. E as grandes fazendas gradativamente eram transformadas em pequenas propriedades, quase sempre nas mãos dos descendentes italianos (CASAGRANDE, 2002).

Devido às características apresentadas pela estrutura fundiária e produtiva da agricultura estadual, que consistiam no predomínio da pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos, a dimensão das propriedades estava relacionada com capacidade de produzir que uma família possuía (CAMPOS JR, 1996). Assim, a produção, que tinha o café como único produto de valor comercial, era pequena, de subsistência, pouco capitalizada propiciando, dessa forma, apenas a reprodução simples da unidade produtiva. Nessas condições, a agricultura permitia um processo de acumulação capitalista bastante incipiente.

Para Colbari (1998), o capital cultural do imigrante lhe assegurava certa superioridade em relação ao trabalhador nativo, imprimia-lhe uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social, cujo eixo estava na Igreja e nos grupos de parentesco.

Para a referida autora, as diversas formas de sociabilidade dos imigrantes, como o trabalho, a religião e o lazer, eram estruturadas a partir da vida familiar. A família se constituía como núcleo que desencadeava as motivações necessárias para enfrentar as adversidades das condições físicas, ambientais e sociais e mantinha a coesão dos grupos numa vivência comunitária. Muitos dos imigrantes viviam em grupos de uma mesma região, onde já mantinha fortes laços familiares de amizade, vizinhança, apoio mútuo, com influência sobre suas redes sociais.

Diante dessa história, o cenário atual da agricultura familiar, com ênfase no cultivo do café, assume papel de destaque na economia capixaba, pois, segundo o Novo Pedeag (2007), o Espírito Santo é o segundo maior produtor brasileiro e o maior produtor de café conilon, com 75% do total nacional. Essa cafeicultura está presente em mais de 56 mil das 86 mil propriedades existentes, com envolvimento de

cerca de 130 mil famílias, gerando aproximadamente 400 mil postos de trabalho diretos e indiretos, em 77 dos 78 municípios capixabas, sendo conduzida prioritariamente por produtores de base familiar.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com essa breve revisão sobre a história da cultura do café no Espírito Santo, especificamente no município de Castelo, pode-se concluir que com a imigração, a produção de café no Estado sofreu um forte impulso e crescimento. O imigrante instalado na pequena propriedade e sustentado pelo trabalho familiar foi um agente modernizador e transformador da sociedade e da economia capixaba.

Assim, a constituição da pequena propriedade no Estado está amplamente relacionada com dois acontecimentos históricos: a abolição da escravidão e a chegada do imigrante europeu. O fim da escravidão contribuiu para promover a desconcentração da terra no sul do Estado. E a maioria das fazendas ali existentes desapareceu ou fragmentou-se em pequenas propriedades, em razão da carência de mão-de-obra.

Como a lógica de produção do espaço capixaba estabeleceu um processo inverso ao verificado na maioria dos estados brasileiros, pois enquanto nestes estados consolidava-se o latifúndio, no final do século XIX e durante grande parte do XX, no Espírito Santo, a formação espacial caracterizava-se pelo predomínio uma estrutura produtiva fundada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos. Essa forma de organização da produção deixou evidente seu limite no desenvolvimento socioeconômico estadual.

Pode-se admitir que o modelo de imigração adotado no Espírito Santo serviu como propaganda de maneira a mostrar que o país estava comprometido com a viabilização do acesso à terra para o imigrante e assim atraí-los para outros estados do Brasil, sendo que a política de imigração desenvolvida pelos capixabas proporcionou ao imigrante europeu o acesso à pequena propriedade, diferentemente do que ocorreu na maior parte do país.

Dessa forma, pode-se concluir que uma das maiores contribuições do imigrante para a sociedade brasileira foi ter demonstrado a viabilidade da pequena propriedade, o que lhe deu um papel significativo nesta mesma sociedade. No sul do Espírito Santo, graças ao retalhamento de fazendas ou terras devolutas, a pequena

propriedade de imigrantes mudou completamente a paisagem fundiária da região.

Além disso, o capital cultural do imigrante, estruturado a partir da vida familiar e grupos de parentesco centrado na terra e no trabalho, refletem nas diversas formas de sociabilidade e, com isso, no processo de produção e reprodução social.

## 8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALCOFORADO, Fernando Antônio Gonçalves. **Os Condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Tese de doutoramento em Planificacion Territorial y Desarrollo Regional. Universitat de Barcelona. Departament de Geografia Física e Anàlisi Geogràfica Regional, Barcelona, 2003.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: O roteiro da industrialização**. Vitória- ES: Editora Cátedra, 1987.

**Boletim Setorial do Agronegócio**. Sebrae, Recife/PE, agosto 2001. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/cafe/osetor/mercado/Boletim%20Setorial%20Cafeicultura.pdf>> Acesso em 15 fev. 2011.

BUSATTO, Luiz. Por uma Identidade Ítalo-capixaba. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.) **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. Imigração Italiana e a Constituição da Pequena Propriedade no Espírito Santo. In: Castiglioni, Aurélia H. (Org.) **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998.

CASAGRANDE, André Dell'orto; BARRBIEIRO, Maria Helena Mion. **Castelo: da pré-história ao início do Século XX**. Prograf, 2002.

CETCAF. Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café. In: **Café do Brasil: o sabor amargo da crise**, 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/sites/default/files/biblioteca/cafe.pdf>>. Acesso em jan. de 2011.

COLBARI, Antônia. Família e Trabalho na Cultura dos Imigrantes Italianos. In: Castiglioni, Aurélia H. (Org.) **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução de Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

DE BONI, Luís Alberto. Imigração Italiana no Brasil. In: (Org.) **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998.

DERENZI, Luís Serafim. **Os Italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

EMBRAPA CAFÉ. **Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café**. Brasília, DF: Embrapa Café, 2004, 148p.

FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A. da.; BRAGANÇA, S. M.; FERRÃO, M. A. G.; DE MUNER, L. H. (Coords.). **Café Conilon**. Vitória, ES: Incaper, 2007. 702p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Época Colonial**. História Geral da Civilização Brasileira, v.1. São Paulo: Difel, 1960.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 29 jan. 2012.

NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana**. Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória. Arquivo Publico Estadual, Vitória, 1995.

OIC. Organização Internacional do Café. **Relatório mensal sobre o mercado cafeeiro**. Disponível em: <<http://dev.ico.org/documents/cmr-0611-p.pdf>> Acesso em 01 fev. 2011.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Imigrante e a Pequena Propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Pequena Contribuição à História da Imigração Italiana no Sul do Espírito Santo**. Vitória: ARTGRAF Gráfica Editora Ltda., 2003.

RUFINO, J. L. S.; ARÊDES, A. F. Mercados Internos e Externos do café Brasileiro. Brasília, DF: **Empraba Informações Tecnológicas**, 2009. 270 p.

SILVA, A. E. S.; COSTA, E. B.; FERRÃO, R. G.; DE MUNER, L. H.; FONSECA, A. F. A.; FERRÃO, L. M. V. Geração, Difusão e Transferência de Tecnologia. In: **Café Conilon**, Vitória, ES: Incaper, 2007. 702 p.



**ARTIGO 2. CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO CAFEIEIRO  
DO MUNICÍPIO DE CASTELO-ES**

## 1. RESUMO

O Arranjo Produtivo pode ser caracterizado por aglomerações espaciais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos e interdependência, que geralmente envolvem: a participação e a interação de instituições e suas variadas formas de representação e associação; instituições públicas e privadas. Assim sendo, objetivou-se neste artigo, caracterizar o arranjo produtivo cafeeiro do município de Castelo/ES, em termos do perfil pessoal e familiar dos agricultores, principais práticas tecnológicas e espaços relacionais. Para tanto, a metodologia foi baseada na pesquisa exploratória e o levantamento das informações consistiu na aplicação de questionário semi-estruturado com 128 agricultores familiares produtores de café, que são proprietários agropecuários há no mínimo 5 anos. Os resultados mostraram que os agricultores, basicamente do sexo masculino, casados, na faixa etária de 29 a 59 anos e com ensino fundamental incompleto, residiam no meio rural, envolvendo-se com as principais práticas tecnológicas do arranjo produtivo cafeeiro. O espaço relacional para a condução das práticas tecnológicas envolveu redes de trabalho institucionais e informais, principalmente a rede de íntimos. O índice tecnológico do café conilon foi superior ao arábica, com destaque para as práticas de plantio e pós-colheita do café. Conclui-se que o arranjo produtivo cafeeiro, na pequena produção e no trabalho familiar está fundamentado na interação, cooperação e aprendizagem.

**Palavras- Chave:** Arranjo Produtivo Local, Práticas Tecnológicas, Redes de Trabalho.

## 2. ABSTRACT

The Productive Arrangement can be characterized by spatial agglomerations of economic agents, social and political, focusing on a specific set of economic activities, which have connections and interdependence, which usually involve: participation and interaction of institutions and their various forms of representation and association, public and private institutions. Therefore, this article aimed to characterize the productive arrangement of the coffee town of Castelo/ES in terms of personal and family farmers, leading technology practices and relational spaces. For this purpose, the methodology was based on exploratory research and gathering information consisted in the application of semi-structured questionnaire with 128 farmers coffee producers, owners Who are farming for at least five years. The results demonstrated that farmers, primarily male, married, aged 29-59 years with incomplete primary education, lived in rural areas, engaging with leading technology practices in coffee production network. The relational space for the conduct of practices involving technological networks and informal institutional work, especially the network of close technological index was superior to conilon coffee arabica, with emphasis on the planting practices and post-harvest coffee. It is concluded that the arrangement coffee production in the small production and family labor is based on interaction, cooperation and learning.

**Keywords:** Local Productive Arrangement, Practical Technology, Networks Work.

### **3. INTRODUÇÃO**

A agricultura abriga cerca de um terço da população brasileira, principalmente na agricultura familiar, que, segundo Wanderley (2009), corresponde a certa camada de agricultores capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, além de se configurar como uma forma social de produção e trabalho que se encontra imersa em um ambiente social e econômico onde vigoram relações sociais.

No setor agropecuário mundial, brasileiro e do Estado do Espírito Santo, a cafeicultura é uma das atividades mais importantes, ela vem desempenhando função de vital relevância para o desenvolvimento social e econômico, garantindo a geração de emprego e a fixação do homem no campo. O Brasil sempre foi o principal produtor com cerca de 37% da produção mundial, o Espírito Santo, mesmo sendo um Estado que representa menos de 0,5% do território brasileiro, é o segundo maior produtor brasileiro (TOMAZ, *et. al.* 2011).

Assim, o arranjo produtivo cafeeiro constitui a principal atividade na geração de emprego e renda no Estado, sendo que 75% dos cafeicultores são pequenos produtores de base familiar (FERRÃO *et al.*, 2011).

Neste estudo, rever noção de Arranjo Produtivo Local baseou-se na valorização da tradição, nos costumes e no *savoir-faire* historicamente construídos num determinado recorte espacial (CASSIOLATO e LASTRES, 2003). Nesse sentido, a cultura da produção do café de base familiar, tornou-se uma tradição, constituindo uma estratégia importante na busca pela identidade local, elemento essencial para a caracterização de um Arranjo Produtivo e item cada vez mais valorizado no contexto competitivo atual.

Assim sendo, objetivou-se neste artigo, caracterizar o arranjo produtivo cafeeiro, em termos do perfil pessoal e familiar dos agricultores, principais práticas tecnológicas e espaços relacionais.

### **4. REVISÃO DE LITERATURA**

#### **4.1. O Rural como Espaço de Vida**

Segundo Wanderley (2009), o estudo do rural como espaço de vida supõe a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência a ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

Do ponto de vista sociológico, quando se fala em “rural”, aponta-se para duas características que são consideradas fundamentais. Por um lado, a relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo através de seu trabalho e de seu habitat. Trata-se, sem dúvida, das representações do espaço natural e rural, isto é, “objeto de múltiplas atividades e usos humanos, é a menos natural possível”, como destacaram Mathieu e Jollivet (1989) *apud* WANDERLEY, (2009, p.15). Por outro lado, relações sociais, também, diferenciadas, que Mendras, *apud* WANDERLEY (2009) definiu como “relações de interconhecimento”, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das coletividades rurais. Destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho e da família, etc.

Segundo a referida autora, o reconhecimento e a delimitação do espaço rural variam de país para país, em função das formas efetivas de ocupação territorial, da evolução histórica, das concepções predominantes em cada um deles. Assim, em certos casos, o meio rural se caracteriza pelo habitat concentrado em um núcleo, que aglutina não somente as residências dos habitantes do campo, mas também as instituições públicas e privadas ligadas a vida local (igreja, postos bancários e de cooperativas, escolas, postos de saúde, etc).

Janet Fitchen, *apud* Wanderley (2009, p.215), afirma que, “o espaço, como um todo, tanto quanto cada parcela individual da terra tem uma história social conhecida e referenciada pela população local, e o próprio termo “local” é uma forma de associar a população em relação ao espaço”. Nesse mesmo sentido, Campanhola e Silva (2000, p.13-14) afirmam que o local além de uma conotação física representa também um conjunto de relações econômicas, sociais e culturais, que lhe conferem características específicas e diferenciadoras. Ou seja, o local é onde os sujeitos estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade; onde as relações de mercado e formas de regulação social se encontram, determinando formas diferentes de organização da produção e diferentes

capacidades inovadoras, tanto para produtos quanto para processos, levando a uma diversificação de produtos.

#### **4.2. O Conceito de Agricultura Familiar**

É importante a compreensão do conceito de agricultura familiar (AF) para que seja possível entender o nosso principal objeto de estudo, que é o agricultor (a) familiar e suas relações sociais estabelecidas dentro do arranjo produtivo local.

No Brasil, para a definição da noção de AF foram adotados vários aspectos normativos: gestão familiar e trabalho predominantemente familiar. O estudo FAO/INCRA (2000) agregou também o tamanho da área do estabelecimento agrícola, variável de acordo com a região do país, identificando que havia 4,1 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, correspondendo à 85% do total e segundo o IBGE (2006) são 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários. Esse e outros estudos afirmariam que a AF era dotada de características sociais que poderiam colocá-la no centro de um projeto de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, pois era mais eficiente do ponto de vista econômico, em função de uma maior rentabilidade por unidade de área e mais eficiente do ponto de vista social, pois gerava a maior parte das ocupações e empregos no meio rural. Ao longo do tempo, procurou-se afirmar também que AF era mais eficiente do ponto de vista ambiental, pois era dotada de uma racionalidade que prezava por um maior cuidado com os recursos naturais. Além disso, na noção de agricultura familiar, procurou-se ressaltar a idéia de cooperação, pois não se limitaria ao caráter produtivo do conceito de pequena produção.

Segundo Castilhos (2003, p. 16), a expressão “pequena produção” ou “pequenos agricultores” revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista incompleta e não desenvolvida. Ou seja, os pequenos agricultores seriam produtores atrasados e marginalizados no capitalismo, que fazem parte do proletariado agrícola e, portanto, são uma classe com “potencial de luta” para a transformação da sociedade. Já a expressão “agricultura familiar” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. Por isso, acredita-se no papel da agricultura familiar tanto para a luta pela transformação da sociedade, quanto para a manutenção dos agricultores familiares, como forma de organização produtiva dentro da nova

sociedade que queremos construir.

Com base no exposto, verifica-se, portanto, que longe de procurar identificar um estado, a noção procura apresentar o devir, um *locus* ideal de um agricultor mais independente em relação ao capital e à integração agroindustrial (NEVES, 2006).

Em termos de configuração de pautas de conduta segundo valores éticos e responsabilidade social, o projetado agricultor familiar é, de fato, um agente em construção: antes de tudo político, de modo a se tornar econômica ou produtivamente autônomo. Os mentores da redefinição do Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) preconizaram a retomada de posição do desejado agricultor frente às alternativas de inserção no mercado. Advogaram a constituição de vínculos mercantis em mercados cujas relações não acentuassem os riscos de apropriação abusiva de excedentes e de expropriação. O mercado interno (local ou regional) foi então concebido como mais propício às estratégias de controle da concorrência, especialmente as praticadas pelas empresas que se apresentam sob monopólios. Nesses termos, os atributos que configuram a categoria socioeconômica projetam a construção de paradigmas para a ação estatal e para os investimentos dos que buscam o reconhecimento social sob tal condição de afiliação (NEVES, 2006, pg. 22).

A noção de agricultura familiar se institucionalizou e se hegemonizou no Brasil frente a outras noções e conceitos que procuram definir o “homem do campo”. A noção de agricultura familiar, embora não seja precisa e unânime, tem sido amplamente adotada, a partir de meados dos anos 90, nos discursos e nos projetos em prol do desenvolvimento rural, nas organizações sociais do campo, organizações multilaterais e por praticamente todos os níveis dos governos brasileiros em suas políticas. A utilização da noção de agricultura familiar provocou uma substituição, mesmo que parcial, das definições de trabalhador rural, pequeno agricultor, camponês e outras, até então adotadas.

Os questionamentos teóricos a essa noção começaram a ferver nos últimos anos. Essa noção foi produto de um esforço teórico e político que produziu grande impacto tanto no meio político quanto no meio acadêmico. Isso porque, conforme afirma Neves (2006), esse conceito ganhou consagração também nos estudos das ciências sociais. No entanto, a autora questiona a dimensão dos significados que foram associados:

Nos campos de estudo das ciências sociais e de construção de projetos agrônômicos que se constituíram ao final do século passado na sociedade brasileira, o termo agricultura familiar talvez raramente se fizesse presente. Os termos de designação recorrentes eram pequeno produtor, pequeno proprietário e, por vezes, camponês. Termos diferentes estavam associados a segmentos de produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho, pressupostos concebidos segundo a lógica da produção industrial. Em certos

textos, tangencialmente, os autores que reconheciam termos de designação aproximada estavam geralmente referidos a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir dos modos de organização dos agricultores americanos e europeus. Estes eram diferenciados por critérios de utilização da força de trabalho e modo de gestão da produção social, classificados pela *family farm* ou reconhecidos como *family farmer*, isto é, pela identificação do produtor segundo o tipo de unidade de produção. Todavia, a partir da última década do século passado, o termo agricultura familiar ganhou tal ordem de consagração que, para reconhecer a importância do fenômeno social, tornam-se necessários exercícios exegéticos de interpretação dos significados a ele associados (NEVES, 2006, p. 1).

Em meados dos anos 90, quando o termo agricultura familiar passou a ser adotada, destacava-se a hegemonia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas questões rurais brasileiras e na luta pela reforma agrária; a luta por políticas agrícolas diferenciadas em virtude da concorrência dos produtos agrícolas importados do Mercosul e de outros blocos econômicos; o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre a importância da produção familiar; a decisão política da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em promover políticas de geração de renda e “alívio da pobreza”, nos países de capitalismo subdesenvolvido; a disseminação da idéia da eficiência do pequeno negócio e o crescimento dos partidos de esquerda, em termos de ocupação de espaços políticos (NEVES, 2006).

Na literatura da sociologia rural brasileira contemporânea, a noção de agricultura familiar colocou-se em substituição à categorias de análise utilizadas até meados dos anos 80.

Cabe assinalar que esta categoria tem sido objeto de muitos trabalhos que procuram mostrar, em estudos empíricos, como se exprime, em um espaço e um tempo específicos, as singularidades que permitem tê-la como uma categoria sociológica e a diversidade interna que implica em tomá-la como um ponto de partida da pesquisa social rural. Entretanto, Wanderley (1999) faz um alerta quanto ao uso da agricultura familiar enquanto categoria analítica<sup>1</sup>. Para a autora,

A agricultura familiar não é uma categoria recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala -

---

<sup>1</sup> A categoria “produção familiar” foi tratada por autores como: Graziano da Silva et al. (1986), Neves (1988), Wanderley (1988), Kageyama e Bergamasco (1988) e persistiu por longo tempo enquanto categoria analítica de relevância acadêmica, mas contou com pouca apropriação pelos movimentos sociais (PICCOLOTTO; DIESEL, 2006, pg. 3).

se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade social diferenciada (WANDERLEY, 1999).

### 4.3. Arranjo Produtivo Local

Neste estudo o interesse está centrado na definição de Arranjo Produtivo Local (APL), conceituado como um instrumento capaz de promover um novo ciclo de desenvolvimento descentralizado, com enraizamento local e regional. Dentre as mais variadas definições de APLs apresentadas pela literatura, optou-se pela concepção elaborada, em 2003, pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist<sup>2</sup>), que conceitua APLs como: “*aglomerações espaciais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos e interdependência*”. Geralmente envolvem: a participação e a interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação; instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO e LASTRES, 2003).

Segundo a referida rede de pesquisa, a conformação dos arranjos produtivos locais representa a gestação de estratégias coletivas de construção de especificidades e a conseqüente dotação do território local dos recursos fundamentais para competitividade. A idéia central de competitividade que transparece nos mais variados estudos realizados sobre os APLs é que a concentração de atividades econômicas interligadas em certas localidades aumenta o seu desempenho no mercado interno e no externo, mediante a presença de três fatores: a especialização em atividades econômicas relacionadas; a inovação e a adoção de melhorias práticas; e a identidade territorial, seja através da cultura local, seja de instituições locais, de marcas ou certificações de produtos.

A formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política

---

<sup>2</sup> Site: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>.



e econômica comum. São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas quanto privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo (LASTRES *et al.*, 2002).

Os principais resultados das pesquisas realizadas pela RedeSist em diferentes regiões do país confirmam que a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias geradas por suas interações fortalecem suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte de vantagens competitivas duradouras. A participação dinâmica em arranjos produtivos locais tem auxiliado empresas, especialmente as de micro, pequeno e médio portes, a ultrapassarem as conhecidas barreiras ao crescimento, a produzirem eficientemente e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais.

A partir dessa concepção de arranjo produtivo local, pressupõe-se que a área geográfica delimitada pelo município de Castelo/ES, por se tratar de um núcleo com áreas tradicionais importantes de produção café, pode constituir em um APL, com características potenciais para o desenvolvimento local.

## **5. IMPORTÂNCIA DO CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

O Espírito Santo ocupa menos de 0,5% do território brasileiro, sendo responsável por 25% dos grãos colhidos (CONAB). Nesse pequeno espaço, está inserida uma das mais imponentes cafeiculturas do mundo, numa área aproximada de 460 mil hectares, que acomoda um parque de 1,1 milhões de covas, que são responsáveis pela produção anual de mais de 10,0 milhões de sacas, oriundas de 61 mil propriedades (das 90 mil existentes). Essa produção coloca o ES em segundo lugar no ranking brasileiro, com 22% a 28% do total nacional (TOMAZ *et al.*, 2011).

Essa atividade está presente em todos os municípios, exceto a capital, Vitória. Em 80% dessas localidades, o café é a principal fonte geradora de renda. Só no setor de produção são envolvidas 131 famílias. A produção que gera esse grande negócio é obtida prioritariamente por produtores de base familiar, com tamanho médio das lavouras envolvendo os cafés arábica e conilon de 8,3 hectares (NOVO PEDEAG, 2007; TOMAZ *et al.* 2011).

Segundo Ferrão *et al.* (2011), a produção estadual está dividida em 74% de lavouras de conilon ou robusta e 26% arábica. O conilon é plantado em 63

municípios, em regiões quentes, com altitudes inferiores a 500 metros, apresenta bebida neutra e é utilizado na produção de café solúvel e nas misturas com arábica (“blends”). O arábica está presente em 49 municípios, com altitude superior a 500 metros, sendo o responsável pela produção de cafés mais finos, com melhor aroma e sabor.

De acordo com dados da Conab (CONAB, 2011), o Estado do Espírito Santo tem apresentado aumentos significativos de produtividade, resultado de utilização de tecnologias e treinamentos de responsabilidade do INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural, CETCAF – Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café, Universidades, SENAR e outros parceiros. Atualmente, destacam-se as produções de cafés especiais “Café das Montanhas do Espírito Santo” (para o Arábica) e “Conilon Capixaba o Robusta de Qualidade” (para o Conilon).

Esses dados demonstram a importância da agricultura familiar para o Estado e seus desdobramentos econômicos, sociais e ambientais nas relações de produção de café, tanto de arábica quanto do robusta.

## **6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo foi desenvolvido com os agricultores familiares produtores de café arábica e conilon do município de Castelo, localizado na região do sul do Estado do Espírito Santo.

A amostra desse estudo foi composta de 128 agricultores familiares produtores de café, que são proprietários agropecuários e que plantam café há no mínimo cinco anos. A técnica de coleta de dados consistiu na aplicação de questionário semi-estruturado, sendo que as variáveis referentes ao perfil pessoal e familiar foram as seguintes: sexo, idade, escolaridade, grau, ocupação, local de residência, estado civil. Por outro lado, a categorização das práticas tecnológicas e seus espaços relacionais foram feitos considerando todas as etapas do processo de produção, desde o preparo do solo até a comercialização, sendo elas: análise e preparo do solo, plantio, consorciamento, adubação, tratos culturais, manejo de pragas e doenças, irrigação, colheita, beneficiamento, secagem, armazenamento e comercialização do café produzido.

Para análise dos dados qualitativos fez-se uso da análise de conteúdo, e os dados quantitativos foram processados e examinados por meio do software estatístico

de banco de dados do SAEG, que é um Sistema para Análises Estatísticas da Fundação Arthur Bernardes, Universidade Federal de Viçosa.

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação à produção das duas espécies de café: *Coffea arabica* (café arábica) e *Coffea canephora* (café conilon) o município de Castelo segue as mesmas características do Estado, como pode ser observado na Figura 1.

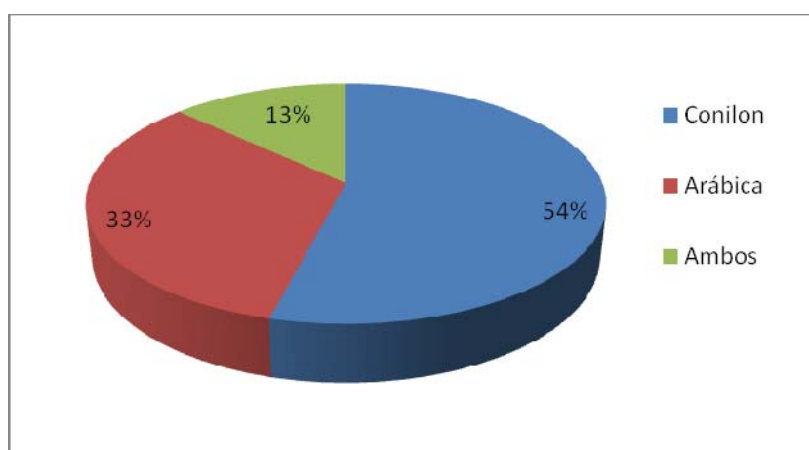


Figura1: Cafés cultivados no município de Castelo/ES, 2011.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Como pode-se verificar na Figura 1, na amostra de 128 agricultores, 54% são produtores de café conilon e 33% de café arábica, existindo 13% de produtores que produzem os dois tipos de café .

### 7.1. Percepções sobre o uso da terra

Para tentar compreender o perfil do agricultor familiar, foram realizados vários questionamentos em relação ao uso da terra, ao arranjo produtivo no qual estão inseridos, o motivo de serem produtores rurais e de terem como principal fonte de renda o cultivo do café, entre outras questões.

Ao serem questionados por que são produtores rurais, algumas categorias estiveram presentes na maioria das respostas, como: por motivo de herança; porque nasceu na terra; estudou pouco e só sabe fazer isso; por vocação; porque o pai era produtor rural e por tradição, como é possível observar nas falas a seguir:

*“Não tive oportunidade de estudar, porque tinha que trabalhar na roça, fiquei com a propriedade, de herança, casei e construí família, mas gosto da agricultura.”* (Produtor 6, café conilon)

*“Meu pai era produtor rural, quando terminei os estudos, voltei pra cuidar da terra, porque eles morreram.”* (Produtor 15, café conilon/arábica)

*“Não tive opção, passou de pai pra filho, não sei fazer outra coisa”.* (Produtor 17, café arábica)

*“Tradição, não tive como estudar, passei muito tempo na roça, hoje a gente faz curso, melhorou muito de uns 20 anos pra cá.”* (Produtor 45, café conilon)

Segundo Carneiro (2003) a propriedade familiar transmitida de geração para geração, contribui para manutenção e o fortalecimento do tecido social, além de possibilitar mediante a permanência da família no seu meio social, a continuidade das trocas e das práticas de sociabilidade que integram a tradição de um lugar e dão sentido à vida de um determinado grupo social.

A falta de oportunidades sociais principalmente no que concerne a escassez de capital humano foi um dos fatores determinante para “ser” produtor rural. Apesar disso, mais de 70% dos entrevistados se declararam satisfeitos com uso que eles fazem da terra, que possui um significado, que vai além do produtivo, como relatado a seguir:

*“Não é somente um meio de vida, trabalho nela tentando preservar, tirar o sustento e não um meio de riqueza, cuidando do meio ambiente”.* (Produtor 7, café arábica)

*“A Terra é vida, o problema é o tempo, se tiver irrigação consegue produzir.”* (Produtor 23, café conilon)

*“Fonte de renda e lugar pra gente morar, gosto do meio rural, aqui ainda é o melhor lugar pra morar.”* (Produtor 69, café conilon)

Foi possível observar, que os produtores desejam ter uma atividade agrícola rentável e valorizada pela sociedade e pelas políticas públicas (receber assistência técnica e ter uma política de preços favorável ao pequeno produtor) ao expressarem o “afeto a terra”, do “gostar de trabalhar”, ao sentirem orgulhosos com uma roça bem cuidada, de se sentirem “livres” por não ter um patrão, realizando o valor de ser “dono de si mesmo” e de “viver ao ar livre”, “em contato com a natureza”.

Outra questão que norteou a pesquisa foi sobre o arranjo produtivo local (APL), cuja conformação, segundo Redesist (2003), encontra-se geralmente

associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. Estes arranjos são mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. Sendo assim, quando perguntados o que seria um arranjo produtivo local, 100% dos entrevistados não souberam responder. A partir desse resultado, foi explicado para os agricultores familiares o que seria o APL. Após esse entendimento por parte dos agricultores, eles foram questionados se eles faziam parte desse arranjo e 56,4% dos cafeicultores, responderam que não faziam parte, uma vez que o nível de organização dos produtores era baixo, segundo os entrevistados. No entanto, 43,6% afirmaram fazer parte desse arranjo, pois existe uma confiança e uma relação de ajuda mútua entre eles, bem como a interação com as instituições locais, principalmente no que diz respeito à assistência técnica e acesso ao crédito rural. Desse grupo, 54,7% eram produtores de café conilon, enquanto que 45,3% eram produtores de arábica o que demonstra que os produtores de conilon estão mais engajados e articulados dentro do arranjo produtivo cafeeiro comparados aos cafeicultores de arábica.

Na visão do Redesist (2003), o tipo de sistema produtivo no qual o município em estudo está inserido, pode ser caracterizado como arranjo produtivo onde a interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, competitividade e desenvolvimento local.

Ao serem questionados do por que se dedicarem ao cultivo do café, em média há 30,4 anos, a maioria dos cafeicultores respondeu que era por questão cultural, por tradição das pessoas e das famílias. E, também, em função da topografia do terreno, entre outras questões, como demonstram as falas dos cafeicultores:

*“Tá no sangue, meu pai me ensinou a lidar com o café”.* (Produtor 21, café arábica)

*“Tradição, por causa dos meus pais, da facilidade de comercializar e por ser estocado por mais tempo”.* (Produtor 41, café arábica)

*“Pela topografia, a região é muito montanhosa e acidentada, a região tem grande produtividade, é mais rentável, é o que dá mais lucro aqui pro pequeno produtor.”* (Produtor 71, café conilon)

*“É o que a gente sabe fazer.”* (Produtor 69, café conilon)

A partir desses questionamentos, foi possível observar que a prática da

agricultura, para os tipos de produtores (tanto de arábica, quanto de conilon) confunde-se com o próprio pertencimento à localidade, ao gosto pela terra e pela tradição e se destaca como uma condição para manter uma dada qualidade de vida que seria impensável em outros espaços, principalmente na cidade.

Para Claval (2007) são a cultura e o território que dão ao grupo social a sua unidade. Assim, a cultura enquanto um conjunto de relações sociais e territoriais pode ser formado por atitudes, saberes, técnicas, crenças e valores, que fazem parte do cotidiano desse segmento.

Para o autor, pode-se, afirmar que a identidade dos agricultores familiares é constituída a partir de tradições, saberes, crenças, comportamentos e valores, que consideram tanto as dimensões material/simbólico, objetivo/subjetivo. Assim, observa-se que a agricultura familiar é marcada pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação de pertencimento com a terra e com o território.

## **7.2. Perfil dos produtores de café e sua família**

Em relação à posse do estabelecimento, 100% dos agricultores entrevistados eram proprietários da terra, com área média 10,6 ha visto que, essa característica era pré-requisito para compor a amostra. Sendo assim, os agricultores tinham em média a posse da terra há 30,4 anos, que foram adquiridas, por meio de herança ou compra do terreno, plantando além do café, principalmente, eucalipto (17%), palmito (10%) além de se dedicarem a bovinocultura (79,6%). Dessa forma complementam a renda que advém, em sua grande parte, da cafeicultura.

Dos agricultores entrevistados 85,3% dos produtores de conilon residiam no campo, ou seja, na propriedade (Tabela 1), e somente 14,7% moravam na cidade, em busca de melhores condições de vida para os filhos, como escolas e faculdades. Em relação aos produtores de arábica, 100% residiam no campo.

Tabela 1: Local de moradia dos produtores de café, Castelo/ES, 2011.

Local de Moradia	PRODUTORES (%)	
	Conilon	Arábica
Campo	85,3	100,0
Cidade	14,7	00,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Com respeito ao sexo e faixa etária dos produtores de conilon, constatou-se que 90,5% dos entrevistados eram do sexo masculino, encontrando-se 8,4% na faixa entre 29 e 39 anos, 58% na faixa entre 40 e 59 anos e 33,6% acima de 60 anos. A idade média desses produtores era de 52,3 anos. Percebe-se, então, como no cenário nacional, uma tendência a permanência das pessoas mais velhas nas propriedades rurais, o que tende a interferir no processo de produção da cultura do café, e é intensificado com a evasão dos jovens para a cidade, principalmente em busca de estudos. Em relação ao sexo e faixa etária dos produtores de arábica, constatou-se que 94% dos entrevistados eram do sexo masculino, encontrando-se 16,7% na faixa entre 29 e 39 anos, 61,9% na faixa entre 40 e 59 anos e 21,4% acima de 60 anos.

No que se refere ao estado civil dos produtores de conilon, 1,45% eram solteiros; 97,1% casados/amigados; 1,45% viúvos. Em relação aos produtores de arábica, 90,5% eram casados/amigados e 9,5% viúvos. (Figura 2).

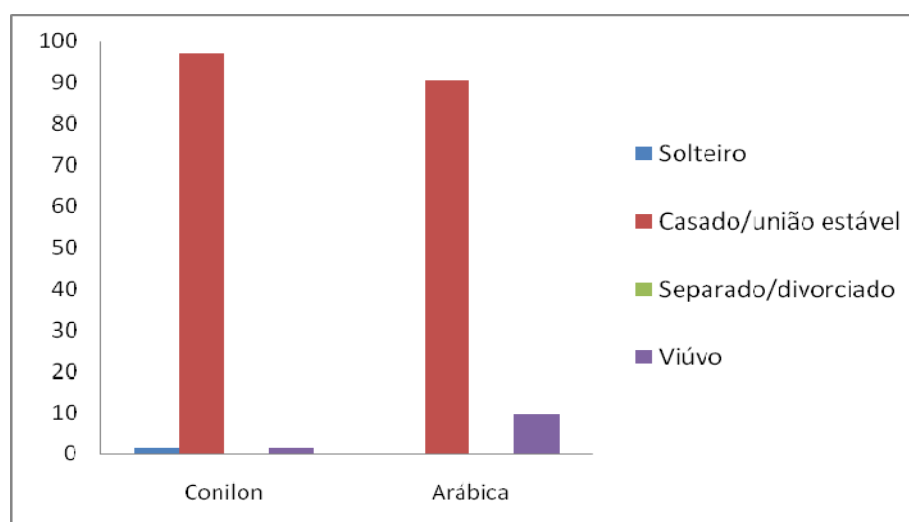


Figura 2: Estado civil dos produtores de café do município de Castelo/ES, 2011.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Em relação à escolaridade, constatou-se que os agricultores entrevistados

estudaram em média sete anos e que tanto os agricultores de conilon quanto os de arábica, preferencialmente, estudaram até a 4ª série do ensino fundamental, como é possível observar na Tabela 2. Já em relação à escolaridade da família, constatou-se que 62,5% possuíam o ensino fundamental completo, 1,6% concluíram o pré-escolar, enquanto 33,6% cursaram o ensino médio completo e somente 1% tinham o ensino superior e 1,3% não possuíam nenhum tipo de escolaridade. Esse dado se justifica pelas crianças, que ainda não entraram em idade escolar.

Segundo Schmidt *et al.* (2004), essa situação é preocupante, e mostra claramente a necessidade de um novo foco nas metodologias de assistência rural, priorizando a capacitação dos agricultores familiares, para os produtores de arábica e conilon.

Tabela 2: Escolaridade dos produtores de café, Castelo/ES, 2011.

<b>Escolaridade</b>	<b>Conilon (%)</b>	<b>Arábica (%)</b>	<b>Ambos (%)</b>
Até 4 anos	45,0	40,0	70,6
Até 8 anos	17,4	24,0	17,6
Até 11 anos	36,3	36,0	11,8
Acima de 11 anos	1,3	-	-
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Com respeito à participação social e política dos cafeicultores, os produtores de conilon (71%) declararam possuir alguma participação social, na associação de moradores ou de cafeicultores. E os produtores de café arábica (42,3%), declararam ter algum tipo de participação social na comunidade. E, em relação à participação política essa porcentagem foi menor, alcançando 20,2% e 15% apenas, dos produtores de conilon e arábica, respectivamente.

Segundo Schimdt *et al.* (2004), em sua pesquisa com agricultores familiares de arábica, o associativismo e o cooperativismo dos produtores rurais capixabas podem ser considerados muito baixo, pois atinge 20,8% e menos de 9,0 % respectivamente, dos agricultores familiares do Estado.

Na percepção dos agricultores, a afinidade que os vincula à comunidade ou município se dava a partir da Igreja e da Associação de Moradores, como pode-se



perceber nas falas a seguir:

*“A Igreja, porque é nesse momento que reunimos pra trocar experiências e trocar idéias.”* (Produtor 18, café conilon)

*“A Cooperativa, porque é lá que buscamos informação, fazemos cursos, compramos insumos e comercializamos o nosso produto.”* (Produtor 21, café arábica)

As atividades coletivas, realizadas por 70,5% dos cafeicultores, envolviam vários tipos de cursos relacionados ao cultivo do café, entre outros, como cursos de poda, plantio, qualidade do café, tratamentos culturais, uso de agrotóxico; alguns agricultores participam dos cursos e depois repassam as informações para os outros que não puderam participar; além de dias de campo, palestras, congressos, reuniões e de troca de experiências entre os próprios agricultores, cujos encontros geralmente acontecem na Igreja da comunidade.

Apesar desse convívio coletivo, quando questionados se os produtores tinham algum tipo de “poder” nas políticas públicas locais associadas ao café, a maioria dos agricultores não se sentia com poder, como destacado nas falas a seguir:

*“Não, por causa de acordos políticos, o pequeno produtor é descartado, só é lembrado na época de política”.* (Produtor 1, café - conilon)

*“Não, por falta de organização dos produtores.”* (Produtor 54, café arábica)

No entanto, um produtor do café conilon, morador da Comunidade Estrela do Norte, declarou que:

*“Sim, principalmente na nossa região, porque o café conilon do Estrela é referência, isso pesa por causa da quantidade de café da região”.* (Produtor 40)

A partir dessa fala, pode-se constatar que os produtores dessa comunidade, onde é localizada a Associação de Cafeicultores (APROCAVEN), por estarem organizados e pelo volume de produção, tem uma visão diferente em relação ao papel do agricultor.

Em relação à assistência técnica, 86,6% declararam receber algum tipo de orientação e apenas 16,4% não recebem nenhum tipo de assistência técnica relacionada à cultura do café e outros cultivos. Por outro lado, em relação à utilização de crédito ou financiamento para a propriedade, 86,6% dos entrevistados responderam que já fizeram uso de algum tipo de crédito e 16,4% nunca utilizaram este recurso, sendo que 27,6% dos produtores de conilon utilizaram o crédito *investimento* e 45% dos produtores de arábica utilizaram o do tipo *custeio*. E, em

relação ao tipo de financiamento, percebeu-se, de acordo com a Tabela 4, que a maioria já utilizou os dois tipos de crédito rurais, tanto custeio quanto investimento<sup>3</sup>.

Tabela 3: Tipo de crédito e número de financiamentos, obtidos nos últimos 3 anos pelos cafeicultores, Castelo/ES, 2011.

Tipo de Crédito	Conilon		Arábica		Ambos	
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)
Custeio	10	13,2	18	45,0	2	10,5
Investimento	21	27,6	10	25,0	7	36,8
Ambos	33	43,4	7	17,5	6	31,6
Nenhum Tipo	12	15,8	5	12,5	4	21,1
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>100,0</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>
Número de Financiamento	65	41,1	59	37,3	34	17,8

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

No entanto, os produtores familiares relataram a respeito da dificuldade do acesso ao crédito rural, por causa da burocracia e exigências de garantias feitas pela rede bancária, o que reflete diretamente nas baixas produtividades, principalmente nos cafezais de arábica.

O acesso a financiamentos é essencial, pois o contrário impede investimentos em estruturas básicas para obtenção de qualidade, como a construção de terreiros e tulhas, de lavadores-secadores-descascadores para o café cereja descascado<sup>4</sup> e equipamentos para secagem e beneficiamento da produção.

Segundo Schimdt (2004) o volume de recursos destinados ao crédito rural,

<sup>3</sup> O crédito de custeio é destinado aos financiamentos das atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produtos. De acordo com o projeto técnico, os créditos de custeio podem contemplar também verbas para: manutenção do beneficiário e de sua família; aquisição de animais destinados à produção necessária à subsistência. O crédito de investimento contempla recursos para financiar: investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, o processamento

e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural; aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para a melhoria da gestão dos empreendimentos rurais e das unidades agroindustriais, mediante indicação em projeto técnico (SAF, 2011).

<sup>4</sup> Quando se trabalha com cereja descascado (CD), a qualidade da bebida tende a melhorar sensivelmente, o grande entrave capixaba encontra-se na desuniformidade de maturação na colheita, fator que reduz sensivelmente o rendimento, além dos custos de produção e processamento do café CD (SCHIMDT *et. al.* 2004).

tanto de custeio quanto de investimento é premissa básica para o acesso do agricultor familiar ao mercado de cafés superiores.

O crédito é um instrumento fundamental para o processo de desenvolvimento de uma região quando lastreados a projetos socioeconômicos que geram externalidades, cujos efeitos trasbordam para além da figura do tomador do crédito. No meio rural, sobretudo entre os agricultores familiares mais pobres, ele pode contribuir para a geração de trabalho, renda, conhecimento e redução da pobreza (HOLANDA, 2010).

Além da burocracia creditícia, outros problemas e dificuldades enfrentados pelos cafeicultores são: falta de mão de obra, preço alto dos insumos, evasão dos jovens, estrada ruins, entre outros, como exemplificado na Tabela 4. Contudo, mesmo com os problemas relacionados, 67,9% dos agricultores registraram estar satisfeitos com a área plantada de café, com perspectivas de aumentar a produtividade, diversificar a produção com palmito, eucalipto e frutas, 19,2% dos cafeicultores declararam estar renovando suas lavouras. Assim, na referida Tabela é reunido os pontos fortes apontados pelos produtores.

Tabela 4: Problemas e dificuldades *versus* pontos fortes apontados pelos cafeicultores, Castelo/ES, 2011.

<b>PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
Falta de Mão de Obra	União da Família
Preço dos Insumos	Aumento da produtividade
Evasão dos Jovens	Terra fértil
Estradas Ruins	Troca de experiência entre os agricultores
Clima	Acesso a novas tecnologias
Falta de Organização dos Produtores	Facilidade da Comercialização
Instabilidade no Preço do Café	Renda Certa
Falta de Irrigação na Lavoura	Qualidade de Vida
Comercialização (Atravessadores)	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

A percepção dos cafeicultores sobre a atividade agrícola contém uma ambiguidade que expressa a contradição entre o estilo de vida rural e as condições de trabalhos na agricultura. Se, de um lado os agricultores reconhecem a falta de mão de obra, insumos caros, entre outros fatores, por outro, a vida no campo oferece vantagens sobre a vida na cidade, tranquilidade, segurança, além de se ter o que comer. Esses fatores contribuem para uma imagem positiva do meio rural, isto é, uma qualidade de vida no campo.

Essa ambigüidade faz com que alguns agricultores idealizem a permanência de seus filhos na propriedade familiar para dar continuidade ao trabalho sobre a terra, reafirmando assim, a tradição familiar e reproduzindo uma categoria social. Segundo Carneiro (2003) ainda que essas iniciativas envolvam um pequeno número de família elas são significativas como expressão de uma lógica de estratégia de reprodução social centrada na agricultura.

No que diz respeito à análise da composição familiar constatou-se que a mesma pode ser caracterizada como do tipo nuclear, com número médio de componentes em torno de 4 membros. E o número médio de filhos, foi de 3,0, preferencialmente do sexo masculino (64,6%) e solteiros (70,6%) e com idade média de 24 anos.

As famílias encontravam-se, segundo os dados da Tabela 5, na fase de dispersão do ciclo de vida familiar, dado que o casal possuía preferencialmente, idade acima de 40 anos e convivia praticamente, com os filhos adultos.

Tabela 5: Aspectos do perfil familiar dos produtores entrevistados, Castelo/ES, 2011.

ASPECTOS	UNID.	CAFÉ	
		Conilon	Arábica
1. Número de Componentes			
Até 2	%	16,4	16,5
2 a 4	%	44,3	43,5
5 a 6	%	32,8	27,5
7 e mais	%	6,5	12,5
2. Tamanho Médio da Família	Nº	3,5	4
3. Número Médio de Filhos	Nº	3	3,5
4. Presença de Agregados	%	13	17
5. Faixa Etária dos Filhos			
Até 9 anos	%	10,0	8,0
De 10 a 14 anos	%	13,0	13,0
De 15 a 17 anos	%	31,0	20,0
Acima de 18 anos	%	46,0	59,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Nesta etapa são maiores as possibilidades do casal dividir o encargo da manutenção da família com os filhos, já que os mesmos têm idade para se integrar ao trabalho. Relativamente, poucas famílias contavam com outros parentes agregados adultos (em média 15%), predominantemente do masculino, residindo e trabalhando na propriedade.

Segundo Schneider (2003, *apud* Souza, 2011), a família rural é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. Esta ligada por laços de parentesco e consangüinidade (filiação), podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção). É no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes, sendo também, em função desse referencial, que são estabelecidas as estratégias individuais e coletivas, que visam garantir a reprodução social do grupo familiar.

No que se refere, ao perfil das esposas dos entrevistados, 89% residiam no campo, constatando-se também que a idade média das mulheres se encontra na faixa etária de 46 anos. No que diz respeito à escolaridade, a média de anos estudados é de 7,0 anos, sendo que, 1,7% haviam concluído apenas o pré-escolar, 62,4% completaram o ensino fundamental, 33,3% o ensino médio e, somente, 2,6% finalizaram o ensino superior.

Na agricultura familiar é comum a todos, inclusive a mulher, o papel de coadjuvante, a ajudante do marido, o que sustenta os estereótipos da divisão sexual do trabalho onde a mulher realiza o “trabalho leve” (MELO, 2002). No entanto, a sua participação no processo de produção da agricultura familiar é desde o início simultâneo às mesmas atividades dos homens, além do trabalho doméstico e os cuidados com os filhos (as), elas representam mão de obra essencial no trato das lavouras.

E, os dados da pesquisa denotam esta realidade, pois 62,34% das mulheres (esposas) trabalhavam na propriedade e as principais atividades exercidas por elas eram: secagem (no terreiro de cimento), colheita do café, além de realizarem os trabalhos domésticos. Os filhos possuíam escolaridade média que variou de 5 a 16 anos de estudo, sendo que somente 38% dos mesmos trabalhavam na propriedade, colaborando com pai e a mãe, nas atividades produtivas.

É importante ressaltar, em relação à escolaridade dos filhos, que houve

aumento significativo tanto na conclusão do ensino médio quanto do ensino superior, comparada à escolaridade dos pais, o que indica ao mesmo tempo uma oportunidade para essas pessoas, como também menos mão de obra para as famílias.

Em função disso, a maioria dos filhos encontra-se estudando, ajudando de forma esporádica os pais no cultivo do café. Essa situação de dependência influencia a renda familiar, que deriva praticamente do cultivo de café.

Na região estudada a grande maioria dos jovens já não quer mais seguir a profissão de agricultor do pai, recebendo, inclusive, o estímulo dos próprios pais que vislumbram outro futuro, mais rentável e menos penoso, para seus filhos, como ilustra o trecho de uma entrevista com um agricultor:

*“Gostaria que meu filho estudasse, porque não tive essa oportunidade e tivesse um bom emprego”.* (Produtor 50, café conilon)

No entanto, para Graziano da Silva (2004), as dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por jovens de origem rural, com qualificação profissional e nível educacional normalmente mais baixo que os da cidade, a ausência de uma rede de parentela de apoio, a obrigação de pagar caro pela moradia, pelo transporte e pela alimentação, tem levado alguns jovens rurais a “descobrir” que podem ter um padrão de vida bem mais satisfatório no campo, onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a moradia e alimentação. Dessa forma, estabelecer residência na localidade de origem passa a ser valorizado não apenas por motivos econômicos, mas também em decorrência da idealização da vida rural pelos moradores da cidade.

Excepcionalmente, ainda é possível identificar a motivação de alguns filhos de agricultores, principalmente aqueles que apresentam melhores condições de reprodução social, de permanecerem na atividade agrícola e residirem no espaço rural. A “liberdade” que expressa a autonomia de viver por “conta própria”, ao “ar livre” e, principalmente de não ter patrão, é valor comum à ideologia de alguns desses atores sociais.

### **7.3. Força de Trabalho Ativa na Cultura Cafeeira**

A maior concentração de mão de obra ativa nas propriedades, principalmente na condição de familiares e de meeiros, está na faixa etária de 18 a 49 anos, levando em consideração que 62,3% das mulheres entrevistadas trabalham em alguma etapa

do cultivo do café e que a idade média delas é de 46 anos, constatando a importância da mulher na atividade economicamente rentável nas propriedades familiares.

Os proprietários do sexo masculino, que foram entrevistados, trabalham na propriedade ou realizam alguma atividade no cultivo do café. No entanto, é interessante destacar, que 20% encontra-se com mais de 60 anos, ou seja, é uma população idosa, mas que representa uma força de trabalho importante nas propriedades familiares, principalmente com a evasão dos jovens para as cidades em busca de estudos e de trabalho.

Nas propriedades pesquisadas, além da própria família, foram identificados 360 parceiros ou meeiros, como pode-se observar nas Tabela 6 e 7. Constatou-se, também, que o número de assalariados é baixo, sendo este tipo de mão de obra identificado apenas nos produtores de conilon (Tabela 6), em função tanto da falta de mão de obra qualificada, quanto do valor a ser pago pelo trabalho.

Segundo Graziano da Silva (2004), a agricultura tradicional também é exercida por não proprietários que exploram uma parcela na terra de outros, na condição de parceiros. No entanto, essa categoria encontra ainda maiores dificuldades de garantir o necessário a sua reprodução social. Além de contarem com todas as restrições próprias à condição de agricultor familiar, os parceiros são desapropriados de um terço ou da metade do total de sua produção em troca do direito de plantarem uma área de terra que não lhes pertence.

Tabela 6: Condições dos trabalhadores nas propriedades pesquisadas de café conilon, Castelo/ES, 2011.

<b>Café Conilon</b>						
	<b>Meeiros</b>		<b>Assalariados</b>		<b>Diaristas</b>	
	<b>(Nº)</b>	<b>(hs)</b>	<b>(Nº)</b>	<b>(hs)</b>	<b>(Nº)</b>	<b>(hs)</b>
<b>Homens</b>	60	4	7	8	160	8
<b>Mulheres</b>	40	3	-	-	-	-
<b>Crianças</b>	38	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>160</b>	<b>8</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Quanto à mão de obra dos diaristas, justifica-se pelo fato de serem contratados somente na época da colheita para suprir as necessidades de mão de obra e pelo volume da produção do café. De acordo com os produtores, a remuneração diária é, em média, de R\$ 70,00, cujo valor traz indignação por parte dos produtores.

Tabela 7: Condições dos trabalhadores nas propriedades pesquisadas de café arábica, Castelo/ES, 2011.

<b>Café Arábica</b>						
	<b>Meeiros</b>		<b>Assalariados</b>		<b>Diaristas</b>	
	<b>(Nº)</b>	<b>(hs)</b>	<b>(Nº)</b>	<b>(hs)</b>	<b>(Nº)</b>	<b>(hs)</b>
<b>Homens</b>	80	4	-	-	100	8
<b>Mulheres</b>	67	3	-	-	-	-
<b>Crianças</b>	50	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>197</b>	<b>7</b>	-	-	<b>100</b>	<b>8</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Quanto ao tipo de atividades realizada, pode-se constatar, conforme Tabela 8, que os parceiros e assalariados, do sexo masculino, realizaram praticamente todas as práticas do cultivo contrapondo às mulheres parcerias (26,9%), que estavam envolvidos em todas as etapas do cultivo, com destaque para a colheita (68,9%); já os diaristas do sexo masculino concentram suas atividades na colheita (74,5%), assim como as mulheres (100%).

Tabela 8: Atividades realizadas pelos trabalhadores nas propriedades pesquisadas, Castelo/ES, 2011.

	<b>Parceiro</b>		<b>Assalariado</b>		<b>Diarista</b>	
	<b>Atividade (%)</b>		<b>Atividade (%)</b>		<b>Atividade (%)</b>	
Homens	Todas	100,0	Todas	100,0	Todas	11,0
					Colheita	74,5
					Plantio/ Colheita	7,3
					Poda/ Colheita	3,6
					Adubação	3,6
Mulheres	Todas	26,7	-	-	Colheita	
	Colheita	68,9			100,0	
	Colheita/ Plantio	4,4				
Crianças	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.



Os dados da Tabela 9 evidenciam uma maior diversificação das atividades masculinas, uma vez que atuam em todas as etapas do cultivo cafeeiro; enquanto o segmento feminino concentra-se basicamente na colheita, na forma de parceiros ou diaristas, em função das outras atividades domésticas sob sua responsabilidade e do seu acesso a relações laborais precárias, o que evidencia os estereótipos de gênero na divisão do trabalho.

#### 7.4. Práticas Tecnológicas e Espaço Relacional

Quanto às práticas tecnológicas adotadas pelos agricultores (Figura 3), 93,8% e 96,2% dos produtores de café conilon e arábica respectivamente, fazem análise de solo com frequência e, para tanto, as redes formais acionadas foram o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural do Estado (INCAPER) e as Lojas que vendem produtos relacionados agropecuários. Já em relação ao preparo do solo e plantio do café, 100% dos cafeicultores realizam essa prática com frequência, e em sua maioria são realizadas pela própria família e pelos meeiros.

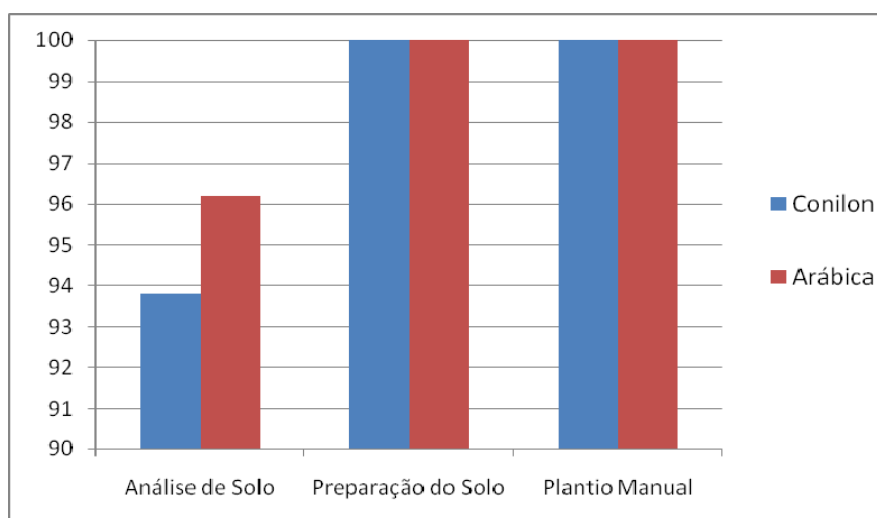


Figura 3: Práticas tecnológicas utilizadas pelos cafeicultores, Castelo/ES, 2011.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Na Tabela 9, estão relacionados os tipos de assistência técnica que são oferecidos no município, observando-se que há o predomínio de visitas/reuniões/cursos, o que pode ser justificado por ser uma atividade que atende os agricultores de forma coletiva. No período da pesquisa, o Escritório de Desenvolvimento Rural - INCAPER contava com poucos funcionários, um

engenheiro agrônomo, um zootecnista e duas secretárias, o que dificulta o trabalho dos profissionais gerando reclamações por parte dos agricultores.

Segundo Schimdt *et al.* (2004), um dos fatores mais preocupantes no elo da produção da atividade cafeeira de arábica é alta taxa de agricultores familiares que não tem acesso a qualquer tipo de assistência técnica, atingindo no Estado, 60% das propriedades agrícolas do Espírito Santo (SCHIMDT *et. al.*, 2004). No entanto, no município pesquisado, 74,5% e 75% dos produtores de conilon e arábica, respectivamente recebem algum tipo de assistência técnica, que segundo o MDA (2011) este tipo de atendimento tem como objetivo melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

Tabela 9: Tipo de assistência técnica oferecida aos agricultores familiares de café, Castelo/ES, 2011.

<b>Tipo de Assistência Técnica</b>	<b>Café Conilon</b>		<b>Café Arábica</b>	
	<b>Nº</b>	<b>(%)</b>	<b>Nº</b>	<b>(%)</b>
Visitas	19	17,8	15	18,1
Reuniões	11	10,3	10	12,0
Demonstrações	2	1,9	2	2,4
Excursões	0	-	0	-
Cursos	14	13,0	12	15,0
Outros	2	1,9	0	-
Visitas/Reuniões/Cursos	17	15,9	13	15,7
Visitas/Reuniões	11	10,3	9	10,8
Visitas/Cursos	30	28,0	22	26,0
Reuniões/Cursos	1	0,9	0	-
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,0</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Essa deficiência governamental para atendimento à agricultura familiar se reflete prontamente, pois gera sérios entraves para o aumento da produção e produtividade, melhoria da qualidade do café, fatores geradores de incremento de preços ao produto final e de renda à família rural; além de prejudicar ações de desenvolvimento humano, social e ambiental agregados à assistência técnica integral à propriedade rural.

E, em função da topografia da região (montanhosa e acidentada), 100% dos produtores de café realizam o plantio e a colheita de forma manual. No que se refere aos meses em que são realizados o plantio do café, pode-se observar na Figura 4 que o plantio tanto de conilon quanto de arábica ficaram concentrados principalmente no mês de março.

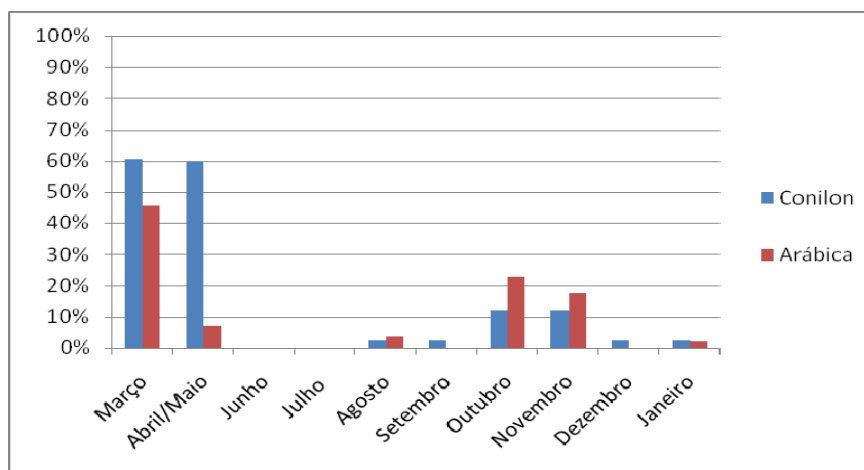


Figura 4: Meses em que são realizados o plantio do café, Castelo/ES, 2011. Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

No que concerne ao consorciamento, isto é, cultivo do café com outras culturas, 40,7% dos produtores de conilon e 43,8% dos produtores de café arábica realizam essa prática, principalmente com milho e banana, em sua maioria para o consumo da própria família (Figura 5).

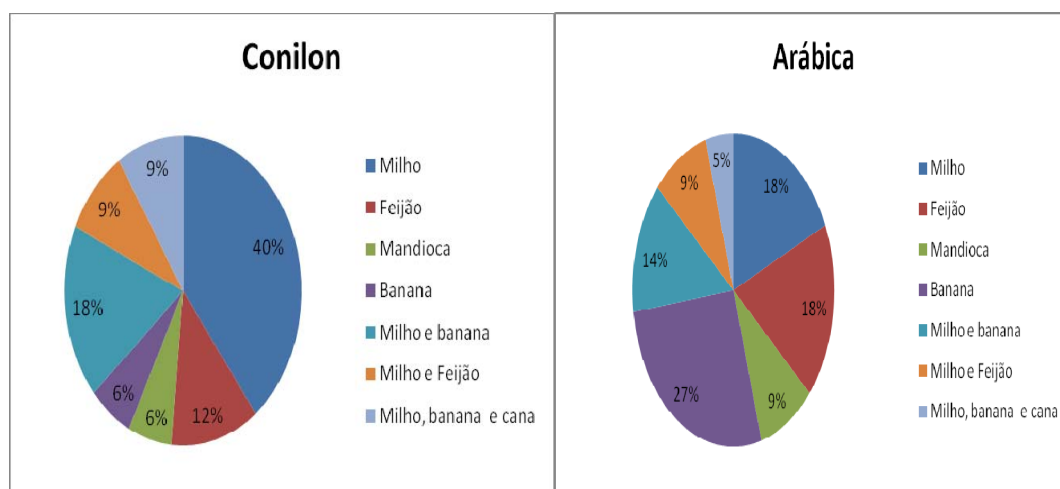


Figura 5: Tipos de culturas consorciadas com o café, Castelo/ES, 2011. Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Em relação à adubação da lavoura, 100% dos produtores de café utilizam adubos químicos e 51,2% dos produtores de conilon e 49,1% de arábica, utilizam adubo orgânico (Figura 6), que, na maioria das vezes, é a palha do café e, em menor escala, o esterco de boi. Os adubos químicos são adquiridos, em sua maioria, nas Lojas de Produtos Agrícolas locais. As Cooperativas e Associações também participam desse mercado, mas, em menor escala, entretanto essa opção seria a ideal para os produtores, pois, dessa forma poderiam conseguir um melhor preço nos insumos, além de estabelecerem metas em conjunto, uma espécie de ação coletiva.

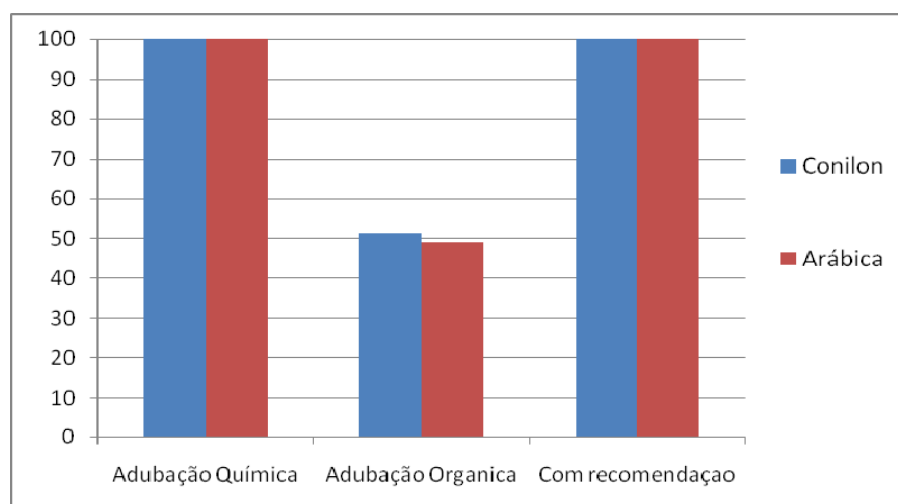


Figura 6: Tipos de adubação utilizados na cultura do café, Castelo/ES, 2011.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Constatou-se que a maioria dos produtores realiza tratamentos culturais, usando herbicidas, de alguma forma, roçadeiras e capinas, de forma esporádica, como pode-se verificar na Tabela 10. Para Schmidt *et al.* (2004), o fato de a capina manual não ser a principal forma de controle do mato é de grande importância, pois esse tipo de prática pode levar a uma acentuada erosão dos solos.

Tabela 10: Capinas realizada pelos cafeicultores, Castelo/ES, 2011.

Capinas/ano	Conilon (%)	Arábica(%)
Nenhuma	86,0	79,0
1	2,3	14,0
2	–	3,5
3	9,3	3,5
4	2,3	–
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Em relação à prática de correção do solo (Figura 7), 65,1% dos produtores de conilon realizam esta etapa, assim como os produtores de arábica, que também fazem uso deste tipo de manejo (70,2%). E no que se refere aos tratos culturais, 100% e 97% dos produtores de arábica e conilon, respectivamente, realizam essa prática com frequência.

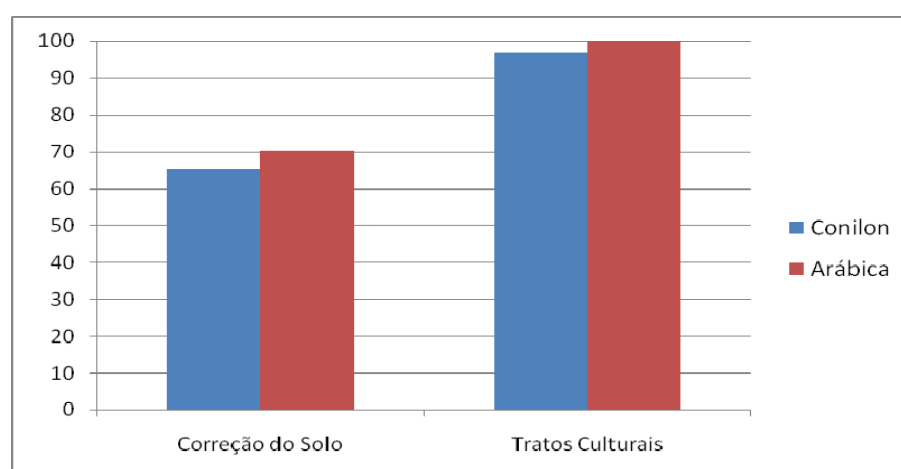


Figura 7: Correção do solo e tratos culturais no cultivo do café, Castelo/ES. Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

O manejo de pragas é efetuado por 57% e 74% dos produtores de café conilon e arábica, respectivamente. A infestação pode ser classificada de média para baixa para os dois tipos de café, sendo que 79,1% e 72%, conilon e arábica, respectivamente, aplicam defensivo somente uma vez por ano. Esta prática é realizada principalmente pela família, sendo mais comum quando há um ataque mais severo, exigindo disponibilidades de recursos próprios para aquisição dos

agrotóxicos no comércio local.

O controle preventivo para os tipos de pragas são frequentes no cultivo de café (Figura 8) e realizados com mais frequência no café arábica, onde 75,4% dos produtores realizam este tipo de prevenção, comparativamente ao café conilon, pois somente 57% dos agricultores realizam esse controle preventivo de pragas.

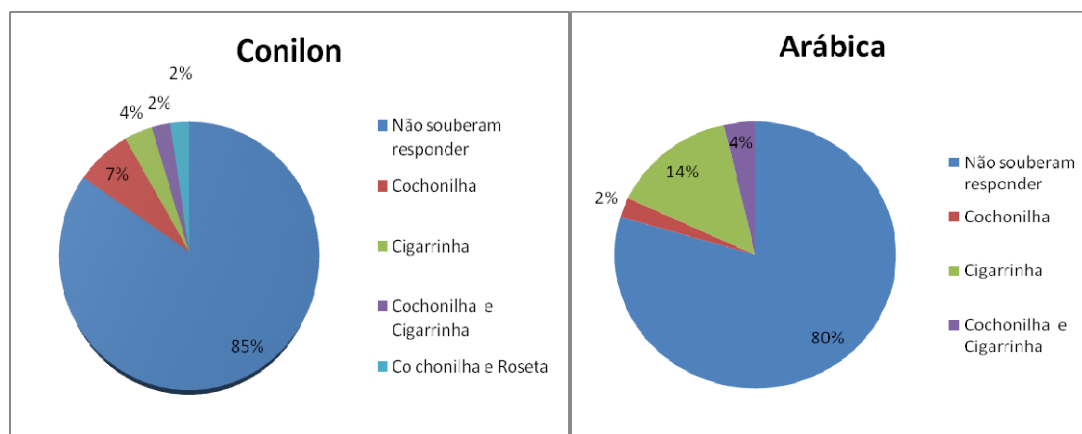


Figura 8: Tipos de pragas mais comuns no café, Castelo/ES, 2011.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Em relação ao controle de doenças, no café conilon, 81,4% dos produtores entrevistados realizam este controle. Este índice no café arábica ainda é maior, pois 94,7% dos produtores realizam o controle de doenças. E o tipo mais comum é a ferrugem, conforme declaração feita por 72,1% e 87,7% dos produtores de conilon e arábica, respectivamente. A ferrugem é a principal doença, contudo segundo Scimdt *et al.*, (2004), não foi relatado pelos agricultores familiares como causadora de sérios problemas. Segundo os produtores, a infestação é de média para baixa no conilon e baixa no café arábica.

Segundo Schimtd *et al.* (2004), o correto manejo de doenças não implica, necessariamente, no uso sistematizado de agrotóxicos. Assim, o controle preventivo é uma atividade importante a ser adotada, e que é realizada pela maioria dos produtores do município pesquisado, pois 82,6% e 94,7% dos produtores de café conilon e arábica realizam esse controle, respectivamente.

A irrigação das lavouras não é prática usual nas regiões de café arábica do Estado (SCHIMTD *et al.* 2004). Este dado foi confirmado nas propriedades pesquisadas, pois somente 14% faziam uso desta prática. No entanto, 46,9% dos produtores de café conilon utilizam a irrigação no processo produtivo. Essa

porcentagem deve-se aos altos custos de sua implantação, além da região ser altamente acidentada e desfavorável à instalação de equipamentos, estando seu uso vinculado, na maioria das vezes, à Secretaria Municipal de Agricultura, quem subsidia canos para a instalação da irrigação.

A concentração das atividades relacionadas à colheita tem sido nos meses de abril, maio, junho e julho, como pode-se observar na Tabela 11, a seguir apresentada.

Tabela 11: Concentração da colheita do café durante o ano, Castelo/ES, 2011.

<b>Meses</b>	<b>Produtores (%)</b>	
	<b>Conilon</b>	<b>Arábica</b>
<b>Abril</b>	15,1	12,3
<b>Maiο</b>	81,4	65,0
<b>Junho</b>	–	10,5
<b>Julho</b>	–	8,8
<b>Agosto</b>	3,5	3,5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

No que diz respeito à secagem do café conilon, como pode é possível observar na Figura 9, 43,4% dos agricultores familiares possuem somente terreiro de cimento; 28,2% dos cafeicultores utilizam a prática de secagem conjugada do café em terreiros de cimento e secadores; 26% possuem terreiro de cimento e estufa, o que indica uma preocupação com a qualidade do café produzido; enquanto 2,4% terreiro de cimento, estufa e secador.

Quanto ao café arábica, a secagem é feita principalmente no terreiro de cimento (53%) e 28% além do terreiro, possuem estufas; 10,5% dos cafeicultores realizam a secagem no terreiro, secadores e estufas; 5,2% possuem além do terreiro de cimento o secador e 3,5% possuem terreiro suspenso com estufa.

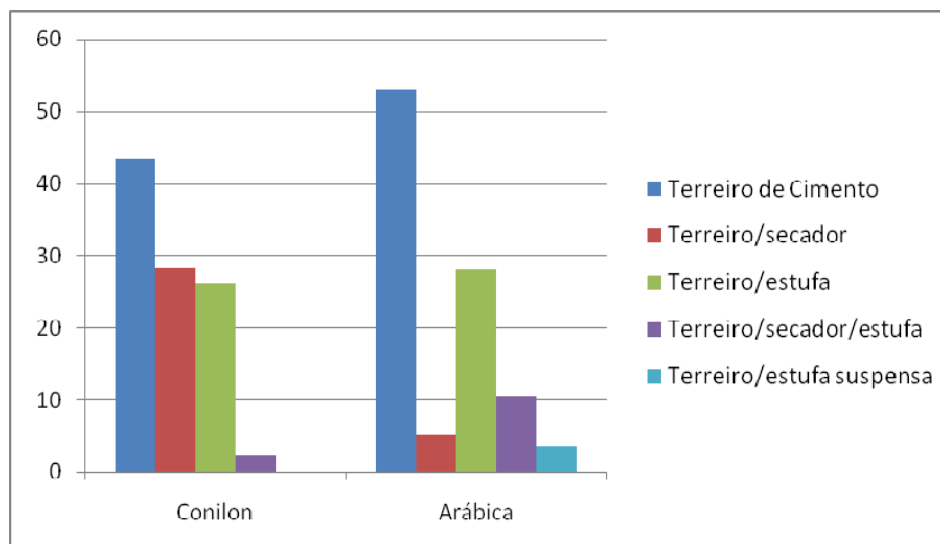


Figura 9: Formas de secagem dos cafés, Castelo/ES, 2011.  
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Segundo Schmidt *et al.* (2004), a armazenagem do café ocorre em dois locais preferenciais, na propriedade, geralmente em tulhas, como também em armazéns particulares, ou seja, “encostando” o café à espera de melhores preços. No município em estudo, 97,7% dos produtores de conilon armazenam o café na propriedade e 2,3% “encostam” em armazéns. Essa situação é considerada como comercialização via atravessadores, ou seja, o café fica armazenado em armazéns comerciais até a obtenção do preço de venda para o produtor. O mesmo acontece com os cafeicultores de arábica, onde 93% desses armazenam em tulhas.

Na etapa do beneficiamento do café, a prestação de serviços é uma característica marcante, sendo que a grande maioria dos cafeicultores familiares, 86% e 96,5% dos produtores de conilon e arábica, respectivamente, terceirizam o beneficiamento do produto, isto é, nessa fase, os maquinistas ambulantes são acionados.

A última etapa do cultivo do café é a comercialização, quando 100% dos agricultores de conilon e 83,3% dos produtores do café arábica, vendem seu produto por meio dos “atravessadores”, em função da pouca disponibilidade de estruturas para armazenamento na propriedade e por dificuldades do crédito para financiamento da comercialização. Apenas, 16,1% dos cafeicultores de arábica comercializavam a produção por meio de cooperativas. A comercialização coletiva é um meio onde os produtores conseguem vender um maior volume da produção, a um melhor preço; no entanto, essa rede é pouco acionada, mas é uma importante ferramenta para os



entraves da comercialização do café na região.

### **7.5. Produtividade e Tecnologia**

Segundo Ferrão *et al.* (2011), a produção e a produtividade do café conilon vêm aumentando de forma significativa no Espírito Santo. No período entre, 1993 e 2011, a produtividade média do Estado cresceu 269%, passando de 9,2 para 30,3 sacas beneficiadas/ha; a produção teve incremento de 254%, passando de 2,4 para 8,5 milhões de sacas beneficiadas/ano, com incremento de apenas 11% da área plantada. Para o autor, os produtores que utilizam adequadamente as tecnologias e fazem boa gestão das propriedades e da lavoura atingem produtividades superiores a 100 sacas beneficiadas/ha.

Segundo a Conab (2010), a produção de café arábica foi de 2,79 milhões de sacas, provenientes de mais de 24 mil propriedades e 53 famílias, que moram em regiões mais frias, em locais acima de 450 m de altitude. E de acordo com o Novo Pedagog (2007) gera cerca de 150 mil empregos diretos e indiretos no Estado. Dessa forma, muitos cafeicultores obtêm produtividade média superiores a 40 sacas/ha, alguns alcançam 80 sacas/ha, enquanto que a capixaba é de 15 sacas/ha (TOMAZ *et al.* 2011).

Segundo Tomaz *et al.* (2011) tem sido realizado um trabalho intenso na área de capacitação e de utilização de novas tecnologias, com objetivo de alcançar maior produtividade, melhor qualidade e desenvolvimento rural. Contudo, é importante destacar que a maior parte do parque cafeeiro encontra-se envelhecido e/ou implantado dentro de bases tecnologias não apropriadas.

Além dessas metas, o Estado obtém programas de pesquisas, como o “Renovar Arábica” que foi desenvolvido pelo Governo Estadual, Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG e o INCAPER, que têm como objetivo: a renovação de 100% do parque cafeeiro de arábica com variedades recomendadas e com a utilização de boas práticas agrícolas; a ampliação da cobertura florestal em áreas vulneráveis; a elevação da produtividade média da cafeicultura de arábica de 14,6 sacas beneficiadas/ha para 22,6 sacas; o aumento da produção que se encontra nos últimos cinco anos, entre 2 a 2,8 milhões de sacas, para 4 milhões de sacas, sem aumentar a área plantada (SEAG, 2012).

Segundo Schimdt *et al.*(2004 *apud* FERRÃO *et al.* 2007), os principais

fatores que interferem de forma negativa na produtividade e na qualidade são problemas climáticos e agrônômicos, considerando que o parque cafeeiro está envelhecido, a baixa escolaridade do produtor, a assistência técnica insuficiente, o crédito escasso, a baixa organização do cafeicultor, a baixa utilização das tecnologias de colheita e pós-colheita.

No município de Castelo, a produtividade média do conilon é de 38 sacas beneficiadas/ha, a produtividade média do café arábica é de 26 sacas/ha. Assim, a produtividade média para os dois tipos de café estão acima da média do Estado (Figura 10).

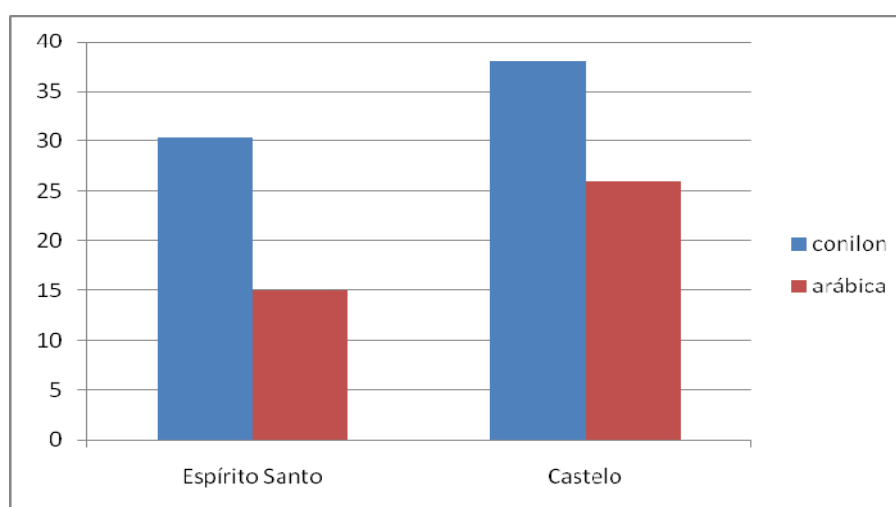


Figura 10: Produtividade média de sacas/ha, Castelo/ES, 2011.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

### 7.5.1. Índice Tecnológico dos Produtores de Café

Dentro de diferentes linhas do pensamento econômico, a tecnologia desempenha importante papel para o desenvolvimento econômico e as inovações tecnológicas constituem o condicionante fundamental para o desenvolvimento, aumento da produtividade e dos fatores de produção (SILVA, 1995). Nesta abordagem, inserir a variável tecnologia em estudos voltados para aumentar a produtividade do setor cafeeiro é uma condição necessária ao desenvolvimento da atividade.

Entre os muitos economistas que abordaram esse tema, Smith (1983) enfatizou que as mudanças tecnológicas associadas ao processo de divisão do trabalho constituem os fatores determinantes do aumento da produtividade. Para Karl

Marx, a adoção das inovações tecnológicas é motivada pela competição entre os capitalistas e é responsável pela dinâmica do processo de acumulação (SOUZA, 2000). Shumpeter defendeu a tecnologia como elemento essencial à dinâmica capitalista, uma vez que a mesma é responsável por mudanças no comportamento dos agentes econômicos, na relação de recursos, na destruição dos métodos tradicionais de produção e pela melhoria qualitativa na estrutura econômica (SILVA, 1995).

Os trabalhos mais recentes que versam sobre o assunto visam captar os impactos que a tecnologia ou as inovações tecnológicas exercem sobre a economia. Algumas pesquisas objetivam conhecer o papel da tecnologia sobre a geração de riqueza e os efeitos distributivos dos seus benefícios entre os agentes econômicos; outras buscam mensurar o nível de tecnologia adotado pelos setores econômicos.

Visando orientar programas de transferência de tecnologias para agricultores, Santos (1977) buscou identificar os fatores que influenciam a adoção de práticas agropecuárias no estado de Minas Gerais através de um modelo que explica a adoção de tecnologia por meio de cadeias causais. O modelo pressupõe que a adoção é influenciada diretamente por algumas variáveis consideradas de primeiro nível, sendo estas, por sua vez, influenciadas por outras em segundo nível e, assim, formam-se cadeias até um quarto nível de influência. O nível tecnológico adotado foi especificado por um índice indicado pelo número de práticas adotadas pelo agricultor. Foram atribuídos os escores: um (1) quando o agricultor utilizava certa prática e zero (0) quando isso não acontecia. O índice tecnológico foi obtido pelo somatório das práticas utilizadas. A partir disto, o autor procurou identificar os fatores culturais, sociais e econômicos que explicassem a adoção das práticas agrícolas e que outros fatores poderiam explicar os primeiros e, assim, sucessivamente, até um quarto nível de fatores explicativos.

De acordo com Burke e Molina Filho (1982) é no nível de percepção do agricultor que devem ser buscadas, na sua maior parte, as explicações causais para os comportamentos manifestos, de adoção e não-adoção de inovações tecnológicas. Para esses autores “a percepção das características das inovações e dos vários fatores situacionais, sociais, pessoais etc., que envolvem a adoção de uma inovação ou conjunto de inovações, é, em última análise, a determinante imediata do comportamento final manifesto do agricultor”.

Para Mesquita (1998), a adoção de tecnologia é explicada por fatores

subjetivos e objetivos. Os fatores subjetivos são o conhecimento parcial ou total da tecnologia, a percepção da tecnologia como uma “solução” e a avaliação por parte do produtor de que a tecnologia elevará seu bem-estar material. Os fatores objetivos referem-se à impossibilidade ou impotência devido aos limitados recursos econômicos e naturais de que dispõem. Neste último caso, mesmo que o agricultor conheça a tecnologia e tenha a expectativa que ela lhe trará bons resultados não dispõem de condições essenciais para adotá-la.

No trabalho realizado por Souza (2000) foi analisado o nível tecnológico da agricultura familiar no Ceará. A pesquisa teve por objetivo conhecer os fatores sócio-econômicos dos agricultores familiares que explicassem a existência de diferença interna de adoção tecnológica, ou seja, a presença de níveis tecnológicos diferentes entre unidades de produção de uma mesma região, sendo ainda relacionado o nível tecnológico ao diferencial de produtividade das unidades de produção. O índice do nível tecnológico foi mensurado considerando o número de técnicas utilizadas pelo agricultor e admitindo a importância relativa destas técnicas dentro do pacote tecnológico determinado como o necessário.

No estudo em questão, o índice tecnológico foi calculado em função das práticas realizadas pelos produtores, que se baseou nos critérios estabelecidos pelos pesquisadores do INCAPER. Optou-se, assim, pelo Método dos Juízes que, conforme Mattar (1993, p. 34), busca submeter um tema a apreciação de “*experts* no assunto, determinados pelos juízes, a fim de que eles possam julgar a pertinência ou não de cada afirmação para índice específico que se pretende efetuar”.

No caso em questão, participaram como juízes, 4 pesquisadores do INCAPER e 1 extensionista, que expressaram, inicialmente, sua opinião pessoal e, posteriormente, por consenso, chegaram aos pesos indicados na Tabela 12.

Tabela12: Pesos das práticas tecnológicas para produção máxima rentável, 2011.

Práticas Tecnológicas	Pesos	
	Café Conilon	Café Arábica
Muda	11	11
População de planta ou densidade de plantio	11	11
Correção do solo e/ou gessagem	5	5
Adubação no plantio	5	5
Adubação na produção	12	13
Irrigação	15	10
Controle de ervas daninha	5	7
Controle de pragas	3	5
Controle de doenças	5	10
Poda	15	10
Tecnologia de colheita e pós-colheita	10	10
Beneficiamento, classificação e armazenagem	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: INCAPER (2011).

Para a comparação dos níveis tecnológicos entre os cafeicultores foram definidos os seguintes padrões com base nos intervalos de variação dos valores dos índices: excelente nível tecnológico:  $I \geq 9,0$  ; bom nível tecnológico:  $7,5 \leq I < 9,0$ ; nível regular:  $5,0 \leq I < 7,5$ ; nível baixo:  $0 \geq I > 5$ , em que o  $I$  é o valor de um índice especificado.

O parâmetro utilizado para mensurar o índice tecnológico dos agricultores familiares foi o uso ou não de cada prática tecnológica, sem investigar os critérios adotados em cada prática.

Segundo Empraba (2009), para o “conilon” a configuração espacial da lavoura, dentre outros fatores, depende da variedade em uso, características químicas e físicas do solo, nível tecnológico do cafezal, disponibilidade de mão de obra, uso de máquinas e implementos agrícolas utilizados nos tratos culturais e colheita, para alcançarem alto nível tecnológico.

De acordo com Tomaz *et. al.* (2011), a definição do espaçamento para a variedade “conilon” depende de vários fatores como: a topografia do terreno, o nível tecnológico do produtor, tipo e fertilidade do solo e se o plantio vai ser realizado com ou sem irrigação. E o espaçamento mais adequado encontra-se em torno de 3,0 m

entre linhas e 1,0 a 1,5 m entre plantas, totalizando 2.222 a 3.333 plantas/ha.

Para as variedades de arábica, de porte baixo, recomenda-se espaçamento de 2,0 x 0,5; 2,0 x 0,75; 2,0 x 1,0; 2,5 x 0,75; 3,0 x 0,5 de forma a obter densidades acima de 5000 plantas/ha. A utilização deste sistema de plantio vem sendo crescente, principalmente pelo fato das pequenas e médias propriedades estarem situadas em regiões montanhosas, onde os tratos culturais têm que ser realizados manualmente. Além disso, com o adensamento no plantio é possível obter alta produtividade por área, redução dos custos de produção e retorno em curto prazo dos investimentos na implantação do cafezal. (FERRÃO *et. al.*, 2008).

Os resultados mostraram que a média do índice tecnológico dos produtores de café variou de 6,2 a 7,5 para arábica e conilon, respectivamente, o que significa que os produtores de conilon encontram-se em um bom nível tecnológico em relação às práticas adotadas no trato do café.

Os resultados também mostraram que 20% dos produtores de conilon possuem índices bons (7,5 a 9,0) ou excelentes (maior que 9,0), principalmente no que se refere a pós colheita, densidade do plantio e poda. Por outro lado, 87% dos produtores de café arábica apresentaram um índice tecnológico geral classificado como baixo ( $\geq 5$ ) ou regular ( $\geq 7,5$ ), principalmente pela deficiência nas etapas de tecnologia de colheita; pós-colheita e beneficiamento, classificação e armazenagem; além da falta de organização desses produtores.

Alguns produtores de conilon contam com a Associação dos Cafeicultores (APROCAVEN), trazendo benefícios em várias práticas tecnológicas, principalmente em relação aos tratos culturais, insumos (adubos, fertilizantes) e o processo de secagem da produção.

Em relação a pós-colheita a maioria possui secadores de café em suas propriedades ou utilizam da própria associação; assim aqueles produtores que utilizavam deste mecanismo, ou terreiro de cimento suspenso e/ou com estufas possui um índice tecnológico superior.

Em relação à classificação, tanto os produtores de conilon, quanto os produtores de café arábica, contam com a sala de degustação da Secretaria de Agricultura do município (Semag). De acordo Fonseca *et al.* (2007) para o armazenamento adequado do café, as tulhas, ou armazéns, devem ser construídos de forma a abrigar o produto do calor do sol, da luz e das chuvas. No entanto, a maioria dos produtores revelou não atender as condições básicas para tal armazenamento, o

que fez com que o índice tecnológico nesta prática tenha apresentado baixo para os dois tipos de café cultivados.

Sendo assim, o conjunto de medidas e práticas adotadas durante todo o processo do cultivo cafeeiro, principalmente na colheita, secagem, armazenamento e beneficiamento podem propiciar a qualidade e a segurança alimentar na cafeicultura, destacando-se que as boas práticas agronômicas para obtenção de cafés de qualidade são de extrema importância tanto para aumentar a produtividade quanto a sustentabilidade da agricultura familiar em geral.

## **7. CONCLUSÕES**

O arranjo produtivo cafeeiro é constituído por agricultores preferencialmente do sexo masculino, casados, na faixa etária de 40 a 59 anos e com ensino fundamental incompleto, pertencem a famílias do tipo nuclear e no estágio de dispersão do ciclo de vida, indicando uma situação de envelhecimento dos organizadores da produção.

Em relação à produtividade do café, tanto o conilon quanto o arábica estão acima da média do Estado, mas os produtores ainda enfrentam muitas dificuldades em relação à mão de obra, insumos caros, estradas em péssimas condições, o que dificulta a organização e melhoria da produção.

Apesar dos problemas enfrentados, os produtores encontram-se satisfeitos com o uso que fazem da terra, embora, os produtores do café conilon estejam mais organizados e estruturados em relação às práticas tecnológicas, principalmente no que se refere às práticas de pós-colheita, além do índice tecnológico mais elevado, o que sinaliza a importância de políticas públicas que incentivem o associativismo e cooperativismo, principalmente para os produtores de arábica, que apesar de apresentarem um bom desempenho nas práticas relacionadas a análise do solo; adubação; correção do solo; tratos culturais e controle de pragas e doenças, no que diz respeito a densidade do plantio e pós-colheita encontram-se em déficit, o que reflete na baixa produtividade deste tipo de café.

Considera-se que as propriedades rurais de perfil familiar, se devidamente apoiadas com crédito, tecnologia e assistência técnica, tem muitas vantagens em relação às grandes fazendas, pois são mais produtivas e economicamente mais viáveis em função da disponibilidade de mão de obra familiar, das redes sociais mais

densas e dos laços forte de amizade com a família e vizinhos, facilitando assim a mobilização de recursos e maior interação entre os agricultores.

Diversos fatores estão interferindo negativamente no desenvolvimento do arranjo produtivo cafeeiro do município de Castelo, destacando-se para infraestrutura deficitária, principalmente no local do armazenamento da produção de café; baixo nível de organização dos produtores (associativismo e cooperativismo); beneficiamento terceirizado; baixo alcance da assistência técnica e grande número de atravessadores.

Sendo assim o presente estudo possibilitou identificar diversas demandas em relação aos gargalos das cadeias produtivas, nos segmentos da produção e principalmente da comercialização. E que, de certa forma, pode contribuir de forma significativa para a formulação e implementação das ações e políticas públicas visando o desenvolvimento do arranjo produtivo de café, baseado nos princípios da interação, cooperação e da aprendizagem, capazes de incrementar a capacidade inovativa tecnológica e o desenvolvimento local.

## **8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. Desenvolvimento Local e a Democratização dos Espaços Rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M. et al. (Ed.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTILHOS, D. S. Construindo a identidade da agricultura familiar. In: FETRAF-Sul/CUT. Mutirão da agricultura familiar. Chapecó: FETRAFSul/ CUT, 2003.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: MDA, 2002.

Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER. **Cartilha do Pronaf**. Curitiba, 2000.

FERRÃO, M. A. G., FERRÃO, R. G., FONSECA, A. F. A. da, VERDIM FILHO, A. C., VOLPI, P. S., Riva Souza, E. M., MORELI, A.P. Cultivares de café arábica e conilon recomendadas para o Estado do Espírito Santo. In: **Tecnologia para Sustentabilidade da Cafeicultura**. ed. Alegre, ES: CAUFES, 2011, v.1, p. 51-68.

FERRÃO, M. A. G., FERRÃO, R. G., FORNAZIER, M. J.; PREZOTTI, L. C.; FONSECA, A. F. A. da; ALIXANDRE, F. T.; COSTA, H.; ROCHA, A. C.;



MORELI, A. P.; MARTINS, A. G.; RIVA-SOUZA, E. M.; ARAÚLO, J. B.; VENTURA, J. A.; CASTRO, L. L. F.; GUARÇONI, R. C. **Técnicas de Produção de Café Arábica: renovação e revigoramentos das lavouras no estado do Espírito Santo**, (1ª edição). DCM – INCAPER, Vitória, ES. CIRCULAR TÉCNICA, 05, 2008. 56 p. (INCAPER – CIRCULAR TÉCNICA 05-1).

FONSECA, A. F. A. da; FERRÃO, R. G.; LANI, J. A.; FEERRÃO, M. A. G.; VOLPI, P. S.; VERDIN FILHO, A. C.; RONCHI, C. P.; MARTINS, A. G. Manejo da Cultura do Café Conilon: espaçamento, densidade de plantios e podas. **In: Café Conilon**, Vitória, ES: Incaper, 2007.

FONSECA, A. F. A.; FERRÃO, R. G.; LANI, J. A.; FEERRÃO, M. A. G.; VERDIN FILHO, A. C.; VOLPI, P. S. Qualidade do Café Conilon: operação de colheita e pós colheita. **In: Café Conilon**, Vitória, ES: Incaper, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2010**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 29 jan. 2012.

LASTRES, H. M. M. **Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2002.

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense, **Revista de Geografia Agrária: Campo-Território** Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**; São Paulo: Atlas, 1993.

MELO, L. A. de. **Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Minas Gerais: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, 14 p.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria de Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/assistenciaatecnicaextensaorural>>. Acesso em 21 fev. 2012.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros**. Disponível em <<http://www.clacso.org.ar>>. Acesso em 01/2012.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, 2001.

PICOLOTTO, Everton; DIESEL, Vivien. **Agricultura familiar: de categoria analítica à projeto social?** Disponível em <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em 01/2012.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma Discussão do Conceito de Rede na Teoria Sociológica. **Oficina do CES**, nº 271, Março/2007, p. 1-35.

REDESIST. **Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em 01/2012.

ROCHA, A. C. da; CEOTTO, O. L.; PREZOTTI, L. C. Diversos espaçamentos para o plantio de café Catuaí na região serrana do Espírito Santo. In: SIMPÓSIO DE PESQUISAS, 2000. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2000.

SCHIMIDT, H.C.; DE MUNER, L. H.; FORNAZIER, M. J. **Cadeia do café arábica da agricultura familiar do Espírito Santo**. Vitória, ES: Incaper, 2004. 52p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade**. 2 ed. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.

TOMAZ, M. A.; AMARAL, J. F. T.; JUNIOR, V. C. J.; FONSECA, A. F. A. da.; FERRÃO, R. G.; FERRÃO, M. A. G. **Tecnologias para a sustentabilidade da cafeicultura**. Alegre, ES: CAUFES, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. EDIUPF, Passo Fundo, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.330p.

WANDERLEY, M. de N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro,1996. 34 p.

**ARTIGO 3. MORFOLOGIA DAS REDES SOCIAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO  
NA AGRICULTURA FAMILIAR CAFEEIRA DO MUNICÍPIO DE  
CASTELO-ES**

## 1. RESUMO

Pressupõe-se que o desenvolvimento e o acesso às redes sociais podem desempenhar um papel importante na melhoria das condições de vida das pessoas e em suas capacidades para se tornarem agentes de mudança. Nesse sentido, objetivou-se examinar a morfologia das redes de trabalho estabelecidas entre agricultores familiares do arranjo produtivo cafeeiro, do município de Castelo/ES. Especificamente, procurou-se caracterizar os *nós* e os *laços* das principais redes ativadas, em função das práticas tecnológicas conduzidas pelos cafeicultores. A população entrevistada compreendeu 128 agricultores, produtores de café arábica e conilon, há no mínimo 5 anos. Os resultados mostraram que os agricultores, envolviam-se com as principais práticas tecnológicas, por meio das redes de trabalho institucionais (lojas comerciais, empresas de assistência técnica, sindicatos, associações e igreja) e informais (meeiros, vizinhos, diaristas e atravessadores). Em várias etapas do processo do cultivo do café (análise de solo; plantio; consorciamento; adubação; tratos culturais; colheita; secagem e armazenamento), foram identificados laços ativos, que baseiam-se numa interação face a face freqüente, já os passivos, que foram identificados nas etapas (correção do solo; beneficiamento, secagem; armazenamento e comercialização) envolvem laços afetivos que envolvem uma interação irregular. Conclui-se que a condução das práticas tecnológicas cafeeiras envolve tanto envolver trocas mercantis, mas principalmente redes de íntimos, buscando a mobilização e potencialização dos recursos, acumulação de capital humano e social.

**Palavras-Chave:** Produtores de café, Redes Sociais, Práticas tecnológicas.

## 2-ABSTRACT

It is assumed that development and access to social networks can play an important role in improving the living conditions of people and their skills to become agents of change. In this sense, the objective was to examine the morphology of the networks established working arrangement between family farmers coffee production, the city of Castelo/ES. Specifically, we sought to characterize the nodes and links of the main networks activated in the light of technological practices conducted by farmers. The respondent population comprised 128 farmers, producers of arabica coffee and conilon, there are at least five years. The results showed that farmers are involved with leading technology practices, for premium networks institutional work (shops, service businesses, unions, associations and church) and informal (sharecroppers, neighbors, day laborers and middlemen). In various stages of the cultivation of coffee (soil analysis, planting, intercropping, fertilization, cultivation, harvesting, drying and storage), were identified active links, which are based on a common face to face interaction, as liabilities, that were identified in steps (soil remediation; processing, drying, storage and commercialization) involve bonding interaction involving irregular. Conclude that the conduct of coffee involves both technological practices involving commercial exchanges, but mostly intimate networks, seeking to mobilize and leverage resources, accumulation of human and social capital.

**Keywords:** Coffee Farmers, Social Networks, Technology Practice

### 3. INTRODUÇÃO

A concepção da sociedade em rede, ou sociedade informacional, como foi formulada por Castells (1999), estabelece que a sociedade contemporânea é caracterizada pela predominância da forma organizacional da rede em todos os campos da vida econômica e sociocultural. Essa nova maneira de estabelecimento de relações sociais por meio de rede, chamada por Castells de “sociabilidade”, permite a formação de comunidades, grupos humanos constituídos, a partir de identidades construídas na esteira de interesses comuns. Conforme a interpretação desse autor, os grupos sociais mais poderosos adaptam-se de maneira cada vez melhor às novas condições da sociedade informacional, permeada por fluxos e redes de comunicação-informação, utilizando as novas potencialidades abertas à globalização e pelo acesso às novas tecnologias de informação e comunicação.

Esse cenário contrasta com os processos da fragmentação e de segmentação que se observa entre os setores sociais mais fragilizados da sociedade, ou seja, “os espaços lugares”, contrapostos aos “espaços fluxos” dos dominantes, particularmente no nível comunitário dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, as redes sociais surgem, navegando contra a corrente hegemônica da globalização e reinventando novas formas de democratização e de construção da cidadania em níveis local, nacional e global.

Portanto, as redes são importantes porque nelas todos são sujeitos autônomos que participam por motivação própria, não por obrigação ou hierarquia. Dessa forma, ao se pensar na palavra “redes” como forma de organização deve-se pensar em uma forma diferente de se organizar, oposta a da organização social tradicionalmente piramidal (WHITAKER, *apud* BARROSO, 2006).

Sendo assim, a análise de redes sociais interessa a pesquisadores de vários campos do conhecimento que, na tentativa de compreender o seu impacto sobre a vida social, deram origem a diversas metodologias de análise, que têm como base as relações entre os indivíduos, em uma estrutura em forma de redes. No sentido da morfologia, as redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação (WATTS, 1999).

E, a partir da análise das redes, podem ser identificadas as relações de reciprocidade e de intercâmbio, dentre outras, que ocorrem com frequência entre os

agricultores familiares, formando redes sociais decorrentes das conexões existentes de cada um dos membros dessas redes com outros membros, cujas ligações podem ser por estruturas informais das relações de reciprocidade, como o parentesco, o compadrio, a vizinhança e amizade, e por estruturas formais, como a igreja, o partido político, o movimento sindical, a associação, a cooperativa, entre outros.

Pressupõe-se que o desenvolvimento de redes e de organizações, bem como o acesso as mesmas, pode desempenhar um papel importante na melhoria das condições de vida das pessoas, na provisão de recursos, além de serem fundamentais para aumentar a capacidade de as famílias se tornarem agentes de transformação contribuindo para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, este estudo, buscou identificar a morfologia das redes na agricultura familiar cafeeira do município de Castelo/ES, a partir do mapeamento das redes de trabalho, além de analisar a contribuição das redes institucionais para o desenvolvimento local e do setor cafeeiro.

## **4. REVISÃO DE LITERATURA**

### **4.1. Redes Sociais**

A análise das redes nas ciências sociais tem sido sempre um campo, por excelência, de interdisciplinaridade. Os pioneiros dos estudos das redes sociais vêm da sociologia, da psicologia social e da antropologia. No entanto, inicialmente, nos anos 30 e 40, o termo era, sobretudo, usado em sentido metafórico: os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem (PORTUGAL, 2007).

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central na teoria sociológica e deu importância a inúmeras discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais. No decorrer das últimas décadas, a sociologia das redes sociais constituiu-se como domínio específico de conhecimento e institucionalizou-se progressivamente (PORTUGAL, 2006).

Assim, várias são as discussões acerca do conceito de rede; mas, na concepção de Mercklé (2004 *apud* PORTUGAL, 2007), rede social pode ser definida como um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas

unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável. As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transações monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações; ou seja, envolve interação face a face ou não, do tipo permanente ou episódica.

Para Caillé (1998), somente através da “aposta” da dádiva e da confiança é possível constituir e manter redes sociais. Esse autor percebe em suas análises sobre a dádiva, que a confiança e a fidelidade entre pessoas são os pilares de uma rede:

“A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. Mais do que em relação aos que estão fora da rede, em todo o caso” (p. 18).

Já Barnes (1987) utilizou a idéia de redes sociais para descrever como as noções de igualdade de classes eram utilizadas e de que forma indivíduos utilizam laços pessoais de parentesco e amizade. Também formulou o conceito de rede social como um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos.

As abordagens relacionais, em seus diversos matizes, têm como ponto em comum a ruptura com uma epistemologia baseada em unidades pré-construídas, sejam elas o indivíduo, a sociedade ou a cultura. Os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependências, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência. Colocam-se, com isso, em questão, conceitos e pares de oposições fortemente imbricados na produção do discurso e nos métodos de investigação das ciências sociais, entre eles: estrutura/ação, macro/micro, sociedade/indivíduo (SCHMITT, 2011)

No esforço por compreender seus objetos de estudo como campos de relações, respostas distintas foram sendo dadas por diferentes autores, informados por entendimentos variados em relação aos próprios fundamentos epistemológicos das ciências sociais.

Segundo Schmitt (2011), é possível identificar três principais vertentes, por meio das quais a noção de rede vem adentrando a literatura: a perspectiva orientada aos atores, a Teoria do Ator Rede e a análise das redes sociais proposta pelos estudiosos da sociologia econômica.

A referência à noção de rede na abordagem conhecida como *perspectiva*

*orientada aos atores* remete a um conjunto de autores clássicos da antropologia, incluindo Raddcliff-Brown, Mitchell, Barnes e Bott, que se utilizaram dessa noção em estudos etnográficos ambientados em diferentes cenários, influenciando, de forma abrangente, o debate sobre esse tema nas ciências sociais.

Embora esse conceito tenha sido assimilado, inicialmente, no pensamento de Raddcliff-Brown, a uma visão mais estática de estrutura Raddcliff-Brown (1989, p. 282 apud SCHIMITT, 2011) o mesmo foi posteriormente apropriado pelo movimento de crítica ao estrutural-funcionalismo, através da chamada Escola de Manchester. Conflito e poder tornam-se elementos inerentes ao processo de manutenção e transformação das estruturas sociais, em um enfoque em que a própria estrutura é percebida como uma rede de relações Scott (2000, *apud* SCHIMITT, 2011).

A Teoria do Ator Rede (ANT – no acrônimo em inglês, *Actor-Network Theory*) foi desenvolvida a partir do final dos anos 70, por autores como Law, Latour, Callon, entre outros, sobretudo através de análises voltadas à ciência e à tecnologia. Para os autores identificados com essa abordagem, as redes não correspondem, como propõe Castells (1999, p. 505) a uma nova morfologia do social. Na verdade, a própria referência a uma morfologia, como uma estrutura geradora de determinados processos sociais, parece ser avessa a esse enfoque. O ponto de partida da análise não é a ordem instituída, mas, sim, os processos plurais e incompletos através dos quais a ordem é construída. Trata-se, aqui, nas palavras de Law, de uma sociologia de verbos e não de uma sociologia de nomes Law (1994, p. 15 *apud* SCHIMITT, 2011).

A terceira vertente de aplicação da noção de rede nos estudos sobre o desenvolvimento rural remete às discussões travadas no âmbito da sociologia econômica, acerca das relações entre processos econômicos e estruturas sociais. A inserção social das ações econômicas coloca-se, aqui, no centro da análise, traduzida através do conceito de imbricação (*embeddedness*), desenvolvido inicialmente por Polanyi e, posteriormente, por Granovetter (1992; 2005 *apud* SCHIMITT, 2011). A idéia de imbricação encontra-se ancorada, na sociologia de Granovetter, em três pressupostos básicos: (i) a ação econômica é uma forma de ação social; (ii) a ação econômica é socialmente situada e, (iii) as instituições econômicas são construções sociais (SCHIMITT, 2011).

A análise de redes sociais não é, portanto, apenas um método. Define-se, também, como um enfoque analítico, que busca se contrapor tanto à visão sobressocializada da vida social, característica, por exemplo, do estrutural-



funcionalismo, como à visão subsocializada da ação econômica, presente na economia neoclássica. O comportamento individual não se constrói, nem como o resultado da internalização de um sistema pré-estabelecido de normas e papéis, nem como expressão do cálculo racional do *homo economicus*. Os indivíduos estão vinculados a múltiplas redes, regidas por princípios econômicos e não econômicos que influenciam, de diferentes maneiras, as suas ações (SCHIMITT, 2011)

As redes se constituem, nessa ótica, como uma chave de leitura capaz de desvendar os contextos relacionais onde se inserem os atores: indivíduos, famílias, grupos e organizações. São, portanto, fundamentalmente, sociais.

Para Lowe *et al.* (1995), utilizar o referencial teórico das redes possibilita avanços importantes, no sentido de compreender o papel das mesmas num território, da cooperação entre indústrias locais, verificando o quanto as relações de reciprocidade são mantenedoras das redes e como estas se apresentam e se caracterizam. Permite também analisar as redes que extravasam os territórios, indo além do modelo exclusivamente endógeno de desenvolvimento.

Segundo Radomsky (2006), a reciprocidade, as identidades sociais e as ligações de proximidade entre os atores sociais são meios pelos quais as redes se amparam e estabelecem. Por conseguinte, as manifestações da economia se processam sempre dentro destes esquemas sociais estruturantes que dão sentido à forma de como as relações econômicas ocorrem.

Ainda, para contribuição no entendimento da formação de redes, é interessante observar o destaque que o autor supracitado faz ao dar relevância ao trabalho de Landé (1977), o qual salientou as alianças travadas na busca de objetivos privados particulares, uma vez que: “a idéia de rede nesta perspectiva, pode envolver a intencionalidade (uma razão finalista), e a rede pode ser a expressão de uma estratégia de produção, de trabalho, de manutenção da reciprocidade...” (p.46).

Ainda no entendimento da formação de redes, Portugal (2007) toma como referência a análise da morfologia das redes, identificando os *nós* e os *laços* que as constituem. Para a autora, os nós são os elementos da rede ou membros do sistema social, identificados pela relação que tem com o ego. Os laços são as relações entre os nós da rede que podem ter características muito diferentes. Um critério fundamental para a caracterização dos laços é a existência ou não de uma relação de parentesco. No entanto, outras distinções são importantes: os laços podem ser positivos ou negativos, como afirma Lemieux (1988 *apud* PORTUGAL, 2007);

fortes ou fracos, passivos ou ativos. Estas distinções permitem analisar as fronteiras das redes com o seu ambiente externo, mas também as fronteiras entre o sub-sistemas no ambiente interno das redes.

Segundo Wellman e Berkowitz (1991 *apud* PORTUGAL 2007), esta idéia das estruturas sociais serem representadas como redes ou como conjuntos de *nós* e conjuntos de *laços*, dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem sistemas sociais, como coleções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias. Usualmente, os estruturalistas têm associado *nós* com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos ou outras coletividades. Os *laços* são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre *nós*.

Na caracterização da morfologia (*nós* e *laços*) das redes sociais, pretende-se adotar as variáveis proposta por Portugal (2006), destacadas no Quadro 1 , a seguir especificado.

Quadro 1: Operacionalização do conceito de rede.

<b>QUEM?</b> <i>A forma</i>	<b>O QUÊ?</b> <i>O conteúdo</i>	<b>COMO?</b> <i>As normas</i>
<b>Os nós</b>	<b>Instrumental</b>	Reciprocidade
Parentes	Doação	Obrigaçã
Amigos	Empréstimo	Igualdade
Vizinhos	Serviço de Saúde	Autonomia
Colegas	Bens	
Ouros	Cuidados	
<b>Os laços</b>	<b>Expressivo</b>	
Parentesco ou não	Apoio Emocional	
Fortes/Fracos	Afeto	

Fonte: Portugal (2006).

Granovetter (1973, 1982), *apud* Portugal (2007), analisou as forças dos laços, que tem como critérios para sua avaliação, a duração da relação (antiguidade da relação e tempo despendido junto), a intensidade emocional, a intimidade, os serviços recíprocos e a pluralidade de conteúdos e troca existentes num laço. Os laços positivos são laços de identificação, através dos quais os atores sociais se

consideram membros de uma entidade comum, enquanto os laços negativos são laços de diferenciação, que fazem os indivíduos demarcarem-se como pertencentes a entidades diferentes. Lemieux acrescenta a estas duas categorias outras duas: os laços mistos, que envolvem elementos positivos e negativos, e os laços neutros ou indiferença (LEMIEUX, 1999, *apud* PORTUGAL, 2007).

De acordo com Portugal (2006), existem três tipos de redes: as redes de íntimos (*close associates*), as redes de interação e as redes de troca. As redes de íntimos são constituídas pelos indivíduos considerados importantes pelo “alvo”. Milardo (1988) *apud* Portugal (2006) define, operacionalmente, este tipo de rede como “indivíduos cuja opinião acerca da vida pessoal é importante para si”. Estas redes são compostas por laços ativos e passivos, laços baseados em freqüentes interações face a face, e laços baseados em ligações afetivas com interações irregulares e pouco freqüentes. Ambos são importantes pelo seu impacto potencial, mas operam de modos diferentes: os laços ativos incluem interações de rotina que podem envolver ajuda direta, conselhos ou críticas; os laços passivos podem constituir também fontes de suporte ou pelos menos serem suficientemente influentes para que o indivíduo acredite que tal apoio pode surgir se for necessário.

As redes de interação são baseadas nos indivíduos com quem os membros da família interagem na rotina, no qual possui vantagem em relação à rede de íntimos, pois distingue os laços positivos daqueles que possuem importância puramente afetiva. As redes de troca incluem entre os membros da rede social as pessoas cujo comportamento recompensa ou penaliza o *ego* ou as pessoas que são diretamente recompensadas ou penalizadas por “*ego*”. As trocas incluem um vasto leque de interações, avaliadas quer positivamente quer negativamente, que vão desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas atividades de lazer (PORTUGAL, 2007).

Nesse sentido, a análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações a têm, pelo que a sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos pessoais ou afetivos cumulativos de múltiplas interações. Esta “análise relacional” permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os

envolve, mas, também o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses (WELLMAN, 1985 *apud* Portugal, 2007).

Entretanto, as redes não se formam sem que haja um fundamento para este tipo de ação e relação social, ou seja, as redes são motivadas por relações instrumentais entre os indivíduos. Os atores sociais carregam consigo uma história que se constitui em interação à memória social do grupo, isto é, a conduta social é estruturada e tem respaldo no sistema simbólico da sociedade a qual pertencem, embora não signifique coerção absoluta dos indivíduos. A noção de dádiva (MAUSS, 1974; BOURDIEU, 1996; CAILLÉ, 2002) é uma das possibilidades para se compreender a constituição das redes. É Caillé um dos principais autores que buscou juntar os dois modos de interpretação da relação social, as redes e a reciprocidade. Para ele as redes se criam justamente quando os atores sociais “apostam na dádiva e na confiança”, para a constituição do capital social.

#### **4.2. Capital Social**

Com base nos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1993/1996), pode-se caracterizar capital social, como: “...características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

A noção de capital social é uma espécie de resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da civilização moderna, o de que a sociedade é um “conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes” (COLEMAN, 1990). A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seus objetivos nem sempre estritamente egoístas.

Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. O capital social, como destaca Coleman (1990), “não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura.” O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna

possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência. Quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários, que individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda.

O capital social aparece então como instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva. A não cooperação implica na existência de riscos, mas o controle só é efetivo se os atores interiorizarem os elementos morais pressupostos na colaboração entre eles. Existem sanções pela conduta “desviante”, mas elas só funcionam pela presença de recursos morais, que têm a virtude de aumentar conforme seu uso, dentre os quais a confiança é o mais importante. Em última análise, o capital social corresponde ao *ethos* de uma certa sociedade (ABRAMOVAY, 2003).

Na perspectiva de Putnam e de Coleman, o capital social é um conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos), de cuja apropriação depende em grande parte o destino da comunidade. Neste sentido, o capital social na obra de Putnam e na de Coleman, está bastante próximo ao uso que faz desta noção Pierre Bourdieu, que define o capital social como um conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis” (BOURDIEU, 1979), cuja distribuição social é necessariamente desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos. Embora Putnam não enfatize esta desigualdade, a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local.

Segundo Marques (2010), a utilização de redes sociais de forma metafórica<sup>5</sup> serve de elemento unificador, quando traz as variáveis sociais para o centro do debate, deslocando um pouco o foco exclusivamente econômico. Para o autor, vários processos e atributos dependeriam da existência do capital social composto por elementos produzidos e armazenados acima do nível dos indivíduos, mais precisamente em sua rede de relações. Assim, várias características comportamentais, como civismo, confiança mútua, etc., seriam geradas e reproduzidas pelas redes de relações.

---

5As redes podem ser consideradas pelas análises apenas de maneira metafórica (como nos trabalhos que usam redes em termos descritivos e discursivos), normativa (a exemplo de pesquisas de administração de empresas que objetivam melhorar suas redes) ou metodológicas para a investigação de situações sociais específicas, por meio de análises de conexões sociais nela presentes (MARQUES, 2010).

Essas características seriam associadas às capacidades de coesão e ponte (*bond e bridge*), por meio de vínculos fortes e fracos, respectivamente, seguindo o trabalho pioneiro de Granovetter (1973 *apud* MARQUES, 2010). O primeiro elemento pode auxiliar na produção de identidades, na promoção de sensação de pertencimento e na construção de controle social nas comunidades. O segundo efeito tem conseqüências sobre a integração social, a redução do isolamento com troca e integração mais intensa entre grupos.

Analisar esse caráter das relações sociais é procurar evidenciar que os indivíduos e famílias “não são agentes econômicos ou meros perseguidores da sobrevivência social e física”, conforme adverte NEVES (1998, p.150). Ou seja, o processo de reprodução social envolve necessariamente a esfera econômica e produtiva, mas também a dimensão simbólica, que atribui sentido ao trabalho (RADOMSKY, 2006).

### **4.3. Relações de Reciprocidade**

Dentre as inúmeras formas que tem assumido o desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo, algumas se distinguem pela maneira como os atores sociais se vinculam e interagem. Suas iniciativas conjugam princípios usualmente nomeados de “tradicionais”, tais como o reforço dos laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades rurais, com relações tipicamente capitalistas nos mercados de trabalho e de produtos.

Segundo Mauss (1974), a reciprocidade está baseada na dádiva, no ato de dar de forma generosa e gratuita, de receber e de retribuir, formando um processo de solidariedade, ajuda mútua, fortalecendo a confiança, pois no ato de dar existe mais que uma mera troca, pois congrega todo um simbolismo presente que reforça valores humanos, além dos valores econômicos envolvidos.

Radomsky (2006) em suas análises coloca que: “a tese principal do texto Ensaio sobre a Dádiva (Mauss, 1974) está calçada na centralidade, que assumem os atos generosos quando indivíduos e grupos efetivam suas trocas em sociedades. Sob estas, são estruturadas as obrigações recíprocas contraídas pelos sujeitos e as formas de solidariedade entre famílias.” (p.30).

Para Mauss (1974), a reciprocidade advém da dádiva, que é um ato de dar sem esperar a retribuição, ou seja, de um ato desinteressado por quem dá, mesmo

sabendo que quem recebe tende a retribuir. Por outro lado, para Bourdieu (1996), não existe ato desinteressado, ou seja, aquele que dá, espera a retribuição, trazendo os elementos tempo e poder à relação de reciprocidade, sendo o poder adquirido por aquele que dá sobre o que recebe, deixando eterna obrigação de retribuir.

Porém, no ato de dar, receber e retribuir existe o elemento incerteza, isto é, quem recebe pode ou não retribuir. Neste caso, se inverte o poder na relação, passando esse poder para aquele que recebeu a dádiva, o qual assume a posição de decidir se retribui, ou não e quando irá retribuir.

Coube a Caillé (1998) demonstrar em suas análises sobre dádiva que a obrigação de retribuir está presente concomitantemente com a liberdade de retribuir ou não, retomando a ética da reciprocidade, fundamental para estruturar relações de confiança.

Temple (*apud* SABOURIN, 2003) observa que ninguém dá algo sem motivo, por isso ocorre a reciprocidade, pois a dádiva não é desinteressada, mas motivada pelo interesse pelo outro e pelo reconhecimento dele. Entende que reciprocidade não é uma troca, como o intercâmbio, pois “a operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos” (p.01).

A reciprocidade não é algo existente, dado, ela é construída no processo da relação social, seja diádica, seja aberta ou fechada. Provém das relações de parentesco, entre familiares, cuja demonstração material da reciprocidade é a troca de presentes, a prestação de serviços, a ajuda ao outro, o consolo, o ato de ensinar e demais formas de expressar amizade emocional ou expressiva (WOLF, 2003b), comum nas sociedades corporadas ou fechadas.

A partir do entendimento do conceito de “redes”, busca-se fundamentalmente, refletir sobre as possíveis contribuições de uma abordagem relacional dos atores e de suas redes de interdependência.

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo foi desenvolvido com os agricultores familiares produtores de café do município de Castelo, localizado na região do sul do Estado do Espírito Santo.

A amostra foi constituída de 128 agricultores familiares, que são proprietários

agropecuários, que plantam café há no mínimo 5 anos, residentes no município de Castelo, em função de sua representatividade e pelo fato de produzir tanto café arábica quanto conilon. Além disso, foram entrevistados os líderes das instituições identificadas pelos agricultores como componentes de suas redes institucionais. Para a realização desta etapa foi utilizada, além da técnica de entrevista, a observação participante.

Para a caracterização da morfologia das redes foi aplicado um questionário, a partir de um enfoque sobre as redes de trabalho, sendo investigados os “nós” e os “laços” estabelecidas pelos produtores de café, em cada etapa da cultura do café, sendo elas: análise e preparo do solo; plantio; consorciamento; adubação; tratos culturais; manejo de pragas e doenças; irrigação; colheita; beneficiamento; secagem; armazenamento e comercialização do café produzido.

No caso das lideranças institucionais, procurou-se identificar o papel assumido pelas redes dentro do arranjo produtivo cafeeiro do município de Castelo.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados mostraram que as redes informais citadas pelos agricultores foram: Família; Vizinhos/amigos; diaristas; colonos/meeiros; ambulantes e atravessadores, que atuaram em parceria com os produtores em diversas práticas tecnológicas do cultivo cafeeiro.

As redes institucionais ou formais, acionadas pelos cafeicultores envolveram: o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER); a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEMAG); o Sindicato Patronal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; as Associações de Moradores, Associação de Produtores de Café do Vale do Estrela do Norte (APROCAVEN), e a Associação de Produtores de Venda Nova (PRONOVA); trabalhadores assalariados, além da Igreja Católica.

Na Tabela 1, a seguir, estão descritos quais redes foram acionadas pelos cafeicultores em cada etapa do cultivo do café.



Tabela1: Redes institucionais acionadas pelos agricultores, Castelo/ES, 2011.

REDES ACIONADAS	Produtores (%)	
	Conilon	Arábica
<b>Análise de Solo:</b> Incaper	72,3	74,2
Lojas Comerciais	15,0	14,3
Ambos	12,7	11,5
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Preparo do Solo:</b> Família	60,0	44,4
Família e Assalariados	40,0	-
Família e Meeiros	-	55,6
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Plantio e Consorciamento:</b> Família	57,5	44,4
Família e Assalariados	42,5	-
Meeiro	-	55,6
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Adução/Correção:</b> Família/Meeiros	44,5	70,0
Incaper	35,5	30,0
Aprocaven	20,0	-
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Controle Pragas/Doenças:</b> Incaper/Semag	70,0	95,0
Lojas Comerciais	10,0	5,0
Aprocaven	20,0	-
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Irrigação:</b> Incaper	60,0	55,0
Semag	40,0	45,0
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Colheita:</b> Família	44,2	30,6
Família e Meeiro	32,4	44,4
Família e Diarista	23,4	15,3
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Beneficiamento:</b> Ambulante	35,5	70,0
Máquina Própria (Família)	45,5	30,0
Aprocaven	20,0	-
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Secagem:</b> Família	52,9	83,3
Família e Meeiro	13,7	-
Família e Ambulante	13,4	8,3
Aprocaven	20,0	-
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Armazenamento:</b> Atravessadores	86,5	52,8
Propriedade (Família)	13,5	38,9
Pronova	-	8,3
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Comercialização:</b> Atravessadores	100,0	83,3
Pronova	-	16,7
<b>Total:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fontes: Dados da Pesquisa, 2011.

Na tabela acima, pode-se observar que nas etapas de análise do solo; irrigação; colheita não houve diferença significativa em relação às redes acionadas pelos cafeicultores. No entanto, em relação ao preparo solo; plantio e consorciamento observou-se que a mão de obra assalariada foi ativada somente pelos produtores de conilon. E nas etapas de adubação da lavoura; controle de pragas e doenças, beneficiamento e secagem a Associação (APROCAVEN) foi utilizada apenas pelos produtores de conilon.

Em função dos produtores de café conilon, não fazer parte de nenhuma cooperativa, 100% dos cafeicultores comercializarem o café por meio dos atravessadores, enquanto que 16,7% dos produtores de arábica comercializam por meio da PRONOVA. Esse índice é pequeno em função do número de cooperados e pela cooperativa ter sede em Venda Nova do Imigrante, que uma cidade próxima a Castelo. Apesar dessa rede ser pouco acionada, ela é uma importante ferramenta e saída para os entraves da comercialização do café na região, pois os produtores conseguem vender um maior volume da produção, a um melhor preço.

### **6.1. Morfologia das Redes na Cafeicultura**

Segundo Portugal (2007), os *nós* são os elementos da rede, identificados pela relação que tem com o ego, assim, constatou-se que os *nós* da rede em questão são os parentes, amigos, vizinhos, colegas, instituições, entre outros indivíduos/grupos dos agricultores familiares. E o que os *laços* podem ser de parentesco ou não; ser positivos ou negativos; fortes ou fracos; passivos ou ativos. Sendo que essas distinções permitem analisar as fronteiras das redes com o ambiente externo, mas também as fronteiras entre subsistemas no ambiente interno das redes (LEMIEUX, 1999: 124).

Sendo assim, por meio das Tabelas 2 e 3, que retratam a morfologia das redes ativadas pelos produtores de café arábica e conilon, respectivamente, pode-se verificar que para a realização da análise de solo as redes formais acionadas, foram o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural do Estado (INCAPER) e Lojas Comerciais locais que vendem adubo entre outros itens agropecuários. Esse tipo de rede, segundo Portugal (2007), pode ser considerada como uma “rede de interação”, que envolve laços ativos, baseados em freqüentes interações, e de formato horizontal, isto é, não é uma relação hierárquica.

No preparo do solo para o cultivo do café, as principais redes acionadas foram principalmente a família e os meeiros, que também foram ativadas no plantio. Essas redes são caracterizadas, segundo Milardo (1988 *apud* PORTUGAL, 2007), como “rede de íntimos”, que são constituídas por ligações afetivas e freqüentes, consideradas importantes pelo alvo, ou seja, são aquelas pessoas que estão mais próximas, incluindo os parentes, amigos/vizinhos e neste caso os meeiros, que moram na mesma comunidade dos proprietários.

Tabela 2: Morfologia das principais redes sociais dos produtores de café conilon, Castelo/ES,2001.

<b>PRÁTICAS TECNOLÓGICAS</b>	<b>PRINCIPAIS REDES Conilon</b>	<b>MORFOLOGIA DAS REDES</b>	<b>LAÇOS</b>
Análise de Solo	Incaper, Loja de Adubo	Rede de Interação	Ativo
Plantio	Família, meeiros, assalariado	Rede de Íntimos Rede de Interação	Ativo e Forte
ConSORCIAMENTO	Família, meeiros, assalariados	Rede de Íntimos Rede de Interação	Ativo e Forte
Adubação	Família, meeiros, Incaper, Aprocaven	Rede de Íntimos Rede de Interação	Ativo, Positivo e Forte
Correção do Solo	Incaper, Lojas Comerciais, Associações	Rede de Interação e Troca	Ativo e Positivo
Tratos Culturais	Família, meeiros, assalariados	Rede de Íntimos Rede de Interação	Ativo e Forte
Manejo de Pragas e Doenças	Incaper, Lojas Comerciais, sindicato, Semag	Rede de Interação	Ativo
Irrigação	Semag, Incaper	Rede de Interação	Ativo
Colheita	Família (Mulheres), Meeiros, Diaristas, assalariado	Rede de Íntimos e Troca	Ativo e Passivo (diarista)
Beneficiamento	Incaper, Aprocaven, Ambulantes	Rede de Interação	Ativo e Passivo (amb.)
Secagem	Aprocaven, Incaper, Mulheres, Meeiros, Ambulantes	Rede de Íntimos e Interação	Ativo e Passivo (amb.)
Armazenamento	Família, Atravessadores	Rede de Íntimos e Interação	Ativo e Forte; Passivo (atrav.)
Comercialização	Atravessadores	Rede de Interação	Passivo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Em várias etapas do processo do cultivo do café (análise de solo; plantio; consorciamento; adubação; tratos culturais; colheita; secagem e armazenamento), foram identificados laços ativos, que baseiam-se numa interação face a face freqüente, já os passivos, que foram identificados nas etapas (correção do solo; beneficiamento, secagem; armazenamento e comercialização) envolvem laços afetivos que envolvem uma interação irregular.

Tabela 3: Morfologia das principais redes sociais dos produtores de café arábica, Castelo/ES,2001.

<b>PRÁTICAS TECNOLÓGICAS</b>	<b>PRINCIPAIS REDES Arábica</b>	<b>MORFOLOGIA DAS REDES</b>	<b>LAÇOS</b>
Análise de Solo	Incaper, Pronova	Rede de Interação	Ativo
Plantio	Família e meeiros	Rede de Íntimos	Ativo e Forte
Conсорciamento	Família e meeiros	Rede de Íntimos	Ativo e Forte
Adubação	Incaper, Família e meeiros	Rede de Íntimos Rede de Interação	Ativo e Forte
Correção do Solo	Incaper, Lojas Comerciais, Pronova	Rede de Interação e Troca	Ativo e Positivo
Tratos Culturais	Incaper, Família, meeiros, Pronova	Rede de Íntimos Rede de Interação	Ativo e Forte
Manejo de Pragas e Doenças	Incaper, Semag, Lojas Comerciais, Sindicato	Rede de Interação	Ativo
Irrigação	Semag, Incaper	Rede de Interação	Ativo
Colheita	Mulheres, Meeiros e Diaristas	Rede de Íntimos e Troca	Ativo e Passivo (diarista)
Beneficiamento	Incaper, Pronova, Ambulantes	Rede de Interação	Ativo e Passivo (amb.)
Secagem	Incaper, Pronova, Mulheres, Meeiros, Ambulantes	Rede de Íntimos e Interação	Ativo e Passivo (amb.)
Armazenamento	Família, Atravessadores	Rede de Íntimos e Interação	Ativo e Forte; Passivo (atrav.)
Comercialização	Atravessadores, Pronova	Rede de Interação	Ativo/Positivo (Coop.); Passivo (atrav.)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Segundo Milardo (1988) esses dois tipos de laços são importantes no apoio aos indivíduos, mas tendem operar de modos distintos. Os laços ativos incluem interações rotineiras que, em geral, envolvem ajudas diretas, conselhos e críticas, apoio e interferência, neste caso ressaltam-se as instituições como a Família, o Incaper, as associações, Semag, Sindicato, além dos trabalhadores como meeiros e assalariados.

Os laços passivos, apesar de não envolverem uma interação cotidiana, como no caso dos diaristas, atravessadores, ambulantes, podem ser igualmente importantes do ponto de vista da segurança individual e familiar, os laços existem e os indivíduos sabem que podem contar com eles quando for necessário (MILARDO, 1988).

O número total de redes informais ativadas variou de cinco a seis para os dois tipos de café, com maior representatividade na etapa de colheita, pelo maior envolvimento da família, meeiros, vizinhos e diaristas, pois esta etapa demanda mais tempo e mão de obra. É importante enfatizar que a maioria dos diaristas era os próprios vizinhos e quando estes eram agricultores, eles apenas trocavam os dias de trabalho, não havendo a necessidade de pagar pelo trabalho, o que reforça ainda mais os laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades rurais, conforme Radomsky (2006).

Conforme Lemieux (1999), os laços positivos são laços de diferenciação, através dos quais os atores sociais se consideram membros de uma entidade comum, que é o caso da Pronova que é uma cooperativa dos produtores de arábica e da Associação de cafeicultores (APROCAVEN), as quais fazem parte os produtores do café conilon.

Nas práticas relacionadas ao controle de pragas e doenças e irrigação foram acionadas as redes formais, principalmente, Incaper, Semag e Sindicato (Patronal e dos Trabalhadores Rurais), que, segundo os agricultores, oferecem cursos de capacitação e treinamento em relação ao manejo dessas práticas, bem como sua implementação na propriedade.

Já, na colheita, além da família, meeiros e/ou assalariados, destacou-se a rede formada por diaristas, que, na sua maioria são os próprios vizinhos ou amigos que também são agricultores. Em função do valor alto, pago a esses diaristas, os agricultores familiares fizeram uso de outra estratégia para auxiliar na colheita, a “troca de dia” entre os produtores, ou seja, um dia o produtor trabalha em uma propriedade e no outro aquele produtor trabalha para ele, neste caso não há uma

relação monetária e sim de reciprocidade. Acionar este tipo de rede tem se tornado cada vez mais importante, pois, de acordo com os produtores, a mão de obra na região está cada vez mais escassa e cara. Portanto, essa rede pode ser caracterizada como uma “rede de troca”, que, segundo Portugal (2007), pode envolver desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas atividades de lazer. Ou seja, quando o econômico é escasso, as redes de parentesco e reciprocidade funcionam como canais para a centralização de recursos.

Segundo Radomsky (2006), agricultores de muitas regiões têm realizado estratégias de reprodução social fundamentadas em relações não-mercantis, oferecendo um horizonte profícuo acerca de como as lógicas mercantis podem ser contrapostas através de práticas de reciprocidade e relações de proximidade entre as pessoas.

Na secagem do café, a rede de íntimos foi uma das mais acionadas, nesse caso na figura da mulher, a esposa, que nesta etapa tem papel fundamental. Este tipo de laço pode ser caracterizado como laço passivo, ou seja, é um laço que o agricultor sabe que pode contar com ele, mas ele aciona somente quando há necessidade (PORTUGAL, 2007). Os ambulantes, isto é, secadores alugados, também configuram como uma das redes importantes no processo produtivo cafeeiro.

Constatou-se que a partir das relações que ocorrem entre os agricultores familiares, formam-se redes sociais decorrentes das conexões existentes de cada um dos membros dessas redes com outros membros, cujas ligações podem ser por estruturas informais das relações de reciprocidade, como o parentesco, vizinhança e amizade, como também por estruturas formais o movimento sindical, a associação, a cooperativa, entre outros (RADOMSKY, 2006).

Assim, outras relações sociais também foram detectadas no arranjo produtivo cafeeiro, como: as associações de moradores, a Igreja e o Sindicato Rural, que têm papel fundamental para aqueles agricultores que possuem meeiros em suas propriedades; a Igreja existente em cada comunidade do município constitui um ponto de encontro dos agricultores e um local de fé, onde são realizadas as reuniões, cursos e festividades. Nas associações de moradores ocorrem os trabalhos coletivos, prevalecendo nessas relações a amizade institucional, em busca de acesso a recursos e atendimentos de necessidades, enfim, de uma melhor qualidade de vida.

Além dos agricultores terem identificado quais eram as principais redes de trabalho acionadas em cada etapa do cultivo do café, também foram questionados em

um segundo momento, quais das redes citadas, sejam formais ou informais, eram mais importantes para viabilizar o trabalho realizado na produção cafeeira. E a maioria dos entrevistados produtores de conilon respondeu como mais importante, além da família, o INCAPER, seguidos dos amigos/vizinhos, SEMAG, Sindicato e Associação de Cafeicultores, assim como os produtores de arábica, diferenciando apenas em relação a Cooperativa.

Assim sendo, as redes sociais com as quais os agricultores familiares produtores de café conilon possuem maior integração são: INCAPER (24,6%), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (17,5%), vizinhos/amigos (18%) seguidos da SEMAG (15,0%), Associação de Cafeicultores (15,7%) enquanto que as redes que produtores de arábica possuem maior integração são: INCAPER ( 19,9%), Cooperativa (17,0%), seguidos da SEMAG (15,5%), entre outros, como pode ser evidenciado na Tabela 4 a seguir apresentada.

Tabela 4: Grau de importância e integração dos agricultores familiares do município de Castelo/ES, 2011.

Redes Institucionais	Maior Importância (%)		Maior Integração (%)	
	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica
No Incaper	25,3	28,0	24,6	19,9
Na Semag	18,0	22,0	15,0	15,5
No Sindicato	12,0	14,6	17,5	13,6
Na Cooperativa	-	15,0	-	17,0
Nas Associações	12,0	-	15,7	13,8
Nos vizinho/amigos	20,0	18,0	18,0	14,8
Nos meeiros/parceiros	2,9		1,7	-
Nas Lojas de Adubo	1,5	2,4	3,5	2,7
Não sabe/sem resposta	8,3	-	4,0	2,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Verifica-se que a rede informal no qual os agricultores têm maior integração, são os vizinhos e amigos, que, em sua maioria, são também cafeicultores. Essa relação, além de ser de amizade, pode ser configurada como uma rede de apoio, onde as relações são intercambiadas pelas trocas de experiências em relação às novas tecnologias e informações ao cultivo do café.

A reciprocidade é afluada principalmente nas relações de vizinhança, que no meio rural muitas vezes se transforma em relações de compadrio com um vizinho, apadrinhando o filho de outro e ou vice-versa, estando também presente a troca de serviços, presentes, oferendas de festas, assim como as demais formas de amizade emocional, aparecendo também à amizade institucional ou instrumental, esta mais comum nos grupos abertos (MAUSS,1974).

Além das relações sociais que produzem reciprocidade, também foi possível detectar as relações sociais entre as instituições existentes no meio rural, como as associações e cooperativas de produção, sindicatos, igreja e a associação de moradores, em que ocorrem os trabalhos coletivos (mutirão na construção ou reparo da escola, da igreja, do salão paroquial, etc), prevalecendo nessas relações à amizade institucional, em busca de acesso a recursos e atendimentos de necessidades, enfim, de uma melhor qualidade de vida.

Tabela 5: Graus de confiança e credibilidade dos agricultores familiares do município de Castelo/ES, 2011.

Instituições	Mais confiança e Credibilidade (%)	
	Conilon	Arábica
No Incaper	37,4	24,0
Na Semag	13,0	13,0
No Sindicato	12,7	14,0
Na Cooperativa	-	17,5
Nas Associações	12,0	4,0
Nos vizinho/amigos	14,4	16,0
Nos Meeiros/parceiros	2,5	4,0
Nas Lojas de Adubo	8,0	7,5
Não sabe/sem resposta	-	-
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

A Tabela 5, acima, demonstra as relações sociais que são tecidas pelos agricultores familiares e suas avaliações quanto à confiança e credibilidade. Observa-se que a ampla maioria dos entrevistados (conilon) confia no Incaper (37,4%), seguidos dos próprios vizinhos (14,4%), Semag e Sindicato (13,0% e 12,7%) respectivamente. Assim como os produtores de arábica, que em sua maioria também



confiam no Incaper (24%), seguidos da Cooperativa – Pronova (17,5%), Vizinhos/amigos (16%), Sindicato (14%), Semag (13%), entre outras instituições. A informação demonstra que há confiança tanto nas redes de interação quanto na rede de íntimos, que são aquelas mais próximas. Sendo assim, as redes se originam de relações de sociabilidade e interconhecimento que estão fortemente vinculadas à proximidade, como aquelas relações travadas pela busca do conhecimento, da informação, da tecnologia, que no caso dos cafeicultores, o Incaper também representa um vínculo próximo, constante, apesar de ser uma instituição. Tal resultado sugere que a confiança e a reciprocidade se formaram ao longo do tempo e se tornaram um modo de agir estruturado, na acepção trabalhada por Bourdieu (1989). Como é o caso do Incaper e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na concepção dos entrevistados.

No processo de capacitação técnica (treinamento/assistência técnica) e financeira (instituições de crédito) as redes que foram mais acionadas foram: o Incaper (57,4%); seguido das Lojas Comerciais (15,8%), que vendem adubo, defensivos, entre outros produtos, além de oferecem cursos para aquelas pessoas que adquirem os produtos; Semag (14,8%), sindicato (6,9%) e aqueles que não souberam responder (5,1%).

Também foi perguntado aos agricultores se no contato com outros produtores ou instituições, se eles haviam vivenciado situações conflitantes. E 78% responderam que não, que a relação entre eles era amigável. Em relação à questão de poder, 57% dos agricultores responderam que uma instituição não tem mais poder que a outra.

## **6.2. Papel das Redes Institucionais acionadas pelos Agricultores Rurais**

Na caracterização das redes institucionais e do seu papel no desenvolvimento do cultivo cafeeiro, destacou-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais<sup>6</sup> que, segundo o presidente, atende somente os sócios, ou seja, aqueles que são trabalhadores rurais, trabalhando em defesa dos direitos e deveres individuais e coletivos da categoria

---

<sup>6</sup> O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem o papel de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, e para que ele seja forte e continue na luta em defesa dos direitos trabalhistas, no combate do trabalho infantil e escravo, da Previdência Rural, da Educação e Saúde para o campo, da Reforma Agrária e do Fortalecimento da Agricultura familiar, é preciso que o trabalhador e a trabalhadora rural associem-se e participem do seu sindicato, pagando em dia suas contribuições (FURQIM, 2008).

profissional dos trabalhadores, além de cuidarem da parte burocrática da relação proprietário - meeiros/colonos, com contratos de parcerias e previdência. Também são aptos a extrair a Declaração de Aptidão (DAP), que é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, segundo o Manual de Crédito Rural (MDS, 2011).

O Sindicato conta com uma técnica agrícola e possui parcerias com SEMAG e o INCAPER, para realização de Programas de Melhorias do Café. Essa rede é geralmente acionada para resolver questões previdenciárias e contratos de parceria entre os agricultores. O sindicato também realiza outras ações, como: atividades esportivas, torneios de nível municipal entre os agricultores e sindicato, concurso de rainha rural entre as trabalhadoras rurais, como forma de interagir com os associados e incentivar as famílias a trabalhar com associativismo.

Outra rede institucional ativada pelos cafeicultores foi o Sindicato Patronal, do qual segundo Guerra (1999), são associados os agricultores e criadores que baseiam suas atividades na produção empresarial ou mercantil de culturas ou criações preferencialmente voltadas para o comércio, à indústria e exportação. Essas atividades fundamentam-se na produção de larga escala e no assalariamento. Os membros dessa categoria geralmente são proprietários ou detentores de grandes extensões de terras, o que lhes identificam na literatura sociológica como grandes proprietários ou latifundiários.

A associação de moradores também foi uma das redes institucionais citadas pelos agricultores, que, conforme o CONAM, Confederação Nacional das Associações de Moradores (Lei 10.406/02), tem como função melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, organizar e desenvolver trabalhos sociais, junto a idosos e crianças, distribuindo aos mesmos, gratuitamente benefícios alcançados junto aos Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Iniciativa Privada.

No entanto, nas comunidades rurais do município, a associação de moradores está ativa em apenas quatro comunidades: Pontões, Bateia, Apeninos, e Caxixe Quente. Nas outras comunidades elas só existem no papel e não fazem nenhuma atividade em prol das famílias e da comunidade. As Associações têm como objetivo principal organizar as famílias para busca de recursos para a comunidade nos âmbitos do esporte, da ação social, da agricultura familiar, meio ambiente e saúde.

Na Associação de Pontões há 17 associados e, assim como as outras associações, recebem verbas federal, estadual e municipal. A merenda escolar é entregue via associação, bem como qualquer tipo de benefício que o agricultor venha a pedir para a Prefeitura. A associação disponibiliza veículos para recolher as embalagens de agrotóxicos, além de que todos os associados realizam análise do solo com recursos da associação. A meta da associação é comprar insumos, adquirir uma máquina retroescavadeira para a comunidade.

A Associação da Bateia foi fundada em 1960, possuindo 60 famílias associadas, cujas reuniões acontecem na Igreja da comunidade e estas dependem da demanda das famílias. A Associação realiza a “Festa do Café Arábica”, está construindo a quadra de esportes e a Igreja está disponibilizando uma sala para a associação. As últimas conquistas da comunidade foram, receptor de parabólica e internet, além de realizarem compras de fertilizante e adubos para os associados.

A Associação de Moradores e Produtores de Apeninos tem 35 famílias associadas e realizam seus encontros na Igreja por meio de reuniões trimestrais. E a Associação de Moradores do Caxixe Quente, fundada em 2008, realiza compras de adubos e defensivos para os associados, além de organizar festas, campeonatos de sociedade, cursos de capacitação e internet para as famílias. Os cursos de capacitação que já foram oferecidos pela associação, por meio da parceria SENAR/INCAPER/SEMAG foram: culinária do café, boas práticas de produção e manipulação, aplicação de agrotóxicos e defensivos, eletricitista rural.

A única associação de cafeicultores localizada e acionada pelos cafeicultores no município de Castelo é a Associação de Produtores de Café do Vale do Estrela do Norte (APROCAVEN), que foi fundada no ano de 2007 e possui 53 associados, produtores do café conilon, moradores da comunidade Estrela do Norte (Agropolo 4). A associação trabalha em benefícios do agricultor, por meio de capacitação, oferecimento de cursos, realização de compras de insumos, adubo, fertilizantes, defensivos agrícolas e luvas para colheita.

Outra rede institucional acionada pelos cafeicultores, neste caso do arábica, foi a PRONOVA, que é uma cooperativa dos cafeicultores do Espírito Santo, situada na cidade de Venda Nova do Imigrante, região serrana do Estado, que fica a 35 Km do município de Castelo. Essa 1988 foi fundada a Associação de Produtores de Venda Nova do Imigrante, que se tornou Cooperativa em 2004, com 230 cooperados, sendo 40 de Castelo. Conta com 11 funcionários, 3 gerentes, dois trabalham na área

de certificação do café e o outro na área social. Trabalham com café arábica da região de montanhas capixaba, empregando tecnologias específicas, treinamentos, suporte técnico aos produtores, auditorias, com envolvimento em todas as etapas do processo de plantio, colheita, beneficiamento e qualificação dos produtores, além da orientação para implantar critérios socioambientais. Compram insumos, possuem o centro de classificação e certificação do café, trabalham com café de qualidade, além de comercializarem o produto no Mercado Solidário, exportam o café para o EUA, Suécia, sendo que o tipo de café que é exportado é o cereja descascado.

Segundo a SESCOOP (2012), a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. No Brasil, Cooperativa é uma sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. De acordo com o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo (Brasília/1988), a cooperativa fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários.

Outra rede institucional identificada pelos cafeicultores foi a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEMAG), criada em 2005, possuindo em seu quadro de funcionários uma economista doméstica, cinco técnicos agrícolas, sendo um para cada agropolo, além de um engenheiro agrônomo. Em 2009, a Secretaria de Agricultura foi separada da Secretaria de Meio Ambiente. A SEMAG tem parcerias com o INCAPER, IDAF, associações de moradores e cooperativas de outros municípios; trabalham com os Programas Melhoria da Qualidade do Café e Renovar Arábica, possuindo uma Sala de Degustação de Café, onde a Secretaria mostra para o produtor o tipo de café que ele tem e, dessa forma, ele consegue agregar ou não valor ao seu produto. A SEMAG é acionada para dar assistência técnica, para realizar projetos de financiamento pelo Pronaf, disponibilizar caminhão e subsidiar canos para irrigação, que são adquiridos via associação de moradores, além de orientar os agricultores na montagem de despoldador de café e posto de decantação de águas residuais. A SEMAG também organiza a Feira da Agricultura Familiar, onde 28 famílias são associadas e vendem seus produtos, sendo que a

secretaria fornece vale compras no valor de R\$ 6,00 para que seus funcionários possam adquirir os produtos da feira.

Na visão dos técnicos da SEMAG, faltam profissionais capacitados para atender os agricultores familiares. Além disso, o baixo salário pago pela Prefeitura, agregado às instalações precárias dificulta o atendimento aos agricultores. Consideram que o grande desafio para os agricultores é a comercialização do café, pois a maioria se encontra nas mãos dos atravessadores, o que acarreta em um menor preço para o produtor.

Segundo informações da SEMAG, o Concurso de Qualidade do Café foi criado para valorizar o produto a nível de Estado, com isso e outras iniciativas o café do município de Castelo adquiriu respeito e colocou vários tipos de café no mercado.

As redes sociais, articuladas com o poder público têm o papel fundamental e indispensável nos processos de desenvolvimento social. É a forma de articulação dessas redes que vai dar sentido às ações comunitárias, cujos sujeitos são agentes do seu próprio desenvolvimento.

O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, (INCAPER), também é uma rede institucional que é acionada com frequência pelos cafeicultores. No entanto, o Instituto está com o seu quadro de funcionários defasado, contando somente com um engenheiro agrônomo, um zootecnista e duas secretárias. O Escritório Local do município de Castelo trabalha em constante parceria com a SEMAG e SENAR, principalmente em relação aos cursos oferecidos aos agricultores. No contexto dos programas Renovar Arábica e Conilon e Melhoria da Qualidade dos Cafés, o INCAPER é acionado principalmente para a questão de crédito e financiamento e, para tanto, os agricultores necessitam da Declaração de Aptidão (DAP), que no município somente o Incaper e Sindicato dos Trabalhadores Rurais podem emití-la. Também são acionados para dar esclarecimentos sobre doenças nas lavouras de café, irrigação, em busca de tecnologia e sobre questões de licenciamento ambiental, etc. Segundo o funcionário, *“cada realidade é uma, e tem que se adequar a tecnologia, e às vezes não alcançamos o resultado esperado e o agricultor não entende”*. *“Há um crescimento junto com o agricultor”*.

Outra rede institucional acionada pelos agricultores e sua família é a Igreja Católica – Paróquia Nossa Senhora da Penha que atende 54 comunidades. A Paróquia conta com três padres para atender o município, inclusive as comunidades rurais. Nas comunidades são realizados cultos aos domingos e uma vez por mês ocorre a

celebração realizada pelo padre. Cada comunidade rural têm os conselhos (pastoral) de catequese, de celebração, da família, entre outros, além de um coordenador, que geralmente é uma pessoa que é católica e ativa na comunidade, ou seja, está mais próxima de suas atividades, fazendo parte de alguma pastoral.

Segundo o Padre local, a Igreja trabalha nas comunidades, no sentido da formação bíblica, do que é “ser Igreja”, na formação de lideranças nas comunidades, de ministros e conselheiros. A Igreja também realiza projetos em relação à plantação de mudas frutíferas nas comunidades, na conscientização da produção de lixo, do uso e do descarte das embalagens de agrotóxicos, entre outros temas, de acordo com a Campanha da Fraternidade.

Em entrevista, o presidente do Sindicato Rural Patronal declarou que trabalha em prol do agricultor e tem 700 associados, além de contar um advogado e um contador à disposição dos associados. Desenvolve atividades, como descrito na Tabela 6, trabalhando em parceria com o SENAR e o INCAPER para realização de cursos e palestras, oferecidos nas comunidades rurais, que são realizadas através da demanda dos agricultores. Essa rede é acionada pelos agricultores principalmente para fazer os contratos de parcerias ente proprietários e colono/meeiro.

Diante das redes institucionais apresentadas, na Tabela 6, abaixo relacionada, constam as principais atividades desenvolvidas pelas redes formais no desenvolvimento do cultivo do café.

Tabela 6: Atividades desenvolvidas pelas redes institucionais, envolvidas no cultivo do café, Castelo/ES, 2011.

<b>Redes Institucionais</b>	<b>Atividades Desenvolvidas</b>
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Realiza Programas de Melhoria do Café
Sindicato Patronal	Cadastro no INCRA, campanhas de vacinação do gado, registro de colonos/meeiros, realiza cursos.
SEMAG	Cursos, dias de campo, assistência técnica, disponibiliza maquinário, realiza projetos de financiamento (Pronaf), excursão técnica, reuniões, palestras.
Associações de Moradores	Trabalha na capacitação dos agricultores por meio de cursos, organização de festas e campeonatos (futebol, bocha);
INCAPER	Dias de campo, cursos, laudos técnicos, palestras, assistência técnica,
APROCAVEN	Cursos, palestras, encontros na comunidade, compras de insumos, luvas, adubo, fertilizante, etc.
PRONOVA	Provas e classificação do café, treinamento e aplicação de defensivos, cursos, consultoria e comercialização do café.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

As atividades desenvolvidas pelas instituições, em sua maioria são realizadas em parceria, principalmente entre Incaper, Semag e Sindicato. Essas três redes trabalham de forma coletiva para que possam atender um maior número de agricultores, no que diz respeito à capacitação, treinamento, cursos, palestras, informações, eventos, em relação às práticas tecnológicas, além de organização dos agricultores, como pode ser observado nas Figuras 1, 2 e 3 a seguir apresentadas.



Figura 1: Curso de capacitação, comunidade Pedregulho, município de Castelo/ES, 2011. Instrutor: Técnico do SENAR.



Figura 2: Palestra sobre agregação do valor ao conilon descascado, realizada na comunidade Estrela do Norte, município de Castelo/ES, 2011. Palestrante Adelino Thomazzini (Engenheiro da Empresa Conilon Brasil).



Figura 3: Campanha Dia de Campo Limpo, realizado pelo INCAPER/SEMAG/IDAF no município de Castelo/ES, 2011.

Essas ações nas comunidades rurais incentivam o agricultor a melhorar a qualidade do café, principalmente em função do preço final do produto, além de oferecer orientações de boas práticas agrícolas no que se refere à irrigação, adubação, controle de pragas doenças, entre outros tópicos, para que não haja perda do cultivo.

Além de conhecer o papel das redes institucionais, procurou-se também, indagar as lideranças institucionais a respeito das vantagens oferecidas pelas mesmas para o desenvolvimento do cultivo cafeeiro, conforme dados apresentados na Tabela 7.

Tabela 7: Pontos positivos das redes institucionais, envolvidas no cultivo do café, Castelo/ES, 2011.

<b>Redes Institucionais</b>	<b>Pontos Positivos</b>
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Parcerias com o Incaper; incentivo a produção ecológica e produtos orgânicos
Sindicato Patronal	Cursos e Palestras
SEMAG	Sala de Degustação, parceria com o Incaper
Associações de Moradores	Integração e união dos associados
INCAPER	Confiança do produtor no nosso trabalho
APROCAVEN	A associação é um grupo de referência para os outros agricultores
PRONOVA	Café de qualidade e a organização

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Os resultados apresentados demonstram que as instituições influenciam diretamente o desempenho das atividades da agricultura familiar cafeeira de duas formas principais: no acesso aos recursos/informações e facilitando as ações e



atividades no meio rural. Fica também claro que existe de fato um grande potencial da ação institucional de construção do capital social no sentido de objetivar o desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento é também um processo que envolve a participação efetiva das instituições, pois as redes de confiança e colaboração que são criadas ativam a fronteira entre o público e o privado, conectando a sociedade civil ao Estado.

Dessa forma, o papel das instituições se concentra em transmitir informações, capacitação, promoção de melhorias tecnológicas, além de proporcionar mais integração, união e confiança dos agricultores, enfim, promoção do capital humano e social.

## **7. CONCLUSÕES**

A questão central deste estudo é a conexão entre as relações sociais existentes entre os agricultores familiares, ou seja, a formação de redes sociais e o desenvolvimento rural local. Dela derivam as características que assume a mudança social e o fortalecimento desses atores sociais dentro do arranjo produtivo cafeeiro.

Pode-se concluir que o desenvolvimento da cafeicultura e, portanto, o desenvolvimento rural da área pesquisada tem se processado a partir de estreitas relações entre os atores sociais, configurando o que denominou-se de redes sociais de trabalho, de interação e de proximidade (reciprocidade). Desde o princípio da imigração dos italianos, formou-se uma sociedade que ancorava profundamente nos vínculos parentais, nas amizades e na religião católica.

Dessa forma, foi edificado um modo de vida na qual as relações de proximidade e interconhecimento podiam estruturar formas de trabalho, o acesso a recursos, a participações em associações e cooperativas. Foi por meio destas relações sociais particulares, têm se desenvolvido as comunidades rurais do município de Castelo, as quais foram fundamentais para que os agricultores tivessem acesso à tecnologia, capacitação e informação para fortalecer a produção e cultivo do café.

Entre os agricultores familiares, as relações de proximidade se constituem como as mais importantes para a sociabilidade, sendo elas tanto de parentesco quanto de amizade. As redes de reciprocidade dinamizam as relações de trabalho e vice-versa, resultando numa configuração territorial em que sociabilidade, confiança,

representações simbólicas, trabalho e política materializam as relações sociais. A família continua a ser protagonista, nelas está guardado o conhecimento que subsidiam a estratégia de produção e reprodução social. O conhecimento é transmitido na aliança e herança, de geração para geração.

A rede, como recurso analítico, incide precisamente em dois aspectos. É verdade que as redes se formam para alocar recursos (unir pessoas, estender os laços sociais, integrar atores sociais com diferentes posições sociais), mas acabam sendo excelentes meios para dividir a sociedade, criar aliados e separar sujeitos, pois quem não participa da rede é excluído das possibilidades de uma sociabilidade plena.

Sob a perspectiva do trabalho e da produção, uma das conseqüências das redes é que elas acentuam a dinamização da economia rural e urbana e favorecem a acumulação de capital. Com isso, há chance de que as redes gerem efeitos benéficos extensivos a diversos atores da sociedade, pois a partir delas é possível a ascensão social. Contudo, redes não levam necessariamente as populações ao desenvolvimento se não estiverem associadas a outros elementos como recursos econômicos (poupança, acumulação de capital), acesso a tecnologias e mercados. Estes elementos são imprescindíveis na formação de redes de produção e redes de trabalho, assim como, o indispensável conhecimento das práticas, o acesso a tecnologias e inovações, etc..

O que se pretendeu, contudo, foi chamar a atenção para o papel que exercem os recursos simbólicos e sociais, na forma de relações de parentesco, reciprocidade, interconhecimento e proximidade, que podem servir para centralizar recursos quando estes são escassos. Isto se observou na escassez de mão de obra na cafeicultura, principalmente na época da colheita, que demanda muito trabalho e, sendo a mão de obra escassa, e o preço cobrado pelos diaristas elevado, os agricultores têm que recorrer às suas redes mais próximas, como aos vizinhos e amigos, que, em sua maioria, também são agricultores. Eles trocam os dias de trabalho e um ajuda o outro.

Assim, a análise da morfologia das redes sociais evidenciou que as relações não envolvem somente a esfera econômica, mas também a dimensão simbólica, que atribui sentido ao trabalho. No arranjo produtivo cafeeiro capixaba, as relações entre os elementos das redes sociais, formais e informais, envolveram interações de íntimos (principalmente familiares e meeiros), troca de bens e serviços, transmissão de informações, além de operações monetárias, basicamente com redes de prestação

de serviços.

Por fim, o referencial teórico das redes possibilitou avanços importantes no sentido de compreender o papel das mesmas no desenvolvimento local, pois elas acentuam a dinamização da economia, promovem sinergias entre os atores sociais e favoreceram a acumulação de capital social no território.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMAVAY, R., O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. Universidade (UFRGS), 2003.

BARNES, J. A. Redes Sociais e processo político. In: FELDEMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 159 -193.

BASSO, D.; DELGADO, N. G.; NETO, B. S. O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. In: **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, n. 1 jan/jun. 2003.

BARROSO, J. R. **Francisco Whitaker e Augusto Franco Compartilham Experiências**. Palestra apresentada no Seminário Redes e Desenvolvimento, 2006. Disponível em <<http://www.redesdesenvolvimento.org.br/article/view/3004>> Acesso em 24/02/2012.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: Critique sociale du jugement** – Les Éditions de Minuit – Paris, 1979.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUD, 2003

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Londres, 1990.

FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A. da.; BRAGANÇA, S. M.; FERRÃO, M. A. G.; DE MUNER, L. H. (Coords.). **Café Conilon**. Vitória, ES: Incaper, 2007. 702p.

Furquim, S. F. **O papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. In: Revista Jus Vigilantibus, março de 2008. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/32254>>. Acesso em 10 de fev. 2012.

GUERRA, G. A. D. Sindicatos Patronais Rurais versus Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Pará. Novas Estratégias de reparação política. In: **Paper NAEA**, 1999.

MARQUES, E. **Redes Sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MAUSS. M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. V. 2, p. 49- 209.

NEVES, D. P. O Desenvolvimento de uma outra Agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra**

**agricultura.** Curitiba: UFPR, 1998.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma Discussão do Conceito de Rede na Teoria Sociológica.** Oficina do CES, nº 271, Março/2007, p. 1-35.

PORTUGAL, Sílvia. **Novas Famílias, modos antigos: as redes sociais na produção de bem-estar.** Coimbra: FEUC, 2006, 740f. Tese de doutoramento em Sociologia. Faculdade da Universidade de Coimbra, Portugal.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes Sociais de Reciprocidade e Trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2006.

SABOURIEN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro, **Raízes.** N. 20, ano XVIII, novembro de 1999.

SCHIMIDT, H.C.; DE MUNER, L. H.; FORNAZIER, M. J. **Cadeia do café arábica da agricultura familiar do Espírito Santo.** Vitória, ES: Incaper, 2004. 52p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna,** Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993/96.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.330p.

WATTS, Duncan J. **Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness.** New Jersey : Princeton University, 1999. 264 p.

WOLF, E. R. (2003a) Aspectos das relações de grupo em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. (orgs.) **Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf.** Brasília: Ed. da UnB: São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ed. da Unicamp. p. 73-91.

**ARTIGO 4- A QUALIDADE DE VIDA E SUAS INTERFACES COM AS REDES SOCIAIS, NO CONTEXTO DO ARRANJO PRODUTIVO CAFEIEIRO**

## 1. RESUMO

A análise sobre qualidade de vida envolve investigar o nível de formulação do próprio conceito de forma vivencial e experimental, com o intuito de identificar a visão do sujeito e sua família, de acordo com sua realidade, pressupondo que todos seus elementos são aglutinadores da vida social local e são fundamentais para a reprodução do tecido social. Assim, o objetivo desse estudo foi analisar as dimensões concretas e subjetivas da qualidade de vida dos cafeicultores, examinando de que forma as redes sociais estabelecidas pelos e entre os agricultores familiares e o próprio arranjo produtivo cafeeiro, no qual eles estão inseridos, interferem na qualidade de vida dessas unidades familiares. Para tanto, foi feito uso do Modelo Teórico de Metzen *et. al.* (1980), cujas variáveis foram expressas em forma de questionário, aplicado junto a 128 cafeicultores do município de Castelo, localizado na região do sul do Estado do Espírito Santo. A análise objetiva e subjetiva da qualidade de vida permitiu compreender os fatores relacionados às necessidades concretas da população pesquisada, bem como suas dimensões subjetivas, que geralmente estão associadas tanto às suas redes de relacionamento quanto às aspirações do indivíduo/famílias, suas particularidades, vivências, valores, costumes e condições do espaço relacional.

**Palavras-Chave:** Qualidade de vida, redes sociais e arranjo produtivo cafeeiro

## 2. ABSTRACT

The analysis of quality of life involves investigating the level of formulation of the concept of experiential and experimental way, with the aim of identifying the vision of the subject and his family, according to their reality, assuming that all its elements are binders of social life Local and central to the reproduction of the social fabric. The objective of this study was to analyze the dimensions of concrete and subjective quality of life of farmers, examining how the social networks established by and between the farmers and the coffee it self productive arrangement, in which they are inserted, affect the quality of lives of these family units. To that end, we made use of the Theoretical Model Metzen *et. al.* (1980), variables were expressed in the form of a questionnaire, applied along the 128 farmers in the municipality of Castelo, located in the southern region of Espírito Santo. The objective analysis and subjective quality of life could understand the factors related to the specific needs of the population studied, as well as its subjective dimensions, which usually are associated with both their social networks and aspirations of individuals / families, their particularities, experiences, values, customs and conditions of relational space.

**Keywords:** Quality of life, social networks and productive arrangement coffee

### 3. INTRODUÇÃO

Ao trabalhar com algumas concepções acerca do significado de “qualidade de vida”, é interessante destacar inicialmente alguns questionamentos feitos por

Herculano (1998) com respeito a temática. A autora debate sobre real sentido de qualidade de vida e sobre seu grau de prioridade para as pessoas que buscam atender suas necessidades básicas. Em suas reflexões traz algumas perguntas, como: estaria a qualidade de vida atrelada a requinte e sofisticação (luxo) e, “portanto, algo supérfluo diante de questões mais substantivas, como garantir um patamar mínimo de dignidade e de condição humana?” Como determinar as "necessidades básicas"? E quem as determina? (HERCULANO, 1998).

Em face a esses questionamentos, torna-se necessário avaliar qualidade de vida não somente por aquilo que as pessoas podem adquirir, mas por aquilo que elas entendem e equacionam como melhor para suas vidas. Neste caso, é preciso examinar a disponibilidade de recursos, a real capacidade de um indivíduo/grupo social em satisfazer suas necessidades; mensurar os graus de satisfação e dos patamares desejados: avaliar qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança. Ou seja, conforme o supracitado autor deve-se levar em conta a definição do que é qualidade de vida e se esta variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais como também pela acessibilidade às inovações tecnológicas.

Assim, sob a pressuposição de que a qualidade de vida depende do espaço vivenciado (domínio das práticas), do espaço concebido (domínio dos valores e das ideologias) é que emerge a discussão sobre as redes sociais, vistas como um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre os indivíduos ou grupos de indivíduos, através de cadeias de dimensão variável, mediadas por esquemas simbólicos e culturais (BARNES, 1987). As unidades sociais podem ser informais ou formais, como associações, empresas, países (MERCKLÉ, 2004 *apud* PORTUGAL, 2007).

A análise das redes está focada na relação entre os sujeitos, considerando que



através dessas relações e das situações criadas, eles se posicionam com mais flexibilidade na vida social, diferente da análise que leva em conta individualidade de cada um, com suas características pessoais, atributos e discursos.

Sendo assim, a análise de redes sociais interessa a pesquisadores de vários campos do conhecimento que, na tentativa de compreender o seu impacto sobre a vida social, deram origem a diversas metodologias de análise, que têm como base as relações entre os indivíduos, em uma estrutura em forma de redes. No sentido da morfologia, as redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.), conectados por algum tipo de relação (WATTS, 1999).

Desse modo, este trabalho objetivou analisar os componentes concretos e subjetivos da qualidade de vida e examinar de que forma as redes sociais (formais e informais) formadas pelos e entre os agricultores familiares e o próprio arranjo produtivo cafeeiro, no qual eles estão inseridos, contribuem ou interferem na qualidade de vida dessas unidades familiares. Para tanto, inicialmente procurou-se examinar a concepção sobre a qualidade de vida suas dimensões concretas e subjetivas, além da interferência das redes sociais nos diferentes componentes da qualidade de vida.

Considera-se que essa abordagem relacional do arranjo produtivo cafeeiro, por meio do enfoque das redes sociais, pode contribuir para uma análise das práticas e interações sociais, como dimensão articuladora da qualidade de vida.

## **4. REVISÃO DE LITERATURA**

### **4.1. Qualidade de Vida: Concepções e Significados**

A qualidade de vida é um dos termos mais utilizados atualmente em todas as esferas cotidianas, tais como política, publicidade, economia, comunicação, saúde e lazer. Embora não exista uma definição consensual, muito se avançou na sua compreensão (MINAYO *et al.*, 2000). O conceito começou a ser difundido após a 2ª Guerra Mundial, referindo-se à conquista e posse de bens materiais: possuir casa própria, carro, eletrodoméstico, um bom salário e boa aposentadoria. Com o passar dos anos, o conceito foi se ampliando para algo mais estrutural, como o desenvolvimento econômico, cujos indicadores eram medidos através do Produto

Interno Bruto (PIB), taxa de crescimento, taxa de desemprego, entre outros (JURADO *et al.*, 2002).

Só, posteriormente, foram incorporados na avaliação de Qualidade de Vida (QV) indicadores que levam em conta o desenvolvimento social e não apenas o crescimento econômico, como escolaridade, taxa de mortalidade infantil, condições de vida, condições de trabalho entre outros (BOWLING, 2007).

A partir da década de 1960, começou-se a perceber que mais que inferir sobre a QV, por meio de indicadores objetivos, era preciso conhecer a percepção das pessoas a respeito desses indicadores em suas vidas, ou seja, a dimensão subjetiva da QV. A avaliação subjetiva está relacionada ao modo como as pessoas sentem ou pensam sobre suas vidas, o valor que atribuem a determinados aspectos físicos, sociais e emocionais de si próprios. Ambas as abordagens oferecem dados importantes e complementares (GLOZMAN, 2004).

Nas últimas décadas, a QV tornou-se um conceito amplamente difundido, onde há diversas concepções associando a QV a “boa vida”, desenvolvimento humano e bem-estar social, à felicidade e satisfação das necessidades (TAMAKI, 2000).

Minayo *et al.* (2000, p. 10), destaca o quanto é difícil avaliar e quantificar a QV, uma vez que qualquer método que tenha essa finalidade será reducionista, tendo em vista a complexidade do fenômeno.

Cebotarev (1994) considera que o conceito sobre qualidade de vida deve investigar o nível de formulação do próprio conceito de forma vivencial e experimental, com o intuito de identificar a visão do sujeito e sua família, de acordo com sua realidade.

Em todo esse processo de busca pela qualidade de vida, fica muito evidente o papel exercido pela família, como afirma Fontes *et. al.* (2008):

“A família, como sistema de sustentação, para seus membros, busca, por meio de suas redes de convivência a interação com o ambiente, a melhoria da qualidade de vida. Assim de acordo com sua estrutura organizacional, possui conexões e interfaces com seu meio circundante, tanto no contexto micro quanto macro, tendo como propósito uma vida com qualidade.” (FONTES *et al.*, 2008, pág. 193).

Essa vinculação da qualidade de vida ao meio ambiente circundante, vivenciado pelas pessoas, faz com que a definição de qualidade de vida seja ambígua, que varia de pessoa para pessoa, de acordo com seus costumes, crenças e valores; além disso, que sofra interferência de acordo com a época que se vive, pois o

que era considerado indispensável para se ter qualidade de vida, hoje já não é mais determinado pelos mesmos fatores. Confirmando essas informações, Pascoal e Donato (2005) citam:

“Embora o conceito geral de qualidade de vida envolva a questão de saúde, sabemos que a qualidade de vida difere de pessoa para pessoa e envolve outros aspectos também importantes, como: satisfação e disposição para o trabalho, salário, lazer, boas relações familiares, prazer e valores espirituais” (PASCOAL E DONATO, 2005).

Os referidos autores citaram que o conceito de qualidade de vida apresenta dimensões, que se encontram interligadas ao se pensar e bem-estar como um todo, que são: a) *Dimensão Social*: diz respeito ao desenvolvimento do relacionamento pessoal e a importância da convivência com a família e o círculo de amizades; b) *Dimensão Emocional*: diz respeito ao desenvolvimento da auto-confiança, na forma de como lidar com situações estressantes e, principalmente, aceitar suas próprias limitações; c) *Dimensão Física*: diz respeito exercícios físicos de forma racional, alimentar-se de forma balanceada, evitando hábitos considerados nocivos à saúde; d) *Dimensão Mental ou Intelectual*: diz respeito à capacidade de realizar exercícios cognitivos e o constante desenvolvimento da capacidade crítica, identificando soluções e utilizando-se de informações atualizadas para aumentar o conhecimento pessoal; e) *Dimensão Espiritual*: diz respeito à capacidade do indivíduo encontrar significados da vida, nele mesmo e na religião, aumentando dessa forma, o desenvolvimento da ética e da moral (PASCOAL E DONATO, 2005).

Assim, qualidade de vida está intimamente ligada à noção que cada indivíduo tem de si e do que o cerca, em função das condições sociais, psíquicas, espirituais, físicas e econômicas, levando a que suas conceituações sejam múltiplas. Ou seja, a análise da qualidade de vida implica em detalhamentos teóricos e operacionais que possibilitem captar, na essência, em objetividade e subjetividade, a qualidade de vida do público pesquisado.

Na pesquisa em questão, utilizou-se o conceito de qualidade de vida apresentados por Cebotarev (1994), que se refere às condições necessárias para que as famílias e comunidades possam satisfazer as suas necessidades básicas, que são definidas social e culturalmente, sendo consideradas indispensáveis ao desenvolvimento humano e influenciadas pelo ambiente vivenciado.

Cebotarev (1981), *apud* Coelho (2005), relatou que o conceito de qualidade de vida envolve elementos universais do bem-estar humano e outros componentes,

como “o caso das necessidades”, que podem tomar formas variadas, do tipo absolutas e relativas. As necessidades absolutas estão associadas às necessidades básicas de subsistência (alimentação, saúde e segurança no trabalho), que, geralmente, são satisfeitas antes dos indivíduos terem percepção das necessidades relativas, que se relacionam com as atividades de lazer, arte, conforto, autopromoção e satisfação pessoal.

Essas necessidades humanas foram hierarquizadas por Maslow (1970), psicólogo e consultor americano, que associou qualidade de vida à teoria da motivação, afirmando que as necessidades humanas estão dispostas em níveis, em uma hierarquia de importância e influência. Nessa hierarquia das necessidades (Pirâmide de Maslow) encontram-se cinco níveis de necessidade: a) *Necessidades Fisiológicas*: necessidades de alimentação, sono e repouso, de abrigo, de desejo sexual etc. Esse grupo de necessidades está relacionado com a sobrevivência do indivíduo e com a preservação da espécie; b) *Necessidades de Segurança*: necessidades de segurança, estabilidade, busca de proteção contra a ameaça ou privação e de fuga ao perigo; c) *Necessidades Sociais*: necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos companheiros e de troca de amizade, de afeto e amor; c) *Necessidade de Estima*: relacionadas com a maneira pela qual a pessoa se vê e se avalia. Envolvem a auto-apreciação, a autoconfiança e a necessidade de aprovação social, de respeito, de status, de prestígio e de consideração; d) *Necessidade de Auto-realização*: são as necessidades humanas mais elevadas e que estão no topo da hierarquia, ou seja, as necessidades de cada pessoa realizar o seu próprio potencial e de autodesenvolver-se continuamente (ser constantemente mais do que é – vir a ser tudo o que pode ser).

Esse grupo de necessidades, segundo a teoria da motivação, está disposto em hierarquia que pressupõe os seguintes aspectos: a) somente quando um nível inferior de necessidades está satisfeito ou adequadamente atendido é que o nível imediatamente mais elevado surge no comportamento; b) quando as necessidades mais baixas estão razoavelmente satisfeitas, as necessidades localizadas nos níveis mais elevados começam a dominar o comportamento. Contudo, quando uma necessidade de nível mais baixo deixa de ser satisfeita, ela volta a predominar no comportamento, enquanto gerar tensão no organismo; e c) em qualquer estágio do desenvolvimento psicológico do indivíduo, a necessidade será preponderante, mesmo que outros níveis estejam influenciando na qualidade de vida.

Assim, em função das experiências vivenciadas e da percepção da realidade, os indivíduos podem ter como referência suas necessidades, sejam de existência (materiais ou fisiológicas); de relacionamento mais significativo e de crescimento consigo mesmo e com o meio ambiente, conforme proposto por Alderfer (1969). Essas necessidades, como reporta Atlandi (1995, *apud* HERCULANO, 1998), podem ser retratados por meio de três verbos que expressam o significado de QV: *Ter*, que se refere às condições materiais necessárias ao atendimento das necessidades básicas; *Amar*, que está associada à necessidade de se relacionar com as outras pessoas, formando identidades e redes sociais; *Ser*, que diz respeito à necessidade de integração com a sociedade e com a natureza, em termos de oportunidades sociais, participação individual e coletiva e processo decisório.

#### **4.2. Modelo Teórico de Qualidade de Vida**

Este estudo fundamentou-se no modelo teórico desenvolvido por Metzen *et al.* (1980), visando verificar como as redes sociais interferem nos diferentes domínios da vida. Os autores consideram que a qualidade de vida está relacionada aos valores culturais, contextos econômicos e sociais, bem com as aspirações distintas pelas famílias, admitindo-se que as mesmas possuem concepções, significados, prioridades e perspectivas diferenciadas, em função de seu micro e macro ambiente de convivência.

Para os referidos autores, em função desse ambiente é possível avaliar, de forma concreta e subjetiva, diferentes domínios ou componentes da vida da pessoa pesquisada, como: situação financeira, em termos de renda; sua vida no meio ambiente e na comunidade na qual reside; suas condições de trabalho; seu relacionamento com família, parentes, vizinhos e amigos; as condições dos serviços de saúde, educação e demais serviços comunitários disponíveis; o padrão de sua moradia e sua segurança física; os aspectos concernentes à integração social, atividades de lazer e vida espiritual (Figura 1).

O modelo pressupõe que a qualidade de vida não depende somente da satisfação em cada domínio isoladamente, mas também, da importância que têm esses domínios para o indivíduo, em sua experiência de vida. Assim, em função do modelo de Metzen *et al.*, a avaliação da qualidade de vida envolve indicadores que estão associados tanto aos aspectos objetivos (informações sobre as condições

concretas e gerais da vida das famílias e do seu *habitat*), quanto a fatores subjetivos (relacionados às percepções, avaliações e aspirações que as pessoas/família têm de suas próprias condições).

Assim, conforme a Figura 1, a representação social do cafeicultor está diretamente associada ao ambiente de convivência (comunidade) e espaços interacionais (famílias e redes sociais), que interferem na qualidade de vida, dimensionada pela realidade circunstancial concreta, importância e satisfação com diferentes campos da vida humana.



Figura 1: Modelo Teórico sobre Qualidade de Vida.

Fonte: Metzen *et. al.* (1980), com adaptações.

### 4.3. Redes Sociais e Arranjos Produtivos

Apesar de ser bastante antiga a menção ao termo rede, como analogia para compreensão das relações reais na sociedade (desde Saint-Simon, pelo menos), e de ter recebido impulso nas ciências sociais a partir dos trabalhos de Radcliffe-Brown e Barnes, em meados do séc. XX, Murdoch (2000) recorda que, nas últimas décadas, o paradigma das redes se tornou um recurso explicativo freqüente, sobretudo a partir do livro *A sociedade em rede*, de Castells. Considera-se que, facilitadas pelas tecnologias, as redes ligam territórios distantes, transformando o espaço em um

espaço de fluxos. Dessa maneira, o rural e o urbano que eram marcadamente diferentes e com características muito próprias, passam a se misturar e as comunicações entre um e outro se multiplicam.

Para Marsden (1999), o rural agora é um espaço no qual há um conjunto de conexões locais e não-locais e a combinação de ações locais (sociabilidade comunitária, territorial) e ações em distância (desterritorializada). Esta é uma das expressões da guinada territorial no âmbito das ciências sociais, visto que o espaço é cada vez mais incluído no exame do social. Significa reconhecer que o espaço não é simplesmente funcional, como suporte para relações, ele se torna meio, possui uma dimensão sociocultural, cujo papel é central (BOTTAZZI, 1994).

Para conceituar redes sociais, adotamos a concepção de Mercklé (2004) *apud* Portugal, (2007), que a define como um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável. As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transações monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações; ou seja, envolve interação face a face ou não, do tipo permanente ou episódica.

A referida autora, em sua tese de doutorado “Novas Famílias, Modos Antigos: e as redes sociais na produção de bem estar”, em função do dimensionamento dos nós (elementos que compõe as redes) e laços (relações existentes entre estes nós) das redes, assume que estas podem ser de três tipos: a) *redes de íntimos*: que são constituídas pelos indivíduos considerados importantes pelo “alvo”. Estas redes são compostas por laços ativos e passivos, laços baseados em freqüentes interações face a face, e laços baseados em ligações afetivas com interações irregulares e pouco freqüentes; b) *redes de interação*: que são baseadas nos indivíduos com quem os membros da família interagem na rotina, no qual possui vantagem em relação à rede de íntimos, pois distingue os laços positivos daqueles que possuem importância puramente afetiva; c) *redes de troca*: incluem entre os membros da rede social as pessoas cujo comportamento recompensa ou penaliza o *ego* ou as pessoas, que são diretamente recompensadas ou penalizadas por “*ego*”. As trocas incluem um vasto leque de interações, avaliadas quer positivamente quer negativamente, que vão desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas atividades de lazer. Além disso, para a caracterização da morfologia das redes sociais

deve-se identificar: Quem? ou a forma (nós e laços); O quê? ou o conteúdo das redes (instrumental e expressivo); Como? ou as normas que regem a relação (reciprocidade, observação, igualdade e autonomia); Quanto? ou o valor das redes, em termos monetários, do tempo ou do custo da oportunidade (PORTUGAL, 2006).

Radomsky (2006), em sua pesquisa na Serra Gaúcha, concluiu que entre os agricultores familiares são vários os tipos de relações que são construídas ao longo do tempo, mas as relações de proximidade e reciprocidade se constituem como as mais importantes para a sociabilidade, sendo elas tanto de parentesco quanto de amizade. Contudo, as diferentes comunidades devem apresentar distintas maneiras de manter as sociabilidades e preservar os atos de reciprocidade, assim como a intensidade da vida comunitária (do interconhecimento, das amizades e das relações de aliança, através do parentesco). Segundo o autor, Bailey (1968) escreve que é comum perceber a existência de graus de intensidade na vida em comunidade, ou seja, mais ou menos sociabilidades, relações e trocas entre as pessoas. Esse fato pode ser elucidativo sobre o papel das relações de proximidade entre os agricultores familiares, auxiliando na compreensão dos motivos de por que certas regiões desenvolvem externalidades positivas em função das interações entre os atores sociais.

As relações de proximidade, as trocas e atividades em conjunto entre as famílias, as associações, o interconhecimento relativo às amizades e aos vizinhos, a religião e os lazeres, todos elementos aglutinadores da vida social local são fundamentais para a reprodução do tecido social. Portanto, conforme mostraram os estudos de Bagnasco e Triglia (1993), Sabourin (1999) e outros, as relações sociais de parentesco, amizade e proximidade não desaparecem nem perdem importância durante os processos de mercantilização, embora elas fiquem diferenciadas. É de se esperar, portanto, que os atores sociais passem a re-semantizar as antigas relações sociais e adequá-las ao novo contexto, dos arranjos produtivos.

De acordo com SEBRAE (2004), o arranjo produtivo local é formado por aglomerações de empresas no mesmo território, agrupadas em torno de um negócio, que apresentam especialização produtiva e mantém algum vínculo (formal ou informal) de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e outros atores locais, como governo, associações, empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa, dentre outros, que compartilham uma cultura comum e interagem, como um grupo, com o ambiente sócio-cultural local.



Para Maculan (2003), a constituição de arranjos produtivos locais se associa às trajetórias de construção de identidades e de formação de vínculos sociais, políticos e econômicos, no interior de uma base territorial local ou regional. Ou seja, os APLs têm mais possibilidade de desenvolverem em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores (cabe considerar os homens e as mulheres), onde as políticas públicas e privadas fomentem e estimule ações afetivas de desenvolvimento, considerando a dimensão territorial um aspecto de análise e ação política. Os arranjos produtivos mais inovadores são aqueles que se organizam e desenvolvem sistemas de integração baseados na cooperação, solidariedade, confiança, coesão e valorização do esforço coletivo (SEBRAE, 2011).

Arranjo Produtivo Local (APL) é definido como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento (ALBAGLI; BRITO, 2002).

Na visão de lastres e Cassiolato (2005), os arranjos produtivos são marcados pela formação de redes sociais entre os atores locais e pela participação de instituições de apoio. Consideram que, os arranjos produtivos locais, geralmente envolvem a participação e interação de diversas organizações públicas e privadas voltadas para formação e capacitação dos atores envolvidos.

Em seu artigo clássico, Granovetter (1985) resgata a imersão social, como uma resposta às perspectivas dominantes nos estudos organizacionais, conceituando-a como subsocializada, pois compreende eficiência como desprendida de seu contexto social. Por outro lado, critica também abordagens sobressocializadas, que analisam a ação econômica como oriundas unicamente de contextos culturais, caracterizando-as como tão reducionistas quanto à abordagem anterior. O conceito de imersão social e seus mecanismos, segundo Granovetter, permitem trazer à tona diferentes narrati-

vas (cultural, política, estrutural e cognitiva), possibilitando compreender como as organizações são formadas bem como se transformam.

Além disso, a teoria da imersão social que Granovetter apresenta permite também superar a análise da ação econômica a partir da organização em si, uma vez que passa a considerar os elos formados com outros atores, especificamente, qual significado desses laços, qual seu conteúdo, sua posição na organização das redes sociais e qual a arquitetura da rede formada por esses diferentes atores (mecanismo estrutural). Tais relações sociais ocorrem a partir de percepções coletivas, que facilitam a estruturação da rede (imersão cognitiva). Para Granovetter (1985), a ação organizacional é uma construção tramada pela forma como os atores compartilham ou não determinados valores (imersão cultural), bem como pela maneira que estes atores estão inseridos em uma teia de poder (imersão política).

Nesse sentido, a teoria de Granovetter vem ao encontro do tipo de análise que se pretendeu neste trabalho: atrelado ao individualismo metodológico, o autor entende que as explicações dos fenômenos econômicos fundamentam-se nas motivações e nos comportamentos dos indivíduos, uma vez que esses indivíduos são racionais e buscam a maximização de sua utilidade, recorrendo a cálculos de benefícios, orientando-se para a satisfação de suas necessidades. Isso significa dizer que, para além de objetivos econômicos, os atores buscam, por exemplo, a sociabilidade, o reconhecimento, o estatuto e o poder. (RAUD-MATTEDI, 2005, p.63). Para a autora, analisando as idéias de Granovetter, percebe-se que a ação econômica é socialmente situada e que os indivíduos não agem somente de maneira autônoma, mas que tais ações estão imbricadas em sistemas concretos de relações sociais, em redes sociais.

Com a tese da imbricação social, o mecanismo estrutural de imersão enfatiza que as ações organizacionais não estão situadas num vazio social, pois são consequências de ações ocorridas em uma rede social, composta por diferentes laços. Mesmo que a análise estrutural tenha grandes vantagens e possa prover explicações para vários aspectos, uma teoria de ação deve também abarcar a substância de aspectos cognitivos. É importante entender como o relacionamento entre aspectos culturais, sociais e estruturais e as consequências empíricas das variações de seus relacionamentos afetam a constituição da ação econômica. Os comportamentos e as instituições analisadas são tão compelidas pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido (GRANOVETTER, 1985, p. 481).

Granovetter (1985) argumenta que as ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais. O mercado, portanto, não consiste num livre jogo de forças abstratas, a oferta e a procura, entre atores atomizados e anônimos, mas um conjunto de ações estreitamente imbricadas em redes concretas de relações sociais. (...) a análise de rede, que leva em conta as ‘interações concretas entre os indivíduos e grupos, pode trazer respostas alternativas a uma série de problemas-chave na Teoria Econômica, como é o caso do mercado de trabalho, do desenvolvimento econômico, do êxito de micro e pequenas empresas, dos grupos econômicos, da confiança e do oportunismo (...)’, conforme exposto por Raud-Mattedi, 2005, p.65.

Isso implica dizer que as relações econômicas são facilitadas entre os indivíduos que se conhecem de forma direta, pela confiança, pela reputação reconhecida – um dos aspectos fundamentais para o bom funcionamento de um arranjo produtivo local. A agregação dessas ações individuais resulta, segundo Granovetter, em instituições econômicas que se desenvolvem por meio de atividades construídas em torno de redes pessoais: indivíduos em grupos que cooperam no seio de uma entidade, como empresas, indústrias, cooperativas, etc. Essas atividades econômicas estão enraizadas tanto nas redes pessoais quanto nas redes empresariais (no caso do APL, em forma de cooperativas).

Para Raud-Mattedi (2005), Granovetter, influenciado pelo modelo de Weber, entende que o mercado não é o resultado de um mecanismo natural e harmonioso, ao contrário, trata-se de uma construção social conflituosa. Para Granovetter, colocar as “redes sociais”, como ponto de mediação em uma abordagem que consiga explicar o

que realmente está acontecendo no mercado, tem sido uma importante ferramenta sociológica de análise dos fenômenos econômicos. Em Raud-Mattedi (2005), as explicações de Granovetter remetem a seguinte afirmação: a dimensão social das relações econômicas decorre do fato que, no quadro de trocas mercantis, os atores econômicos não levam em conta somente seus próprios interesses, mas também o contexto institucional, as regras jurídicas, morais e tradicionais.

Para Granovetter, os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Ao contrário, as tentativas de realizar ações com propósito final estão inseridas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Assim, a análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações a têm, pelo que a sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos pessoais ou afetivos cumulativos de múltiplas interações. Esta “análise relacional” permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas, também o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses (WELLMAN, 1985 *apud* Portugal, 2007).

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo foi desenvolvido com os agricultores familiares produtores de café do município de Castelo, localizado na região do sul do Estado do Espírito Santo. A amostra, distribuída espacialmente em agropolos<sup>7</sup> (Figura 2), foi constituída de 128 agricultores familiares produtores de café, que são proprietários agropecuários e residem no município de Castelo, há no mínimo 5 anos, em função de sua representatividade e pelo fato de produzir tanto café arábica quanto conilon.

---

<sup>7</sup> Foi realizada uma divisão do município de Castelo em agropolos, baseada na visão administrativa e de acompanhamento sistemático à agricultura do município, com intuito de facilitar as ações programadas e o atendimento aos agricultores e suas famílias. Dividiu-se o interior do município em cinco áreas geográficas, cada área tem a sua sede (SEMAG, 2011).



Figura 2: Divisão do município de Castelo/ES em agropolos.  
 Fonte: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Castelo/ES.

Para obtenção dos dados foi aplicado um questionário semi estruturado. Pretendeu-se dimensionar a qualidade de vida, conhecendo-se a percepção dos agricultores sobre o significado de qualidade de vida, as condições concretas de acesso aos diferentes domínios de vida, citados por Metzen *et al.* (1980); a importância e o grau de satisfação com esses domínios; além de verificar como as redes sociais interferem nessa satisfação, isto é, como elas contribuem para a qualidade de vida dessas famílias e para o desenvolvimento rural local.

Os dados foram analisados, categorizados por meio da técnica de análise de conteúdo, que segundo Bauer e Gaskell (2002) é uma construção social, sistemática e pública, que faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente, presta-se para dados históricos e oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 6.1. A Percepção e o Conceito das Famílias sobre Qualidade de Vida (QV)

Quanto à definição de QV, os entrevistados apresentaram diferentes significados, como é possível perceber nas falas a seguir.

*“Ter saúde pra trabalhar”.* (Produtor 2)

*“Ter o que comer todos os dias, ter uma boa saúde, ter lazer, um bom ambiente familiar e comunitário.”* (Produtor 11)

*“Ter saúde, uma boa alimentação, casa boa pra morar e ter um carro.”*  
 (Produtor 14)

*“Acesso a propriedade, estrada boa, lazer, escola para as crianças e meios*

*de diversificação da agricultura, uma renda extra.” (Produtor 61)*

*“Boa convivência na família, união, cuidar da água, da nascente, da terra, ter uma boa alimentação, lazer e participar da vida social da comunidade.”*

(Produtor 73)

Como apresentado acima, pode-se evidenciar que o principal significado dado à qualidade de vida pelos agricultores familiares foi “ter saúde”, além de uma “boa alimentação”, “boa convivência familiar e comunitária e segurança financeira”. Assim a realidade vivenciada pelos cafeicultores influencia suas percepções, fazendo com que a satisfação das necessidades de existência e de relacionamento sejam evidenciadas.

As famílias, ao associarem o conceito de qualidade de vida às condições necessárias para atendimento de suas necessidades, confirmam a validade do conceito norteador da pesquisa, propostos por Cebotarev (1994), qual seja, ter qualidade de vida é realmente ter condições dignas de sobrevivência. A autora também associa componentes do bem-estar humano à satisfação das necessidades básicas, sociais e culturais, indispensáveis à formação humana, ao desenvolvimento potencial do homem e ao exercício responsável de sua capacidade, considerando seu meio ambiente e espaço relacional.

Diante do exposto, a Pirâmide das Necessidades proposta por Maslow (1970) amplia as compreensões do por que das famílias, em sua maioria, ter limitado o conceito de QV à satisfação das necessidades básicas, ou seja, para essas famílias é prioritário ter uma boa alimentação, ter acesso a saúde e a casa, mesmo que desejem ter acesso às demais necessidades de relacionamentos e crescimento. As necessidades fisiológicas ou de sobrevivência manifestam-se em primeiro lugar, e as pessoas procuram satisfazê-las antes de se preocuparem com as de nível mais elevado, conforme representado pela pirâmide das hierarquias das necessidades humanas, proposta por Maslow.

## **6.2. Dimensões Concretas da Qualidade de Vida e Redes Sociais**

Neste item foram analisados, dentre os diferentes domínios da vida, como tem sido o acesso das famílias aos mesmos, e quais redes tem sido acionadas para que as unidades familiares tenham maior satisfação com os respectivos domínios.

### **6.2.1. Condições da habitação**

Considerando a importância das condições de moradia na qualidade de vida dos indivíduos/famílias, examinaram-se algumas variáveis relevantes para a identificação do padrão desse domínio da vida.

Quanto à moradia e as condições da habitação das famílias dos agricultores, observou-se que 100% dos entrevistados possuíam casa própria, mas relataram que esta necessita de melhorias, isto é, de algumas reformas. Quanto ao tipo de aquisição da casa, todos se posicionaram como proprietários, mesmo daquelas construídas nas terras dos pais. Esse resultado é visto como importante, já que a posse da casa é também um elemento fundamental para determinação da qualidade de vida familiar, do ponto de vista concreto. O material das paredes que prevaleceu foi a alvenaria, com telhas de barro, que é mais adequada para a região de calor.

Para o acesso à moradia, a rede mais acionada pelos agricultores, foi a rede de íntimos, ou seja, a própria família; pois, na maioria das vezes, a propriedade foi adquirida por meio de herança ou a família ainda continua morando na mesma propriedade dos pais, formando assim uma família extensa.

No que se refere ao padrão habitacional, na percepção do pesquisador e levando em conta a realidade regional, pode-se dizer que as casas apresentavam níveis médio e bom de construção. Embora fosse avaliado como de padrão médio, a maioria era percebida como satisfatória na visão dos entrevistados.

### **6.2.2. Alimentação**

No que se refere ao tipo de alimentação, todos responderam ter uma boa alimentação, sendo que a maioria produz diversos alimentos nas propriedades, como frutas, feijão, milho, palmito, mandioca e animais (porcos, galinhas, peixes), além de hortas. Esses cultivos, na maioria das vezes, são realizados pelos meeiros. Nas também comunidades existem armazéns e/ou mercearias, o que facilita a aquisição de algum alimento, de acordo com os agricultores.

### **6.2.3. Segurança Financeira**

No que concerne à segurança financeira, dimensionada pela renda, os agricultores relataram que apesar da renda ser baixa, é um dinheiro certo, se tiver o

produto para vender. O problema, na percepção dos agricultores, é que eles ficam na “mão” dos atravessadores, o que faz com que o preço do café seja menor do que o do mercado; embora tenham afirmado que o preço está melhor do que há dez anos. Já os agricultores que são cooperados conseguem um preço superior, pois conseguem formar lotes, trabalhar com um café de qualidade e até mesmo exportar o produto.

#### **6.2.4. Trabalho**

Em relação ao trabalho praticado pelos agricultores familiares, constatou-se que a maioria gostava da sua ocupação, de “ser agricultor”, e os agricultores declararam que era a única “coisa” que sabiam fazer, apesar de enfrentarem problemas e dificuldades no campo.

#### **6.2.5. Acesso a Serviços Comunitários**

No que se refere aos serviços comunitários básicos, como saúde, educação, transporte, segurança pessoal, equipamentos de lazer, ambiente e comunidade, constatou-se que a maioria da população pesquisada não possuía acesso ou esse acesso era restrito.

É importante registrar que os serviços, como saúde, educação, lazer, estão concentrados nas sedes de cada agropolo, ou seja, as famílias são atendidas em seus respectivos agropolos.

No que diz respeito ao serviço de saúde, na maioria das sedes das comunidades rurais existem Postos de Saúde da Família (PSF), com médico (clínico geral), dentista e enfermeiro e uma agente de saúde, que realiza visitas periódicas nas casas e agenda consultas, conforme as necessidades dos agricultores. De acordo com os agricultores entrevistados, 71,5% utilizam esse serviço público e 79,3% afirmaram que o atendimento é bom, enquanto 28,5% utilizam o serviço de saúde particular. No entanto, houve reclamação por parte dos agricultores em relação ao horário de funcionamento, que é das 08:00 horas as 12:00 horas e, em algumas comunidades, o PSF é muito distante (pois o PSF fica localizado na sede de cada comunidade),



chegando até 20 Km de distância das propriedades.

Quanto ao componente “educação”, constatou-se que, na maioria das comunidades há escolas com turmas até a 4ª série ou até a 8ª série do ensino fundamental, sendo que a partir desse grau de ensino, os estudantes passam a estudar no município de Castelo. Nas comunidades que não possuem escolas, há o transporte escolar coletivo para levar as crianças para estudarem, sendo esse transporte disponibilizado pela prefeitura. Em três comunidades rurais, Limoeiro, Fazenda do Centro e São Manuel, as escolas funcionam em período integral, oferecendo além do ensino básico, opções de lazer, jogos, além da alimentação para os estudantes, iniciativa esta que é bem vista pelas famílias rurais.

No entanto, houve reclamações, principalmente por parte das mães, em relação ao transporte na época de chuvas, pois as crianças chegam a ficar mais de 20 dias sem frequentar as aulas, em função do péssimo estado das estradas rurais. Segundo as famílias, elas fazem reclamações junto à prefeitura, mas não obtêm respostas.

Ainda, referindo-se a educação, os agricultores relataram ter adquirido mais informações e novos conhecimentos nas reuniões e cursos de capacitação promovidos pelo INCAPER e Secretaria Municipal de Agricultura, em parceria com o SENAR. Esses conhecimentos não eram somente de natureza técnica (manejo do solo, técnicas de poda, de irrigação), mas também relacionados a valorização da auto estima.

Quanto ao transporte, evidenciou-se a existência de transporte escolar e o transporte coletivo. No entanto, em cada comunidade ele funciona de uma forma. Existem lugares que há transporte diário e em outras só é realizado uma a três vezes por semana, o que obriga os agricultores a utilizarem o transporte particular (carro e moto). Entretanto, no período de chuvas, não tem como utilizar nenhum desses meios de transporte, devido às condições das estradas rurais, o que dificulta não somente o transporte das pessoas como também o escoamento da produção.

A segurança pessoal nas comunidades rurais não pode ser classificada como boa, segundo os agricultores, pois não tem patrulha rural em todas as comunidades, só há policiamento quando acontece algum tipo de furto, como de equipamentos (roçadeira, bombas de irrigação). As casas já foram assaltadas, principalmente na época da colheita.

No que se refere aos equipamentos de lazer, os adultos tem mais opções do

que as crianças, pois o campo de futebol está sempre presente nas comunidades, como a bocha ou bola de massa, que é tradição no município, tendo até torneios. Algumas propriedades têm piscina, além das festividades religiosas, que acontecem com frequência; e algumas comunidades contam com quadras de esportes onde as crianças brincam.

Em relação à comunidade ou ambiente vivenciado, pode-se constatar que esta, em sua maioria, tem escolas, PSF, armazéns, Igreja, associação de moradores ou de cafeicultores, como na comunidade Estrela do Norte, agroindústria; pousada, como na Comunidade do Limoeiro, transporte escolar e o transporte coletivo. Ficou claro, a partir das entrevistas, que há uma melhoria da qualidade de vida naquelas comunidades, na qual as Associações de Moradores estão ativas e na comunidade onde existe a única Associação de Cafeicultores e as pessoas são associadas, o acesso aos serviços são facilitados, bem como o acesso a outras redes sociais, como é o caso das instituições de assistência técnica, cooperativas, entre outras. Isso porque as Associações de Moradores têm como objetivo principal organizar as famílias para trazer os benefícios, recursos para a comunidade, no âmbito do esporte, da ação social, da agricultura familiar, meio ambiente e saúde. Já a Associação de Cafeicultores trabalha em benefícios do agricultor, por meio de capacitação e cursos, além de realizar compras de insumos, adubo, fertilizantes, defensivos agrícolas e luvas para colheita.

Dessa forma, aquelas pessoas que estão organizadas, unidas, ganham força dentro do arranjo produtivo cafeeiro, principalmente no que diz respeito ao acesso e mobilização dos recursos por meio do poder público; à compra de insumos com preço mais acessível por meio das associações e cooperativas; melhoria nas condições de comercialização, com a possibilidade de formar lotes com outros produtores, a fim de alcançar um melhor preço no produto final; sendo assim, os produtores cada vez mais fortalecem seus laços e suas redes sociais, facilitando o acesso a serviços básicos, que possibilitam a melhoria da qualidade de vida das famílias.

#### **6.2.6. Vida Social e Familiar**

Para conhecer as condições do relacionamento humano dos agricultores, foram priorizados algumas variáveis associadas às famílias, parentes e amigos,

destacando-se os aspectos, tanto de coesão quanto de conflitos, presentes ou ocorridos nos espaço familiar. Os resultados indicaram que os entrevistados se sentiam felizes e orgulhosos de suas próprias famílias, uma vez que os membros se sentiam unidos, em sua maioria. Pelos relatos e depoimentos, evidenciou-se um bom relacionamento entre os familiares (pai, mãe, filhos), que mantinham um ambiente de amizade, confiança, respeito e de diálogo, quando se defrontavam com alguma crise ou, mesmo, quando precisavam dividir alguns problemas ou compartilhar de certos eventos não esperados.

Outro aspecto da vida social dos indivíduos/família refere-se a como se sentiam com respeito aos seus parentes, vizinhos e amigos. Quanto a essas relações, 100% dos entrevistados afirmaram ter uma relação boa, afirmando que existiam apoio moral e emocional e um ambiente de solidariedade entre os mesmos. A proximidade e a boa relação entre vizinhos, tal como constado entre os parentes, derivavam-se da convivência e socialização dos momentos bons e difíceis, o que contribuía para a atenuação dos conflitos, situações estressantes, enfim, para uma melhoria na qualidade de vida.

Teixeira (1997) comentou sobre essa questão da vida social e familiar, mostrando que o nível de estresse se reduz e a qualidade da vida é melhor quando existe ligação emocional entre familiares e amigos/vizinhos; divisão de valores, muito encorajamento, fé em Deus, capacidade para lidar e para se ajustar aos problemas, conflitos e discórdias.

Essa questão ficou mais evidente, ao se examinar a vida espiritual, onde 98,7% dos entrevistados eram católicos. E, em todas as comunidades visitadas, havia uma Capela ou Igreja. Dessa forma, foi possível constatar que a Igreja assume um papel de extrema importância nas comunidades rurais, pois ao mesmo tempo em que ela é um local de fé de oração, ela assume uma função de unir as pessoas. Ou seja, as famílias transformam a Igreja em espaço de fé, de lazer e de aprendizado, pois é na Igreja que são oferecidos os cursos de capacitação, as reuniões, as festas religiosas, sendo comum, depois das missas aos domingos, os agricultores se reunirem para conversar sobre sua vida e sobre trabalho. É neste momento que acontece as trocas de experiências entre as famílias, as conversas sobre o cultivo do café, entre outros assuntos; ou seja, a Igreja é um ponto de encontro e de união das comunidades rurais.

É também na Igreja que são realizados os encontros da Associação de Moradores, onde os membros se reúnem para discutirem o bem estar e as demandas

da comunidade.

Em relação à integração política e social, os agricultores participam das associações de moradores, mas algumas só funcionam no papel, não trazendo nenhum benefício para os associados. Nas comunidades em que as associações realmente cumprem seu papel, os agricultores são mais unidos, o que contribui tanto para qualidade de vida das pessoas, quanto para a melhoria do cultivo do café, como a compra de insumos de forma coletiva, o acesso ao maquinário da prefeitura, entre outras questões.

Assim, como destaca Souza (2011), as redes sociais, por meio de suas teias de interdependências, são apontadas como elemento importante para a construção de sinergias entre os atores sociais, contribuindo para o alcance da qualidade de vida almejada.

### **6.3. Satisfação das famílias com os diversos componentes da Qualidade de Vida**

A avaliação do grau de satisfação das famílias relacionado à qualidade de vida, que permite dimensionar a condição de vida que se tem ou se deseja, foi feita subjetivamente, de acordo com as percepções dos agricultores entrevistados, levando-se em conta o nível de satisfação com os diversos componentes da vida, apresentados no modelo de Metzen *et al.* (1980), que são: moradia, saúde, alimentação, educação, trabalho, renda, ambiente, serviço comunitário, lazer, integração social e política, habitação, segurança pessoal e vida espiritual (religião), família/amigos e vizinhos/parentes; Esses componentes foram avaliados pelos produtores, em termos do nível de satisfação com os mesmos, tendo sido atribuídos valores que variam de 1 a 4, equivalendo respectivamente, aos seguintes graus de satisfação: extremamente insatisfeito, insatisfeito, satisfeito, extremamente satisfeito. Sendo que, para aqueles componentes do padrão de vida com maior nível de insatisfação os entrevistados deveriam especificar as razões.

O nível de satisfação dos produtores de arábica quanto de conilon, na maior parte dos componentes, foi observado como bastante elevado, sendo a média de 76% e 69% para os produtores de arábica e conilon respectivamente (Tabela 1).

Para os produtores de arábica, os componentes da QV que apresentaram maior nível de satisfação (mais de 70%) foram: condições da casa; alimentação; educação; família; amigos/vizinhos; vida espiritual (igreja); relacionamento com parentes; trabalho; renda; local ou ambiente onde se vive e serviços da comunidade. Já os produtores de café conilon, além de apresentarem esses domínios com nível de satisfação maior que 70% pode-se acrescentar saúde e renda. Conforme Ferrão *et al.* (2011), a produção e a produtividade do café conilon vêm aumentando de forma significativa no Espírito Santo.

Observou-se, contudo, que os componentes como saúde, transporte, segurança pessoal, integração social/política e lazer foram os domínios com os quais os cafeicultores de arábica estavam mais insatisfeitos.

Tabela 1: Nível de satisfação atribuído aos componentes da vida pelos agricultores familiares, Castelo/ES, 2011.

Componentes da QV	Produtores Arábica (%)			Produtores Conilon (%)		
	I	S	Total	I	S	Total
<b>Casa</b>	8,4	91,6	<b>100,0</b>	10,0	90,0	<b>100,0</b>
<b>Saúde</b>	58,4	41,6	<b>100,0</b>	25,0	75,0	<b>100,0</b>
<b>Alimentação</b>	-	100,0	<b>100,0</b>	7,5	92,5	<b>100,0</b>
<b>Educação</b>	25,0	75,0	<b>100,0</b>	15,0	85,0	<b>100,0</b>
<b>Família</b>	-	100,0	<b>100,0</b>	10,0	90,0	<b>100,0</b>
<b>Amigos/vizinhos</b>	-	100,0	<b>100,0</b>	12,5	87,5	<b>100,0</b>
<b>Igreja</b>	8,4	91,6	<b>100,0</b>	20,0	80,0	<b>100,0</b>
<b>Parentes</b>	-	100,0	<b>100,0</b>	10,0	90,0	<b>100,0</b>
<b>Transporte</b>	58,4	41,6	<b>100,0</b>	32,5	67,5	<b>100,0</b>
<b>Trabalho</b>	8,4	91,6	<b>100,0</b>	10,0	90,0	<b>100,0</b>
<b>Renda</b>	8,4	91,6	<b>100,0</b>	30,0	70,0	<b>100,0</b>
<b>Local onde vive</b>	-	100,0	<b>100,0</b>	15,0	85,0	<b>100,0</b>
<b>Serviços da comunidade</b>	25,0	75,0	<b>100,0</b>	7,5	92,5	<b>100,0</b>
<b>Segurança pessoal</b>	41,7	58,3	<b>100,0</b>	60,0	40,0	<b>100,0</b>
<b>Integração social/política</b>	66,7	33,3	<b>100,0</b>	75,0	25,0	<b>100,0</b>

<b>Lazer</b>	41,7	58,3	<b>100,0</b>	47,5	52,5	<b>100,0</b>
--------------	------	------	--------------	------	------	--------------

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Quanto as razões para insatisfação, pode-se constatar que o componente saúde, com 50% (arábica) de insatisfação foi justificado pela falta de profissionais para atender as famílias nos postos, bem como o horário de atendimento deste serviço, que, na maioria das vezes, funciona somente um período de (8 hs até as 12 hs); sendo assim, alguns produtores acabam acionando o serviço de saúde particular, principalmente quando diz respeito a doenças mais graves ou cirurgias.

Outro componente de qualidade de vida visto como insatisfatório para 50% dos entrevistados produtores de café arábica e 30% para os produtores de café conilon, deve-se à inexistência de transporte coletivo em algumas comunidades, sendo que, em algumas comunidades, o transporte passa somente duas vezes por semana, o que faz com que os agricultores familiares utilizem os próprios veículos, em sua maioria moto e carro.

A segurança pessoal também alcançou um nível alto de insatisfação, com 41,7%, o que pode ser explicado pela falta de patrulha rural nas comunidades e, como consequência, há furtos nas propriedades. De acordo com os agricultores, na maioria das vezes, os equipamentos, como roçadeira e bombas de irrigação são furtadas, o que ocasiona em prejuízos para o agricultor, chegando a comprometer o próprio cultivo do café.

No que diz respeito ao lazer, que apresentou um nível de insatisfação de 41,7% e 40% para arábica e conilon respectivamente, segundo os entrevistados, preferencialmente pela falta opção de lazer para as crianças e mulheres, pois os homens contam com o futebol, bocha e reuniões em bar.

E, em relação à integração social e política, constatou-se que este foi o componente que alcançou o maior nível de insatisfação, com 58,3% (arábica) e 52,5% (conilon). De acordo com os entrevistados, somente em quatro comunidades a Associação de Moradores está ativa, nas outras ela existe, mas somente no papel, o que traz indignação por parte dos agricultores, que reclamam da falta de união e organização dos produtores, pois nas comunidades onde as associações estão ativas, elas trazem inúmeros benefícios em todos os setores do bem-estar das famílias e principalmente, no que refere a produção e ao cultivo do café.

Quanto à importância, os componentes da vida foram ordenados em uma

hierarquia eleita pelos entrevistados do mais importante para o menos importante, conforme distribuição evidenciada na Tabela 2. Para os agricultores, os três domínios de maior importância em suas vidas estavam associados a sua família, a ter boa saúde, além do acesso à educação.

Tabela 2: Nível de importância atribuído aos componentes da vida pelos agricultores familiares, Castelo/ES, 2011.

<b>Hierarquização dos Componentes da Qualidade de Vida</b>	
<b>Café Arábica</b>	<b>Café Conilon</b>
1º Sua Família	1º Sua Família
2º Serviço de Saúde	2º Serviço de Saúde
3º Educação (escola)	3º Educação (escola)
4º Trabalho	4º Condições de sua Casa
5º Vida Espiritual	5º Vida Espiritual
6º Condições de sua Casa	6º Trabalho
7º Tipo de Alimentação	7º Tipo de Alimentação
8º Renda (segurança financeira)	8º Renda (segurança financeira)
9º Amigos/vizinhos	9º Amigos/vizinhos
10º Relacionamento com os parentes	10º Serviços da Comunidade
11º Condições de Transporte	11º Condições de Transporte
12º Lazer	12º Lazer
13º Serviços da Comunidade	13º Relacionamento com os parentes
14º Local ou ambiente que se vive	14º Local ou ambiente que se vive
15º Segurança pessoal	15º Segurança pessoal

Em razão dos resultados apresentados, pode-se sintetizar que a maioria dos produtores tanto de conilon quanto arábica, sentiam-se bem com suas condições concretas de vida; sendo que os níveis de maior satisfação, em termos de padrão de vida, estavam concentrados em três componentes (condições da casa, alimentação e relacionamento com parentes) e os três domínios de maior importância para os entrevistados centraram na família, saúde e educação.

## 7. CONCLUSÃO

Considera-se essencial a análise objetiva e subjetiva da qualidade de vida, pois permite compreender os fatores relacionados às necessidades concretas da população, bem como suas dimensões subjetivas que, geralmente, estão associadas tanto às suas redes de relacionamento quanto às aspirações do indivíduo/famílias, suas particularidades, práticas identitárias, vivências, valores, costumes e condições do ambiente circundante.

Mesmo entendendo que as comunidades rurais do município de Castelo necessitem de ações continuadas e de longa duração, os resultados permitiram revelar um estilo de desenvolvimento local em construção, pois a interferência das redes sociais, principalmente as formais, neste caso, as instituições e organizações, não somente influenciou na melhoria da qualidade de vida das famílias, como também atuou como forma de organização social, a partir do momento que as instituições trabalham no sentido da mobilização, capacitação, conscientização e participação dos agricultores dentro do arranjo produtivo cafeeiro.

Sendo assim, conclui-se a existência de uma associação entre qualidade de vida e redes sociais, pois, a partir dos resultados apresentados, foi possível constatar que aqueles agricultores que possuem uma relação mais densa ou que a sua rede de relacionamentos é mais vasta, com instituições, associações, com a própria família e amigos, ou, até mesmo, com o poder público, têm as suas ações facilitadas e influenciadas de forma positiva tanto no acesso a determinados recursos e ativos quanto a uma vida mais coesa e equilibrada, com reflexos sobre a qualidade de vida.



## 8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALDERFER, C. P. An espiritual test of new thory of human needs. **Organization Behaviour of Human Performance**. v. 4, p. 142-175, 1969.

ALBAGLI, S. e BRITO, J. Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. **Glossário de Arranjos Produtivos Locais**. RedeSist, 2002. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist> Acesso em: 15 de jan. 2012.

BAGNASCO, A. La función de las ciudades en El desarrollo rural: La experiencia italiana. In: **FAO Internacional seminal on rural-urban linkages, Intermediate cities and decentralized development in the global economy**. Taxco, Mexico, April 1997. p. 1-14.

BOWLING, A. **Measuring health**: a review of quality of life measurement scales. Philadelphia: Open University Press, 2007

CEBOTAREV, Apuntes sobre aspectos básicos em la calidad de La vida. In: **Mujer, familia y desarrollo**. Manizales: Universidade de Caldas, 1994. P. 109-137.

COELHO, B. S. **O turismo rural e suas potencialidades: uma análise do processo de integração e implicações sobre a qualidade vida** – Ipatinga, MG. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – UFV, Viçosa.

FERRÃO, M. A. G., FERRÃO, R. G., FONSECA, A. F. A. da, VERDIM FILHO, A. C., VOLPI, P. S., Riva Souza, E. M., MORELI, A.P. Cultivares de café arábica e conilon recomendadas para o Estado do Espírito Santo. In: **Tecnologia para Sustentabilidade da Cafeicultura**. ed. Alegre, ES: CAUFES, 2011, v.1, p. 51-68.

GLOZMAN, J. M. Quality of life caregivers. **Neurpsychology Review**, v. 14. N . 4, p 183-196, 2004.

GRANOVETTER, Mark. (1985), Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, 91 (3): 481-510

HERCULANO, S. C. A Qualidade de Vida e seus indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, UNICAP/NEPAM, ano 1, n 2, p. 77 – 99, 1998.

JURADO, E. V. FIGUEROA, C. A. Consideraciones metodológicas para evaluar la validad de vida. **Salud Pública de Mexico** . v. 44, n. 5, 2002.

LASTRES, H. M. M. **Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2002.

MACULAN, A. M. Ambiente empreendedor e aprendizado das pequenas empresas de base tecnológica. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

MARSDEN, T. Rural Futures: The Consumption Countryside and its Regulation. **Sociologia Ruralis**. v. 39, n. 4, 1999. p.505-520.

- MASLOW, A. H. **Motivation and a personality**. New York: Harper, 1970.
- METZEN, E.; WILLIAM, F. L.; SHULL, J.; KEEF, D. R. **Quality of life as affected by area of residence**. I Project descript. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036).
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(1): 7-18, 2000.
- RAUD-MATTED, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 20 N°, 2005.
- SABOURIEN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro, **Raízes**. N. 20, ano XVIII, novembro de 1999.
- SCHMITT. C. J. Redes, Atores e Desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Ano 13. n. 27, p. 82 – 112, 2011.
- SEBRAE. **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Brasília: Sebrae, 2004. 287p.
- SOUZA, J. M. M. **Qualidade de Vida em Assentamentos de Reforma Agrária: uma aproximação metodológica**. Relatório de Pós-Doutoramento. Departamento de Economia Domestica, Universidade Federal de Viçosa, 2011.
- TAMAKI, E. M. Qualidade de vida: individual ou coletiva? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1. p. 20-2, 2000
- TEXEIRA. K. M. D. **Estrutura e estilo de funcionamento das famílias brasileiras em situações estressantes**: adaptações do modelo de Olson. Viçosa, MG: UFV, 1997. 82 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica).
- TRIGLIA, C. **La construction sociale du marché**. Le défi Troisieme Italie. Paris: Julillet / Editions de l'ENS – Cachan, 1993.
- PASCOAL, M.; DONATO, J. C. Aspectos psicofísicos e sócio-culturais da qualidade de vida. **Movimento e Percepção**, Espírito Santo de Pinhal-SP, v.5, n.6, p.92-117, 2005.
- PORTUGAL, S. Contributos para uma Discussão do Conceito de Rede na Teoria Sociológica. **Oficina do CES**, nº 271, Março/2007, p. 1-35.
- PORTUGAL, S. **Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar**, Tese de Doutorado em Sociologia, Coimbra, FEUC, 2006.

## **CONCLUSÕES GERAIS**

A constituição da pequena propriedade no Estado do Espírito Santo, que hoje se configura na agricultura familiar, está amplamente relacionada com dois acontecimentos históricos: a abolição da escravidão e a chegada do imigrante europeu. O fim da escravidão contribuiu para promover a desconcentração da terra no sul do Estado. E a maioria das fazendas ali existentes desapareceu ou fragmentaram-se em pequenas propriedades em razão da carência de mão-de-obra. Dessa forma, o imigrante instalado na pequena propriedade e sustentado pelo trabalho familiar foi um agente modernizador e transformador da sociedade e da economia capixaba.

No que tange à caracterização do perfil pessoal e familiar dos sujeitos do estudo, percebeu-se que a maioria dos agricultores entrevistados são casados e preferencialmente do sexo masculino, na faixa etária adulta de (40 a 59 anos), com níveis de escolarização básica, em média até quatro anos de estudo.

Com base nos resultados analisados, as redes sociais identificadas no arranjo produtivo cafeeiro para a realização das práticas tecnológicas envolvem redes de trabalho institucionais: lojas comerciais, instituições de assistência técnica, sindicatos, prefeitura, associações, cooperativa e igreja e informais: família, meeiros,

vizinhos, diaristas e atravessadores.

A prática da agricultura confunde-se, com o próprio pertencimento à localidade e se destaca como condição para manter uma dada qualidade de vida que seria impensável em outros espaços, principalmente na cidade. Manter a identidade dos produtores significa manter as condições (produção de alimento, sobretudo) para estabelecer trocas com vizinhos e parentes, alimentando laços sociais de solidariedade e de reciprocidade fundamentais para viabilizar a vida e dar-lhe sentido.

As instituições e organizações, não somente influenciaram na melhoria da qualidade de vida das famílias, como também atuaram como forma de organização social, a partir do momento que as instituições trabalham no sentido da mobilização, capacitação, conscientização e participação dos agricultores dentro do arranjo produtivo cafeeiro.

Foi possível observar, que os produtores desejam ter uma atividade agrícola rentável e valorizada pela sociedade e pelas políticas públicas (receber assistência técnica e ter uma política de preços favorável ao pequeno produtor) ao expressarem o “afeto a terra”, do “gostar de trabalhar”, ao sentirem orgulhosos com uma roça bem cuidada, de se sentirem “livres” por não ter um patrão, realizando o valor de ser dono de si mesmo e de “viver ao ar livre”, “em contato com a natureza”.



## APÊNDICES

### APÊNDICE A: DESCRIÇÃO DOS AGROPOLOS DO MUNICÍPIO DE CASTELO/ES.

<b>AGROPOLO 1</b>	<b>AGROPOLO 2</b>	<b>AGROPOLO 3</b>	<b>AGROPOLO 4</b>	<b>AGROPOLO 5</b>
<b>Pontões</b>	<b>Limoeiro</b>	<b>Patrimônio do Ouro</b>	<b>Estrela do Norte</b>	<b>Campestre</b>
Pati	Santa Maria	Bateia	Toca	Fazenda do Centro
Sergipe	Cedro	Balança	Barro Preto	Córrego da Alegria
Desengano	Forquilha	Córrego da Prata	Brejaúba	Corumbá
Conquista	Santa Tereza	Pedregulho	Benfica	Apeninos
Jabuticabeira	Santa Justa	São Cristovão	Mundo Novo	São Pedro
Abundância	Povoação	Boa Sorte	Arapoca	Mamona
Atenas	Água Limpa	Ubá	Sombra da Tarde	Criméia
Sessenta	Córrego da Telha	Fazenda da Prata	Santa Clara	Córrego da Areia
Seleta	Monte Alverne	Vargem Fria	Lembrança	Santa Isabel
Ponte de São João	Macuco	Monte Pio	Pedra Lisa	Caxixe Quente
São Vitória	São Manuel	Taquaral	Barra Alegre	Vai-Vem
Alto Chapéu	Caju	Fazenda das Flores	Santa Rosa	Pouso Alto
Quilombo	Forno Grande	Ribeirão do Meio		
Sete Voltas	Nogueira	Braço Sul		
Morro Vênus				

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Castelo/ES, 2011.

## APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS AGRICULTORES

Questionário Produtor UFV		<b>I. DADOS GERAIS</b>		Município: _____	Estado: _____	Data: ____/____/____	Entrevistador: _____				
Posse Estab.	Local Moradia	Atividades exercidas	Condição legal terra	Procedência Produtor	Escol	Participação Social	Partic. Política	Assist. Técnico	Tipo Assist. Téc último ano	Crédito	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	
Tipo Crédito	Nº financ. Obtidos últimos 3 anos	Valor médio Assist. Téc.	Mobilidade geográfica últimos 3 anos	<b>C Ó D I G O S</b>	<b>Colunas 1 e 6</b>	<b>Coluna 2</b>	<b>Coluna 3</b>	<b>Coluna 4</b>	<b>Coluna 5</b>		
					Em nº de anos	1. Campo 2. Cidade	1. Agrícola 2. Não Agric 3. Ambas	1. Proprietário 2. Arrendatário Est. 3. Ocupante 4. Outro (espec.)	1. Próprio Município 2. Outro Munic. do 3. Outro Estado 4. Outro País		
(12)	(13)	(14)	(15)		<b>Colunas 7, 8, 9, 11</b>		<b>Coluna 10</b>				
(16) Experiência Trabalho Anterior (especificar)					1. _____ 2. _____	1. Sim    2. Não	1. Visitas 2. Reuniões 3. Demonstrações		4. Excursões 5. Cursos 6. Outro (especificar)		
					<b>Coluna 12</b>		<b>Coluna 13</b>	<b>Coluna 14</b>	<b>Coluna 15</b>		
					1-Custeio 2-Investimento 3-Ambas		Nº de financim.	Em R\$	1 nº mudança últimos 3 anos 2. nº vezes que vai à cidade por ano		
<b>II- USO DA TERRA - 2009/2010</b>											
<b>(1) Distribuição das Áreas</b>							<b>Total Ha.</b>				
1. Áreas Cultivos Temporários											
2. Áreas Cultivos Permanentes											
3. Áreas Pastagens											
4. Área do Quintal m <sup>2</sup>											
5. Áreas de Matas e Flor. Nat.											
6. Área inaproveitável											
7. Área Total da Propriedade											
<b>(2) Animais</b>					<b>Especificar</b>		<b>Total Cabeças</b>				
1. Bovinos					_____		_____				
2. Equinos					_____		_____				
3. Suínos					_____		_____				
4. Peixes					_____		_____				
5. Aves (especificar qte e espécies)					_____		_____				
Ex: codornas, galinhas, etc.					_____		_____				
6- Outros (citar)					_____		_____				
<b>Pq você é um produtor rural?</b>					<b>Porque se dedica ao cultivo do café?</b>		<b>Qual o significado da terra pra você?</b>				
_____					_____		_____				
_____					_____		_____				
<b>Desde quando planta café?</b>					<b>Você está satisfeito com a área plantada de café?</b>		<b>Você está satisfeito com o uso que faz da sua terra?</b>				
_____					_____		_____				
_____					_____		_____				
_____					_____		_____				

<b>III- PRÁTICAS TECNOLÓGICAS E REDES DE TRABALHO</b>	<b>UD</b>	<b>CULTIVO DO CAFÉ</b>	<b>PRINCIPAIS REDES DE TRABALHO (QUEM AJUDA OU PAGA PELO TRABALHO)</b>
<b>1. Área</b>	<b>Ha</b>		
<b>2. Análises/Solo</b>	<b>S/N</b>		
a. Frequência	Nº/Ano		
<b>4. Preparo/Solo</b>	<b>.....</b>		
a. aração	H/M		
b. gradagem	H/M		
c. manual	D/H		
<b>5. Plantio</b>			
a. Manual	D/H		
b. mecânico (e)	H/M		
c. Mudas	Nº/ha		
e. espaçamento (linhas)	Metros		
g. época (e)	Mês/Nº		
<b>6. Consorciamento</b>	<b>S/N</b>		
a. c/qual cultura	Especif.		
b. área pousio	S/N		
<b>7. Adubação</b>	<b>S/N</b>		
a c/ recomendação	S/N		
b. Tipo de adubo	Especif.		
c. Quantidade	Kg/ha		
d. orgânica (e)	Kg/ha		
<b>8. Correção do Solo</b>	<b>S/N</b>		
a aplicação	D/H-H/M		
b. tipo calcáreo	Kg/ha		
<b>9. Tratos Culturais</b>	<b>S/N</b>		
a. controle p. daninhas.	S/N		
Infestação	A/M/B		
Capina	Nº/cult		
Herbicida (e)	L/ha		
<b>10. Controle de Pragas</b>	<b>S/N</b>		
a infestação	A/M/B		
b. espécies	.....		
c. produto (e)	l/ha		
d. Nº aplicação	Nº		
e. aplicação defensivo	D/H-H/M		
f. controle preventivo	<b>S/N</b>		
<b>11. Cont. de Doenças</b>	<b>S/N</b>		
a espécie (e)	Especif.		
b. infestação	A/M/B		
c. produto (e)	L/ha		
d. Nº aplicação	Nº		
e. aplicação defensivo	D/H-H/M		
f. controle preventivo	S/N		
<b>12. Irrigação</b>	<b>S/N</b>		
a método (e)	Especif.		
c. fonte d água	Especif.		
<b>13. Colheita</b>			
a mecânica	H/M		
b. manual	D/H		
c. época	Mês		



d. perdas	%		
<b>14. Produção</b>			
a Qtde total	Kg/ha		
b. Destino			
autoconsumo	%		
estocagem	%		
comercialização	%		
<b>15. Armazenamento</b>	<b>S/N</b>		
a quantidade	%		
b. tipo armazenamento	Especif.		
c. tipo tratamento	Especif		
d perdas	%		
<b>16. Beneficiamento</b>	<b>S/N</b>		
Forma	Especif		
17. Secagem	<b>S/N</b>		
Forma	Especif		
<b>17. Comercialização</b>	<b>S/N</b>		
Agente (e)	A/V/C		
Forma	Especif		
Local venda (e)	Especif		
Destino da venda da prod.	Especif		

**Para você, o que é um arranjo produtivo local?**

---



---



---

**Você considera que faz parte do arranjo produtivo cafeeiro? Sim/Não: Explique?**

---



---



---



---

**Existe alguma identidade que vincula os produtores de café? Sim/Não: Explique?**

---



---

**Você, como produtor de café, realiza alguma atividade em conjunto com outros produtores? Sim /Não? Quais?**

---

**Você considera que os produtores de café tem algum poder nas políticas associadas ao cultivo de café? Sim/Não:Como?**

---

**Na sua percepção, quais os principais problemas e dificuldades encontrados no arranjo produtivo cafeeiro? E o que poderia ser feito para melhorar?**

---



---



---

#### IV. PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS

nº de ordem	Parentesco c/ entrevistado	sexo	Idade	Escol.	Grau	Trabalha prop.	Local de res.	Estado civil	Tipo de Trabalho (especificar)	Se não trab. qual a situação
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
<b>C Ó D I G O S</b>	<b>Coluna 2</b>	<b>Coluna 3</b>	<b>Coluna 4 e 5</b>	<b>Coluna 6</b>	<b>Coluna 7</b>	<b>Coluna 8</b>	<b>Coluna 9</b>	<b>Coluna 10 (especificar)</b>	<b>Coluna 11</b>	
	1. Produtor 2. Cônjuge 3. Filhos 4. Outros parentes 5. Empreg.	1-feminino 2-masculino	Anos	1. alfabetização de adultos 2. pré- escolar 3. fundamental 4. médio 5. superior 6. nenhum	1-sim 2-não	1-campo 2-cidade	1. solteiro 2. casado/ amigado 3. separado/ desq/div 4-viúvo		1-Procurando trab. 2-Afazeres domést. 3-Vive de renda 4- Estudante 5-Criança 6- Idoso 7- Apos/Pensionista 8-Def. Físico 9-Outros	
<b>Trabalhador (H/M/C)</b>	<b>Parceiros Safra 2009/2010</b>			<b>Assalariado fixo Safra 2009/2010</b>			<b>Assalariado eventual Safra 2009/2010</b>			
	Nº	H/dia	Tarefa	Nº	H/dia	Tarefa	Nº	H/dia	Tarefa	

**H= homem**  
**M=mulher**  
**C=criança (Identifique o sexo da criança)**



## V- REDES SOCIAIS

**1- Para viabilizar o trabalho realizado na produção cafeeira, qual das redes citadas anteriormente, sejam formais ou informais, são mais importantes (identifique a rede, e como se dá a relação e com que frequência):**

---

---

---

---

**2- Com quais dessas redes você tem maior integração? Por quê? Como?**

---

---

---

---

**3-Com quais dessas redes você tem maior confiança ou qual apresenta maior credibilidade? Por quê?**

---

---

---

---

**4-Em quais dessas redes é estabelecida uma relação de reciprocidade? Explique:**

---

---

---

---

**5-No seu processo de capacitação técnica (treinamento/assistência técnica) e financeira (instituições de crédito) para a melhoria da produção cafeeira, quais são e como foram acionadas as redes?**

---

---

---

---

**6-No contato com os outros produtores ou instituições para a produção do café, você tem vivenciado situações conflitantes? Em que sentido?**

---

---

---

---

**7-Na sua visão, uma rede tem mais poder que a outra?**

---

---

---

**8- Quais das redes têm se mantido ao longo do tempo na produção do café?**

---

---

---

**9-No processo de produção cafeeira existe alguma etapa onde se dá uma ação coletiva? Explique como foram formadas e com que finalidade:**

---

---

---

**10-Quais são os pontos fortes e fracos no processo de produção do café?**

---

---

---

**XVII- QUALIDADE DE VIDA E SUAS INTERFACES COM AS REDES SOCIAIS**

Na sua percepção o que é Qualidade de Vida?

---

---

---

Dentre os diferentes domínios da vida, identifique como tem sido o seu acesso aos mesmos e quais redes têm sido acionadas para que você tenha maior satisfação com os respectivos domínios:

**1. Condições de sua casa:**

---

---

---

**2. Serviço de saúde:**

---

---

---

**3. Tipo de alimentação:**

---

---

---

**4. Educação (escolas):**

---

---

---

**5. Sua Família:**

---

---

---

**6. Amigos/ vizinhos:**

---

---

---

**7. Vida Espiritual:**

---

---

---

**8. Relacionamento com parentes:**

---

---

---

**9. Condições de transporte:**

---

---

---

**10. Sua principal ocupação (trabalho):**

---

---

---

**11. Renda (seg. financeira):**

---

---

---

**12. Local ou ambiente onde vive:**

---

---

---

**13. Serviços da Comunidade:**

---

---

---

**14. Segurança Pessoal:**

---

---

---

**15. Integração social/política:**

---

---

**16. Lazer:**

---

---

COMPONENTES DO PADRÃO DE VIDA	Satisfação	Para aqueles componentes com maior insatisfação especificar as razões	Quais desses componentes tem maior valor p/ QV (ordenar do 1° ao 16°)
1. Condições de sua casa			
2. Serviço de saúde			
3. Tipo de alimentação			
4. Educação (escola)			
5. Sua Família			
6. Amigos/ vizinhos			
7. Vida Espiritual			
8. Relacionamento com parentes			
9. Condições de transporte			
10. Sua principal ocupação (trabalho)			
11. Renda (seg. financeira)			
12. Local ou ambiente onde vive			
13. Serviços da Comunidade			
14. Segurança Pessoal			
15. Integração social/política			
16. Lazer			

**Níveis de Satisfação:** 1 extrem. Insatisf. / 2 insatisfeito / 3. satisfeito / 4. extremamente satisfeito

## APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA REDES INSTITUCIONAIS

### Entrevista

**Tema: Papel assumido pelas redes sociais institucionais para o desenvolvimento da produção do café**

Entrevistador:

Data:

Instituição:

Município	Localidade	Nº Questionário

**1) Qual a função dessa instituição ou rede acionada pelos agricultores?**

---

---

---

---

---

**2) Com que frequência essa rede é acionada pelos agricultores produtores de café?**

---

---

---

---

**3) Quais são os pontos fortes e fracos dessa instituição?**

---

---

---

---

---

**4) A instituição tem vivenciado situações conflitantes com os agricultores produtores de café?**

---

---

---



**5) Quais são os pontos fortes e fracos dessa instituição? Explique:**

---

---

---

---

**6) Quais as potencialidades dessa instituição?**

---

---

---

---

**7) Em que a instituição poderia melhorar para promover o desenvolvimento local?**

---

---

---

---